



# Sinais

Revista de  
Ciências Sociais

Universidade Federal do Espírito Santo

Sinais n.18 2015/2  
ISSN: 1981-3988

## **Equipe Editorial**

### **Editores**

[Prof. Dr. Marcelo Fetz](#), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil  
[Profª Drª Márcia Barros Ferreira Rodrigues](#),  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),  
Brasil

### **Editores Associados**

[Michelli de Souza Possmozer](#), Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil  
[Clarkson Machado Diniz](#), Instituto Federal do Espírito Santo, Brasil

### **Conselho Editorial**

1. [Prof. Dr. Estevão Bosco](#), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
2. [Profª. Dr. Luciléia Colombo](#), Unesp - Araraquara, Brasil
3. [Prof. Dr. Marko Monteiro](#), Departamento de Política Científica e Tecnológica/ UNICAMP, Brasil
4. [Profª. Dr. Gabriela Marques Di Giulio](#), Universidade de São Paulo, Brasil
5. [Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves](#), Universidade de Brasília, Brasil
6. [Prof. Dr. Fabricio Deffacchi](#), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil
7. [Profª. Dr. Nina Rosas](#), Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
8. [Prof. Dr. Tiaqo Jacaúna](#), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
9. [Profª. Dr. Daniela Alves Alves](#), Universidade Federal de Viçosa, Brasil

### **Comissão Editorial**

[Maro Lara Martins](#), Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil  
[Igor Suzano Machado](#), Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
Departamento de Ciências Sociais  
Núcleo de Estudos Indiciários (NEI)

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras | Vitória, ES -Brasil | CEP 29075-910

---

## **SUMÁRIO**

### **EDITORIAL**

Sinais 10 anos (p. 4-6)

Marcelo Fetz (UFES) e Márcia Rodrigues (UFES)

### **ARTIGOS**

A corrupção nos três poderes do estado do Espírito Santo sob a perspectiva da cultura política patrimonialista no Brasil (p. 7-25)

Nair De Lourdes Sperandio-Santos (UVV)

Debate na grande maison: o que Bourdieu e Goffman têm a dizer sobre o garçom que serviu Sartre (p. 26-41)

Bruno Curtis Weber (FUNAI)

Individualização juvenil: um estudo em trajetória entre (ex) moradores de repúblicas estudantis (p. 27-68)

Manuela Vieira Blanc (UVV)

Pessimismo da razão, otimismo da vontade: a Escola de Frankfurt, Gramsci e os desdobramentos teóricos de duas concepções críticas díspares (p. 69-91)

Igor Suzano Machado (UFV)

Violência como fenômeno intrínseco à cultura política brasileira (92-108)

Antonio Mateus Soares (UFSB)

### **ENSAIOS**

Palavra e Poder: uma análise das publicações da Revista Brasileira de Estudos Políticos à luz das teorias de Foucault (p. 109-127)

Celina Pereira (UNB)

### **RESENHAS**

O massacre na República de Ruanda de 1994: um genocídio relatado por Philip Gourevitch (p. 128-132)

Julia Battistuzzi Penachioni (PUC-SP)

Cartas a favor da escravidão (p. 133-138)

Rodrigo Badaró de Carvalho (UFMG)

---

*Sinais 10 anos*

O ano de 2016 representa um momento especial para a trajetória da revista Sinais: a revista completará uma década de existência. Na tentativa de não deixar esta marca tão especial passar batida, a Sinais, através de sua equipe editorial, com o apoio do Núcleo de Estudos Indiciários e do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, traz um conjunto de novidades nesta nova edição. O site da Sinais (<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/index>) foi reformulado, sendo criada uma nova identidade gráfica para a revista. Essa mudança, no entanto, não visa uma ruptura com a histórica proposta analítica da revista Sinais. Diferentemente, ela busca dar uma nova representação estética para os motivos acadêmicos que se inscrevem sobre o termo Sinais e, especialmente, sobre a dimensão interpretativa típica do estilo de pensamento das ciências sociais. Para além disso, o layout dos artigos da revista possui novo design, assim como a revista passa a ter uma forma de comunicação mais aberta e direta com o seu público através das redes sociais (<https://www.facebook.com/revistasinais>).

Criada em 2006, a Sinais publicou a sua primeira edição no ano seguinte, em 2007. Com uma periodicidade semestral, a Sinais contribuiu fortemente para a comunicação científica das pesquisas produzidas pela comunidade científica de cientistas sociais do Espírito Santo, sobretudo da UFES. A revista, neste caminho, presenciou a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES e do crescimento da relevância do seu curso de mestrado em nível regional e nacional. Nestes 10 anos, a Sinais contou com mais de 6 editores individuais, além do trabalho realizado coletivamente pelas equipes que assumiram a revista na inexistência de editores específicos. Dentre estes, especial destaque deve ser dado aos editores membros do curso de ciências sociais da UFES. A Sinais publicou até o momento a expressiva soma de 165 manuscritos (entre artigos, ensaios, resenhas, entrevistas), sendo que deste total pelo menos 1/3 das contribuições são de membros externos à comunidade local de cientistas sociais. Esta mudança no perfil dos autores das submissões

observada nos últimos anos indica o aumento da relevância da revista para as ciências sociais brasileira, o que se traduz no desafio de cada vez mais ampliar a sua participação nos demais círculos acadêmicos nacionais. As edições que se seguirão a este número, portanto, apresentarão de forma ainda mais clara esta tendência de “desregionalização” da revista Sinais.

A revista Sinais também possui uma nova equipe editorial. Composta em sua grande maioria por jovens cientistas sociais, este novo time representa também um pouco de espírito de renovação da revista. Sendo os membros desta equipe majoritariamente composta por cientistas sociais lotados em prestigiados programas de ciências sociais Brasil afora, o leitor desta revista poderá esperar boas surpresas nos semestres que virão.

Este novo número apresenta uma interessante seleção de manuscritos no campo das ciências sociais. Na seção de artigos, a edição n. 18 2015/2 apresenta cinco contribuições no campo da sociologia e da ciência política. Nair De Lourdes Sperandio abre esta edição com um debate relevante para o atual cenário político brasileiro: o tema da corrupção na política é refletido pela autora tendo como base textos históricos das ciências sociais. Para isso, desenvolve uma interessante análise do problema a partir dos três poderes da política capixaba. Para ela, a cultura política do Espírito Santo teria sido moldada pela lógica patrimonialista: a modernização da instituição política local não teria sido suficiente para neutralizar o uso do público pelo interesse privado. No artigo seguinte, Bruno Curtis Weber explora o potencial da *dialética ascendente* de Fredric Vandenberghe para o tratamento da dimensão teórica do interacionismo simbólico. Tendo em vista os paradoxos da relação entre agência e estrutura, B. C. Weber analisa a descrição do garçom de café feita por Sartre para, então, proceder com uma investigação teórica da sociologia contemporânea. Propõe, assim, uma perspectiva integradora para dar conta dos problemas da sociologia nos dias atuais.

Manuela Blanc, no terceiro artigo desta coletânea, apresenta um estudo sobre as trajetórias de jovens (ex) moradores de repúblicas universitárias e o processo de individualização experimentado a partir do seu afastamento do núcleo familiar. O seu estudo tomou como tema a dinâmica social de afastamento e aproximação destes jovens com relação ao núcleo familiar primário, sugerindo que o retorno indicaria um processo de estagnação ou recuo no processo de autonomização individual. Para isso, realizou uma interessante investigação das repúblicas universitárias ao redor da Universidade Federal Fluminense (UFF). A quarta contribuição, redigida por Igor S. Machado, apresenta um estudo teórico comparativo das obras de Antonio Gramsci e de

Theodor Adorno e Max Horkheimer. Tendo como chave heurística as diferentes formas de interpretação da crítica marxista, o autor trabalha o clássico tema do pessimismo da razão e do otimismo da vontade: enquanto Gramsci elabora uma teoria positiva direcionada à transformação social, os frankfurtianos destacam a chave negativa do potencial de transformação das mudanças observadas no seu tempo. Se a crítica, portanto, parece ser o elemento que une tais autores, a forma de condução da modernidade parece separar definitivamente estas duas tradições de pensamento.

Antonio M. Soares, fechando a seção de artigos desta edição, apresenta um artigo que revisa parte da literatura sociológica sobre estudos de violência, enfatizando a presença quase que universal do tema nas obras clássicas do pensamento social brasileiro. Conforme destacado pelo autor, o fenômeno da violência parece ser uma dimensão estrutural e cultural da formação da sociedade brasileira, assumindo na contemporaneidade um amplo leque de configurações, a exemplos das formas de jogos de poder, de relações de força e no movimento de fronteiras entre o legal e o ilegal.

Abrindo a seção de ensaios desta edição, Celina Pereira apresenta uma reflexão sobre poder e palavra no pensamento de Michel Foucault. Nesse sentido, o ensaio toma as publicações da Revista Brasileira de Estudos Políticos como objeto de indagação para abordar a temática do poder. Conforme observa a autora, não parece existir uma forma “mais legítima” de abordar este problema: *“a dinâmica do poder é cíclica, perpassando pelo “centro” e repercutindo até aos graus mais elementares da estrutura social, sem que exista um foco necessário ou exclusivo”*. Finalmente, *“por meio das palavras de sujeitos de poder, apresentou o poder como seu mais vivo objeto”*.

Na seção de resenhas, a Sinais publica duas contribuições. Julia B. Penachioni apresenta uma resenha da obra “Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda”, de Philip Gourevitch. Rodrigo Badaró traz a resenha da nova edição de “Cartas a favor da escravidão”, de José de Alencar, publicada pela editora Hedra.

A revista Sinais agradece a equipe editorial que auxiliou na produção deste novo número bem como felicita nossos pareceristas pelas importantes contribuições e sugestões, sem as quais esta edição não seria possível. Enfim, que estes 10 anos tenham sido apenas um ponto de inflexão inicial a marcar o início de uma longa caminhada.

Marcelo Fetz  
Márcia B. F. Rodrigues  
03/06/2016



## A corrupção nos três poderes do estado do Espírito Santo sob a perspectiva da cultura política patrimonialista no Brasil

Nair L. Sperandio-Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar a corrupção nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do estado do Espírito Santo na perspectiva da cultura política no Brasil. Demonstra que o sistema patrimonialista no Brasil viabilizou os parâmetros para a difícil distinção entre as esferas pública e privada, característico do patrimonialismo. O método do múltiplo dialético, utilizado nesta pesquisa, apresenta os fatos sobre corrupção no Estado do Espírito Santo, sistematizados e correlacionados com a cultura política brasileira, sua construção histórica, cultural, econômica, social e política.

Palavras-Chave: patrimonialismo; corrupção; cultura política brasileira; ética republicana.

Recebido em 15/07/2015  
Aceito para publicação em 20/04/2016

### Introdução

Como exemplo de combate à corrupção, em suas mais variadas formas, a justiça brasileira tem se manifestado através de julgamentos históricos. Esses julgamentos trazem uma reflexão sobre a austeridade das políticas nacionais de forma mais impactante do que a veracidade das denúncias e a condenação dos verdadeiros culpados. Porquanto, a indistinta existência da corrupção nas classes políticas brasileiras, supõe sê-la um fenômeno generalizado, crescente e instalado. Considerada um problema mundial, presente em todas as sociedades, a corrupção é “[...] a elevação dos interesses privados ao interesse público

---

<sup>1</sup>Advogada e Mestra em Sociologia Política - Universidade Vila Velha, Vila Velha - ES. E-mail nair180@gmail.com.

[...]” (FILGUEIRAS, 2008, p.20).

Entretanto, para a compreensão do fenômeno da corrupção nos Três Poderes do estado do Espírito Santo, faz-se necessário contextualizar sua construção histórica e as implicações da cultura política patrimonialista em sua formação, cuja característica principal é a ausência de separação entre o público e privado. O lapso temporal dos fatos pesquisados sobre a corrupção nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do estado do Espírito Santo limita-se aos anos de 1990 a 2010.

Portanto, questiona-se entender em que medida a corrupção como fenômeno da cultura política brasileira se reflete nos Três Poderes do estado do Espírito Santo. A pesquisa tem por objetivo fazer uma análise da corrupção nestas instituições na perspectiva da cultura política patrimonialista.

A metodologia utilizada nesta pesquisa se apropria dos fatores históricos, culturais, econômicos, sociais e políticos que envolvem a corrupção, que no olhar das ciências sociais procura analisar e demonstrar os meandros e as contradições de sua prática nos Três Poderes do estado do Espírito Santo. O método do múltiplo dialético<sup>2</sup>, portanto, é a chave de leitura que procura analisar a dinâmica da história desta cultura política que propaga o fenômeno da corrupção.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados ocorrem a partir de fontes primárias para as informações dos fatos sobre corrupção, e secundárias para referências bibliográficas referentes ao tema. Para obtenção dos dados apropriase dos meios de comunicação impressos e *on line*, arquivos públicos e bibliotecas públicas, bibliotecas acadêmicas e *sites* institucionais. Para todo embasamento teórico utiliza fonte bibliográfica que contextualiza o objeto da pesquisa sob a perspectiva da cultura política brasileira patrimonialista, fio condutor deste trabalho.

A formação do Estado do Espírito Santo na contextualização brasileira

A partir do final do século XIX o Brasil apresenta modificações importantes quanto à estrutura econômica e política. Este contexto foi caracterizado por processos históricos, essencialmente a abolição da escravatura e a Proclamação da República, que emergiram dentro das transformações dos

---

<sup>2</sup> KROHLING, Aloísio. Dialética e direitos humanos: o múltiplo dialético - da Grécia à Contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2014.

cenários político e econômico. Apesar dos esforços para a manutenção do modo de produção escravista, lentamente modificou-se a natureza de classe que, embora de forma precária, passa a ser capitalista.

A consequência foi a instauração do direito burguês que assumiu papel regulador capaz de reger as relações entre as estruturas e entre as práticas de classe, viabilizando que a formação brasileira passasse para o domínio do modo de produção capitalista. Todavia, tanto no campo político como no econômico ocorre certa fragilidade estrutural, impossibilitando uma transformação harmônica, defasagem justificada por questões sociais e pelo desenvolvimento das forças produtivas de capital. Aspecto que demonstra a subordinação da indústria à agricultura, que no espaço rural prevalecia o modo de produção servil (SILVA, 1995).

Assim, enquanto o contraditório processo de estabilização do direito burguês avançava, os ajustes originados da Constituição Federativa de 1891 perfaziam mudanças e novas formas de domínio no Brasil. O regime político monárquico fora substituído por uma república federativa. Dentro deste novo regime expandiu--se a autonomia de suas unidades, proporcionando-lhes liberdade para direcionar o crescimento social e econômico do correspondente espaço dominado (SOUZA, 1984).

No entanto, à época destas transições encontrava-se o Brasil na peculiaridade de ser uma colônia com muitas unidades primário-exportadoras, todas desvinculadas entre si e dependentes economicamente do mercado internacional. Ao desfazer-se o mercado nacional de escravos, elo que as ligava, desprovidas de vínculos sustentáveis, quase ocorreu na nação a completa desintegração. Na contextualização desta fragilidade ocorre o pacto das oligarquias rurais, mercantilista-exportadora e daquelas resultantes do capital industrial (CARDOSO; FALLETO, 1981).

Desta forma, os estados da federação tinham o pleno domínio legal da política nacional. Até 1930 os estados sustentavam o poder presidencial em troca da ausência de intervenção federal e do direito ao controle das suas nomeações. Este aspecto político-administrativo permitiu no Brasil a instauração do coronelismo, que tinha por prerrogativa a mediação dos interesses entre as esferas do Estado detentoras do poder central, regional e local. Estava incumbido também de mediar os interesses das classes dominantes sobre as classes dominadas.

Neste ponto, este arranjo oligárquico entre os governadores e os

coronéis, no início da República, concretiza uma situação que nega o sentido burocrático da dominação na sociedade, resultando ao sistema a velha confusão do público e do privado, peculiaridade marcante dos sistemas políticos patrimonialistas<sup>3</sup>, regidos pela dominação (FAORO, 1998).

Na esfera da dominação política, o Brasil com propriedade desempenhou papéis definidos entre as classes sociais. Dominadores e dominados se arrastam na recíproca aceitação de autoridade. A obediência neste âmbito é mera consequência da legítima aceitação da dominação como norma, situação bem traduzida no desempenho do regime patrimonialista, figurado por uma dominação tradicional que ocorre “[...] *quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais, existentes desde sempre [...]*” (WEBER, 2000, p.148).

Entretanto, o sistema patrimonialista dominante de toda atividade política no Brasil foi consolidado pelo viés do coronelismo instalado em seu interior, que estendeu sua duração pela ação de três forças resistentes: ausência de profissionalização militar, que resultou na concentração dos poderes políticos, militares e policiais para os poderosos senhores locais; os arranjos de empregos estatais de pouco trabalho e vantagens pecuniárias e uma justiça inoperante e parcial que atendia aos interesses dos grupos dominantes no interior do Estado, solucionando conflitos pelo uso da violência e dominação (ADORNO, 1998). Tais circunstâncias dificultaram a solidez do espírito público e promoveram a estabilidade da “[...] *pobreza do povo, especialmente da população rural e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres*” (LEAL, 1997, p.287).

Pois na estrutura do coronelismo a demarcação social, política e econômica, não apenas das classes inferiores, mas das outras escalas sociais, adotava por referência a pessoa do coronel, chefe supremo da parentela, e, outras vezes, de todo um reduto eleitoral vasto. Este controle eleitoral é uma peculiaridade importante, pois o domínio político se relacionava à quantidade de votos, que normalmente era utilizado como instrumento da manutenção do poder, consolidado diante do domínio do eleitorado, destituído de formação cidadã e impossibilitado de expressão política (QUEIROZ, 1976). Porquanto

[...] *assim nos aparece este aspecto importantíssimo do*

---

<sup>3</sup> “[...] *sistema de dominação política ou de autoridade tradicional em que a riqueza, os bens sociais, cargos e direitos são distribuídos como patrimônios pessoais de um chefe ou de um governante [...]*” (SANDRONI, 1994, p.256).

*“coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregados, dos favores e da força policial, que possui em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (LEAL, 1997, p.63 e 64).*

De forma que analisando o Brasil desde a colonização, que desprovida de propósitos de construção, chegou ao Brasil dotada de ideais ibéricos dos tempos medievais, buscava a velha forma de “[...] amontoar ouro, de fazer fortuna rápida, sem as agruras do trabalho e a mínima afeição à terra; entre eles a energia e a atividade construtoras eram atividades negativas” (CLÁUDIO, 2002, p. 26). Não se elencavam nos seus propósitos as finalidades públicas, pois o motor que impulsionava ao novo continente era os interesses pessoais e pecuniários. Foi sob a égide deste contexto que o Espírito Santo também foi formado.

De ocupação lusitana, ainda no primeiro século da colonização, o estado já nasce marcado pela pobreza. O donatário da nova capitania hereditária, Vasco Fernandes Coutinho, aporta em terras capixabas desprovido de recursos e com aproximadamente sessenta homens, número reduzido para desbravar e ocupar o estado, uma vez que a ocupação exigia diretrizes específicas em face da resistência de tribos indígenas. Este panorama já permeou de dificuldades a ocupação do estado, que inclusive, de acordo com Augusto de Saint-Hilaire<sup>4</sup>, em *Viagem ao Espírito Santo e ao Rio Doce*, a província, referindo-se ao atual estado do Espírito Santo “[...] é isolada, pobre, e nada, por assim dizer, nela atrai os estrangeiros [...]” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 18).

Pois o crescimento econômico concentrado, relativamente à mineração no polo de Minas Gerais no século XVIII, não conseguiu persuadir a capitania retardatária. O Rio de Janeiro canalizava o ouro ao porto, o que se deu por razões políticas. Ao passo que o Espírito Santo foi posicionado para impedir o acesso à região mineira, e conseqüentemente não concorreu com o êxito da economia que a mineração proporcionava.

O estado encontrava-se neste contexto e ao tempo das inovações jurídico-políticas no início do regime republicano, inexpressivamente colocado entre as unidades federativas. Os registros históricos são suficientes para compreensão da estagnação social e econômica existentes no Espírito Santo

---

<sup>4</sup> Viajante francês, também botânico e naturalista, que percorreu o território brasileiro no início do século XIX.

ainda no início da Primeira República. Em quaisquer dos aspectos analisados sua defasagem é notória com relação ao crescimento dos outros estados, especialmente daqueles localizados na região sudeste.

Nota-se, por exemplo, que a grande demanda da mão de obra para a sustentabilidade da economia cafeeira no Brasil foi substituída pelos imigrantes diante do fim da escravatura. Mas a imigração representava para o Espírito Santo apenas um jogo político de interesses para a ocupação territorial, na realidade uma *“[...] política de colonização na qual a vinda de imigrantes tinha o papel de elevar o contingente populacional, promover a ocupação territorial e expandir as potencialidades produtivas capixaba”* (CAMPOS JÚNIOR, 1985, p.47).

Conforme a historiografia capixaba, foi a partir da metade do século XIX que o estado do Espírito Santo encontrou na cultura cafeeira sua base econômica, caracterizando um modelo primário exportador, e foi apenas a partir de 1970 que a economia se volta à estrutura de industrialização, compondo um novo perfil da sociedade diante da ocupação espacial (SIQUEIRA, 2010).

No tocante ao desenvolvimento social, aqui mais fácil de compará-lo ao contexto brasileiro, em alguma medida atrasado e disforme, o Espírito Santo na emergência da modernização lança incentivos fiscais, se apropria do homem do campo para assumir o novo e irremediável trabalho nas indústrias. Mas o êxodo rural não figurou uma solução para a demanda urbana. Instalou-se antes um problema crescente, onde homens desprovidos de qualificação, formam uma massa de marginalizados do mundo do emprego, onde *“[...] num primeiro momento inserida nas obras de construção dos Grandes Projetos Industriais, e, com a conclusão dos mesmos, colocada fora do mercado de trabalho formal”* (MATTOS, 2011, p.210).

Assim se formou a estruturação do poder político-administrativo do estado do Espírito Santo. Mesmo nas últimas décadas do século XIX, observa que havia um condicionamento da economia e da sociedade capixaba aos efeitos da monocultura cafeeira, cuja expansão deu origem aos núcleos urbanos onde se desenvolveram outras atividades econômicas. Mas há de *“[...] ressaltar que foram essas classes que consolidaram a sede político-administrativa da Província e que, portanto, eram elas que detinham a primazia da direção política do Espírito Santo desde os primórdios coloniais”* (SILVA, 1995, p.59). Ressalta-se ainda, que na metade do século XX, quando nos outros estados da região sudeste as práticas populistas passam, no Espírito Santo permanece a dominação política coronelista, com a força da lealdade e da solidariedade entre

os coronéis.

De forma que do Império para a República não há rupturas com o sistema, mas apenas adaptação de um modelo capaz de conservar uma classe dominante na administração pública. Esses novos arranjos estruturais caracterizam um novo modelo de dominação política, agora urbano e moderno, cujas forças não se encontram mais no grande latifúndio, mas em táticas que se adaptam às mudanças constantes da sociedade.

Corrupção e cultura política patrimonialista: um estudo dos três poderes do estado do Espírito Santo

As transformações sociais que ocorrem no Brasil após 1950, especialmente originadas pela passagem de uma sociedade rural para urbana, motivaram a constituição de novos parâmetros de atuação política. As novas demandas sociais impulsionaram um aumento na participação dos processos eleitorais, nas novas coalizões políticas e na inovação no perfil da elite política. Assim o tradicionalismo passa a vigorar no clientelismo de massa, elo de manutenção do poder, cujos favores são proporcionados pelo acesso e controle dos recursos públicos (KERBAUY, 2000).

Essa modalidade de dominação adapta o poder privado e o público, através da extensa representatividade do regime político que barganha os votos através de outros mecanismos, que difere da política dos coronéis quanto ao ‘meio’, mas se assemelha quanto ao ‘fim’.

Porque agora está em pauta o novo patrimonialismo. Firmado nos interesses comuns dos grupos dominantes do Estado, na impunidade e na fragilidade do controle e da estrutura estatal, cujo sistema reprime os mais pobres em favorecimento próprio (SORJ, 2001).

De forma que a legislação ao longo da trajetória política no Brasil, com raras exceções, é contínua no consentimento com os interesses da elite dominante (PRADO JÚNIOR, 1999). Identificada nos escândalos políticos, a corrupção, fenômeno que usurpa o conceito de Estado Democrático, é a continuação histórica do Estado Colonial, onde a legislação de forma precípua protegia os interesses dos detentores do poder político. Essa dominação política permeou o país “[...] *pela indeterminação entre as fronteiras do público e do privado, do espaço civil e da sociedade política* [...]” (ADORNO, 1988, p.71).

Este contexto promoveu a propagação da corrupção e suas contradições

no Estado brasileiro. A velha incoerência entre Metr pole e Colônia, figurada na distância entre governo e sociedade, se faz presente mesmo na República. Apropriando-se de símbolos republicanos, pode-se analisar a perpetuidade da política imperial em que “[...] a República é a ama-de-leite, a vaca leiteira, que tem de alimentar políticos e funcionários que vivem dela e não para ela [...]” (CARVALHO, 2008, p.88), desvirtuando o ideal republicano. Pois a República é uma comunidade política organizada, sobretudo onde a  tica ocupa papel central no seu desenvolvimento, distanciando os interesses pessoais no exercício da fun o pública e, ao mesmo tempo, promovendo o bem comum (ARENDDT, 1999).

As estratégias para a manuten o do poder da elite conservadora no Brasil resultaram na continua o de um sistema patrimonialista, que se apresenta ao longo dos séculos de sua história como a causa de muitas mazelas. Figura como herança deste sistema a ausência de impessoalidade dos agentes no exercício das atividades públicas, promovendo continuamente o fenômeno da corrup o, que neste trabalho é apresentada a partir dos Três Poderes do estado do Espírito Santo.

Poder executivo do Estado do Espírito Santo: corrup o na atividade política (era José Ignácio – 1999 a 2003)

O governador do estado do Espírito Santo (1999-2003), José Ignácio Ferreira também sofreu denúncias de corrup o, instala o da CPI da propina pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Inquéritos no STF, pedido de interven o federal no Estado por iniciativa da sociedade e a es judiciais.

Os fatos de corrup o nas esferas públicas do Brasil, descritos em sua obra em *A  tica da malandragem: no submundo do Congresso Nacional*, reservou para o Espírito Santo ocorrências do governo José Ignácio, relacionadas com a campanha eleitoral. O governador do Espírito Santo teria coberto o saldo devedor de sua conta de campanha com um empréstimo feito no Banco do Estado. Logo após, duas empreiteiras teriam quitado o empréstimo para o governador (VAZ, 2005).

Os financiamentos aos partidos em tempo de campanha sincronizam o meio e o fim da elei o. Por isso, a questão dos financiamentos dos partidos nas campanhas leva a um questionamento fundamental, uma vez que a corrup o política e o tráfico de influência se encontram normalmente relacionados. De forma ampla, no Brasil os escândalos em face de financiamentos ilegais têm

levado crise aos partidos e a inconfiabilidade de seus governos.

Neste ângulo, os comportamentos dos candidatos não condizem com a atividade política, pois esta é “[...] sempre uma ação coletiva [...] feita em torno de interesses pessoais ou grupais pode ser compadrio, negócio, ou até mesmo *cosa nostra*, mas certamente não será aquilo que [...] é identificado com a busca do bem comum [...]” (BENEVIDES, 2003, p. 83,84), e cuja ausência resulta em uma conduta política concorrente para os desvios dos compromissos institucionais.

Por isso, apesar de decorridos cinco séculos de processo da formação do povo brasileiro, dentre muitas experiências que transformam a sociedade, parece imutável quanto ao conformismo com suas origens étnicas luso-tupis. Sofreu os impactos das duas revoluções tecnológicas: a agrária e a industrial. Mas todas as suas forças transformativas foram contidas pelas classes dominantes que não permitiam ter sua hegemonia ameaçada (RIBEIRO, 1995).

Esta hegemonia está intrinsecamente relacionada com ausência de separação entre o público e o privado, simbolizada no campo social pela casa e pela rua. A casa é considerada o local das hierarquias e das liberdades. Nela se faz coisas não apropriadas para a rua. Na rua os brasileiros são sub cidadãos de comportamento negativo, sobretudo mais relevante no trato com as coisas públicas, onde as normas são violadas porque se imputa ao governo as responsabilidades e a vergonha da desordem (DAMATTA, 1997).

*Nesse sentido o aparelho governamental, diante da inexistência ou fraqueza das instituições intermediárias entre poder doméstico e o poder público, não pôde ser acionado como entidade autônoma, dotada de fins próprios, porém concebidos e utilizado como propriedade particular [...] (ADORNO, 1988, p.71).*

Tais características culturais são transportadas com o indivíduo para o cenário público. Ao atuar como político, mescla suas tendências pessoais com sua função, podendo implicar em um comportamento evasivo, com desvio da finalidade da função pública assumida. O compadrio, a complacência, a conivência e até a criminalidade constituem o desvio da finalidade do governo, bem expressada no poder utilizado por uma elite dominante em favor dos interesses próprios.

Corrupção no poder legislativo na era Gratz: ascensão e queda (1993 a 2003)

José Carlos Gratz, eleito deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa no Espírito Santo por três vezes (1993-2003), é considerado um político que reuniu em dez anos de vida pública audácia e poder. Na história política do estado dificilmente se encontra quem se compare a Gratz, cujo declínio foi destaque nacional enquanto *“[...] apanhado pela força-tarefa que investigou o crime organizado no Espírito Santo. Depois teve decretada a sua prisão provisória, sob a acusação de ter desviado dinheiro da Assembleia”* (VAZ, 2005, p.131).

O esquema das associações, a corrupção que marcou a “Era Gratz”, foi um instrumento utilizado para ampliar a prática da corrupção, demonstrando as muitas formas de fazê-la e refazê-la. Para a simulação dos procedimentos fraudulentos, as importâncias em cheques eram sacadas ou depositadas em contas bancárias de pessoas diversas daquelas que representavam as entidades beneficiadas. De acordo com o Ministério Público do Espírito Santo (MPES), os requerimentos tinham alto grau de similaridade com os documentos originais<sup>5</sup> (BRASIL, 2013).

Tais arranjos assumem um caráter de cumplicidade que culminam com privilégios variáveis, perpetuados nas administrações públicas brasileiras pelos donos do poder, como camada social designada por uma *“[...] situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade [...]”* (FAORO, 1998, p.46).

No auge de sua glória, Gratz manifestava seu poder afirmando ter *“[...] um estilo de trabalhar tanto na minha vida empresarial como dentro da minha vida de cidadão comum e até como pai e como marido, de ter autoridade [...]”* (GRATZ, 1998). Este comportamento lembra a teoria e a prática do ‘sabe com quem está falando’. O trecho textual que expressa o pensamento de Gratz representa bem

*[...] as perplexidades de uma estrutura social em que a hierarquia parece estar baseada na intimidade social. Neste sentido, as relações podem começar marcadas pelo eixo econômico do trabalho, mas logo depois adquirem uma tonalidade pessoal,*

---

<sup>5</sup> Notícia de 05/07/2007.

*definindo-se também no plano de uma forte e permanente moralidade [...] (DAMATTA, 1997, p. 192).*

A contextualização deste comportamento está no que Sérgio Buarque de Holanda denominou de ‘homem cordial’, uma das características do perfil do brasileiro. O homem cordial é um tipo ideal que não tem necessariamente em seu bojo a bondade, mas pressupõe comportamento de caráter afetivo, manifestados até mesmo na religião, algo facilmente identificável no tratamento dos santos, em que estes são vistos como próximos e amigáveis, culminando numa aproximação exacerbada que traz à tona ritos afrouxados e humanizados (HOLANDA, 1995). Portanto, a cordialidade na política gera um patrimonialismo em que não há distinção do domínio público e privado, sendo a escolha de funcionários pelo empregador pautado fortemente pelas relações pessoais.

A Era Gratz é a expressão da experiência política no Brasil, onde a “[...] *corrupção de um governo é o processo pelo qual ele perde seu princípio e, por conseguinte, transforma sua ‘natureza’ [...]*” (SPECTOR, 2001, p.16), dando à postura política diferentes maneiras de negar a finalidade pública.

É a repetição da herança portuguesa onde o Estado detém e manipula o poder com a finalidade de sustentação de interesses específicos e particulares. Mais uma vez a esfera privada se confundindo com a pública, onde o Estado sofre uma invasão da família, comandando a vida social da nação a partir de interesses particularistas e atuação antipolítica.

Operação naufrágio: a revelação de um judiciário fora da lei (dezembro de 2008)

A última década do século XX e a primeira do século XXI estarão na memória do estado do Espírito Santo como o marco da devassidão das instituições políticas, especialmente dos Três Poderes. Poderia ser inevitável, mas não o foi. O judiciário, enfim, ‘fecha’ o ciclo da corrupção. Melhor, o complementa, pois as múltiplas manobras de práticas da corrupção são fatos histórico e ainda persistem.

O Judiciário do Estado entrou para o rol dos episódios de corrupção com

ênfase no nepotismo<sup>6</sup>, que fora desvendado no Tribunal de Justiça do Espírito Santo – TJES através da Operação Naufrágio pela Polícia Federal em dezembro de 2008. A investigação apurava um suposto esquema de venda de sentenças em troca de vantagens pessoais, que denunciou pessoas de diversos segmentos da sociedade (MEDEIROS; STENKA, 2010).

O nepotismo e as transações comerciais das decisões judiciais são exemplos de instrumentos utilizados para a manutenção do *status* social e econômico, perseguidos por aqueles envolvidos no escândalo. É a hereditariedade dos primeiros séculos onde “[...] *Além deste fator pecuniário intervinham também, como era natural, considerações de ordem pessoal [...]*” (PRADO JÚNIOR, 1999, p.16).

É necessário considerar que dentro de um âmbito analítico, o desvirtuamento da finalidade pública do Poder Judiciário se apresenta mais grave do que nos outros poderes, primariamente, porque nestes últimos, seus membros têm ingresso via pleito, por isso, com possibilidades de mudanças, enquanto os magistrados são privilegiados com certas garantias, como vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos (BRASIL, 1988), além do ‘poder’ pertinente à responsabilidade da função jurisdicional.

Todavia, no tocante especificamente às punições dos serventuários envolvidos neste episódio, observa-se que, sem prejuízo de ações penais, processos disciplinares administrativos decidiram pela aposentadoria compulsória, pena máxima aplicada a magistrados. Embora legitimada por preceito legal, diante de um crime a aposentadoria se apresenta mais como um prêmio do que uma punição. Ocorreu ainda via Processo Disciplinar Administrativo, a exoneração de um magistrado. Neste caso não seria possível a aposentadoria compulsória, uma vez que o juiz ainda se encontrava dentro do biênio probatório.<sup>7</sup>

Nota-se que dentre as principais descobertas da investigação que originou a Operação Naufrágio, destacam-se os arranjos institucionais entre o judiciário e empresas públicas ou privadas, pessoas ou grupos. Nesse contexto, aplicava-se ‘aos amigos, tudo; aos inimigos a justiça’. Um exemplo são os

---

<sup>6</sup> Prática administrativa que consiste no favorecimento de parentes e amigos com empregos, títulos ou honorárias. Constitui ato de corrupção e abuso de poder, seja na esfera pública ou privada. O termo é de origem eclesástica: amplamente utilizados por papas no decorrer dos séculos XV e XVI, o nepotismo foi expressamente condenado pela igreja católica em 1692 (SANDRONI, 1994, p.240).

<sup>7</sup> (Juíza... acesso em 1 mai. 2014; JUIZ..., acesso em 1 mai. 2014).

processos de improbidade administrativa, de vários chefes de executivo municipais, que permaneceram engavetados (MEDEIROS; STENKA, 2010).

Desta forma, o compromisso com a aplicabilidade da lei, seu amparo, proteção ou tutela dos direitos, perpassa como sofisma pelo judiciário do Espírito Santo. Na crise, deixou explícita a dicotomia entre o serviço de finalidade pública e os interesses exclusivos de um grupo seletivo. É a marca do Estado patrimonialista onde

*[...] A lógica das leis e das decisões estava longe da impessoalidade e da igualdade dos valores, senão que sofria ao arbítrio do príncipe, que alterava o regime jurídico de acordo com sua conveniência, sem se prender à resistência dos interessados. Arbítrio, porém, não significa capricho, vinculado que estava à comunidade dirigente [...] (FAORO, 1998, p.67).*

Aqui se releva a naturalidade com que os donos do poder dispõem suas atividades, retratados por uma elite política dominante no Brasil, manipuladores e conservadores de toda vida pública. O domínio da ordem social está intrinsecamente condicionado à função exercida, cujas prerrogativas são mais fiéis aos impulsos pessoais do que às finalidades coletivas e sociais. A justiça capixaba, simbolizada no vexame da ‘Operação Naufrágio’, suplanta a sociedade que desacredita na perspectiva de uma instituição para seu serviço, se constitui como um instrumento que

*[...] se expande e se sustenta. Uma circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo, ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. O que está fora do estamento será a cera mole para o domínio, enquanto esta, calada e medrosa, vê no Estado uma potência inabordável, longínqua, rígida [...] (FAORO, 1998, p. 390 e 391).*

Notoriamente, foi o nepotismo, figurado no domínio dos clãs no TJES, o principal instrumento para a facilitação de negociações fraudulentas das sentenças. Raramente este tribunal fazia quaisquer pronunciamentos sobre parentes contratados. Mas, ao final por um procedimento de controle administrativo do Conselho Nacional de Justiça foi possível averiguar o nepotismo direto e cruzado (MEDEIROS; STENKA, 2010).

A partir do contexto das investigações da Operação naufrágio, pode-se referenciar que implicitamente o sistema português se apresenta como um modelo e um norte para muitos brasileiros, afinal “[...] o que o português vinha

*buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho [...]” (HOLANDA, 1995, p. 49).*

Aqui, invoca-se a percepção weberiana sobre o trabalho. Em *a ética protestante e o espírito capitalista*, analisa-se o comportamento social dos calvinistas que colocam o trabalho como a principal atividade da vida, porquanto acreditam que o trabalho aproxima o homem de Deus, cujo esforço é exaltado (WEBER, 2007). No entanto, os povos ibéricos estavam no caminho inverso dessa perspectiva, estacionados na antiguidade clássica e situados de forma que a ociosidade se apresentasse

*[...] mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação (HOLANDA, 1995, p.38).*

Por esta perspectiva, o favorecimento do ingresso em um emprego público via nepotismo, muitas vezes descaracterizado pela manobra ilegal dos concursos, é a tradução de uma estabilidade sem mérito, que, inclusive, remove de outros cidadãos o direito de concorrer, ingressar e permanecer no quadro de servidores públicos.

Assim, considera-se que o percurso da cultura política brasileira ainda demonstra a existência de um Estado patrimonialista, cuja persistência resulta na repetição da história com novas características, viabilizando a conduta que infere ‘pessoalidade’ na busca de privilégios pela detenção do domínio. Relação que propaga a conservação do poder através de muitos instrumentos de corrupção, por isso ainda hoje *“[...] a camada dirigente, aristocrática nas suas funções e nas suas origens históricas, fecha-se na perpetuidade hereditária, ao eleger os filhos e genros, com o mínimo de concessões ao sangue novo [...]” (FAORO, 1998, p.388).*

Este cenário institucional propício à corrupção tem sua gênese na formação do Brasil. A dialética na perspectiva política perpassa por transformações, mas os recuos apontam para um sistema doente, impregnado de condutas inibidoras de avanços consideráveis, onde uma elite dominante não reage diante de um Estado sem expressão ética, antes, apresenta-se descompromissada com a construção social e política, porquanto age em favor do tráfico de influência, do nepotismo, do abuso de poder, do desvio dos recursos públicos, entre outras, trazendo o vazio que

*Somente a perspectiva histórica dará o traço que completará o quadro. O estamento como categoria autônoma, superior à sociedade, emancipado do caudal triturador da história, - este o problema não solvido. [...] séculos de hesitações e de ação, de avanços e recuos, de grandeza e de vacilação serão a resposta de um passado teimosamente fixado na alma da nação (FAORO, 1998, p. 93 e 94).*

Neste contexto político, a corrupção é um ato que se sobrepõe ao interesse público. Contudo, na República o interesse público pode condicionar o interesse privado, pela legitimidade que os parâmetros legais lhe conferem. Logo, se o interesse público não encontra vigência para se sobrepor aos interesses privados, resta sem evidência a atuação republicana (GUIMARÃES, 2008).

No Brasil, a nova perspectiva de organização política-administrativa, todavia, não rompe com o velho modelo, que analisado pelo viés dos Três Poderes do estado Espírito Santo, aponta que a cultura política patrimonialista ainda é vigente, facilmente reconhecida nas múltiplas maneiras de exercitar o uso da coisa pública para favorecimentos próprios.

#### Considerações finais

Com base na explanação realizada neste trabalho, demonstrou-se que o fenômeno da corrupção nos Três Poderes do estado do Espírito Santo ocorre na perspectiva da cultura política patrimonialista. Através da trajetória histórica da formação do país, orientada pela estrutura governamental lusitana, a administração pública brasileira apresenta, por herança, características que apontam para uma difícil distinção entre as esferas pública e privada.

Dentro desta conjuntura, o estado capixaba sofreu um dos maiores retrocessos dentre as unidades federativas. A localização geográfica e o desenvolvimento socioeconômico influenciaram sua construção social, inclusive amplamente marcada pelas práticas políticas lusitanas. Ainda no início da República, a conservação da atividade política estava intrinsecamente relacionada com a economia cafeeira, onde as práticas coronelistas e populistas tiveram maior força de ação no Espírito Santo, quando comparado aos outros estados, especialmente da região sudeste.

Este aspecto da administração colocava a sociedade sob a propagação da dependência pessoal e da subordinação, condições peculiares do estado patrimonialista e representado no grande latifúndio dos coronéis, preponderantemente no Espírito Santo. De forma que a nova estruturação política-administrativa no estado, analisada nesta investigação pela atuação dos Três Poderes, efetivamente não rompeu com a antiga cultura patrimonialista, herança cultural política dos primeiros séculos, concorrendo para as mais diversas formas de fazer corrupção.

A permanência do sistema político patrimonialista com as práticas nos antigos modelos medievais viabilizou a ausência de um Estado Democrático de Direito, nomenclatura harmoniosa com os sistemas republicanos. Verifica-se, assim, que mesmo após transcorrido os períodos da Colônia e do Império, regidos pela dominação tradicional patrimonial, a República não condicionou a seu tempo a implantação do Estado racional-legal, indispensável para implantação do Estado Moderno.

No âmbito desta pesquisa, é imprescindível refletir questões pertinentes à ética e à consciência política na perspectiva do republicanismo. Neste âmbito, a dicotomia entre coisas pública e privada torna-se um elemento central nas administrações dos sistemas republicanos, contrariamente ao modelo patrimonialista onde inexistente esta distinção.

Assim, ocorre a emergência da postura republicana, da valoração do espírito público, essencialmente para delimitar interesses público e privado com a finalidade de inibir práticas patrimonialistas. Mas falta, todavia, de forma geral à sociedade e ao corpo político o exercício da moral que resulta em ética na política, característica imprescindível nas Repúblicas, responsável por expressar a condição comunitária digna, sem corrupção, onde cidadão e Estado são promotores do respeito ao outro e do bem comum, respectivamente. Tais parâmetros se completam quando o Estado exerce a ética para ampliar o universo político em prol do coletivo, cujo interesse público transparece na aproximação disponibilizada em serviços à sociedade.

O viver na República perpassa por um sentido de reunião coesa de valores e princípios que envolvam todos os indivíduos, governos e povos, onde o exercício dos direitos e dos deveres sejam pertinentes a todos igualmente. E na mesma medida seja igual para todos a promoção do desenvolvimento da consciência crítica para a política. Mas o despertar desta reflexão não acontece sem que haja um reconhecimento global da propagação dos costumes que impactam de forma negativa a constituição de um Estado-Nação.

Logo, a máquina estatal carece de mudanças estruturais para atender a contextualização do sistema republicano com ênfase na separação do público e do privado. O embaraço pela ineficácia da implantação da República, deve-se em larga escala ao confronto cultural, de mesclar os interesses públicos com os privados, cujas práticas estão arraigadas na construção histórica, inexoravelmente transplantadas para o cenário político. Erradicar estes desvios culturais implica em alargar as fronteiras de formação política dos indivíduos pelo viés da educação política, que integra e transforma cidadãos, bem como canalizar para quaisquer dos âmbitos governamentais o exercício político em estreita relação com o *ethos* republicano.

## Referências

- ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ARENDT, Hannah. Crises da República. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BENEVIDES, Maria Victória. Nós, o povo. Reformas Políticas para realizar a democracia. In: BENEVIDES, M. V.; KERCHÉ, F.; VANNUCHI, P. (Orgs.). Reforma Política e Cidadania. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Transparência. Justiça analisa mais ações sobre rombo na Assembleia. A Gazeta. Vitória, 5 jul. 2007. Disponível em: <[http://www.deunojournal.org.br/materia.php?mat=170417&pl=José\\_carlos\\_gratz\\_e\\_a\\_editora\\_lineart](http://www.deunojournal.org.br/materia.php?mat=170417&pl=José_carlos_gratz_e_a_editora_lineart)>. Acesso em: 11 ago. 2013.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. O novo arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória. São Paulo: FAU/USP, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CLÁUDIO, Afonso. A História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.
- DAMATTA, Roberto. A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Vol. 1, 13ª ed. São Paulo: Globo, 1998.
- \_\_\_\_\_. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Vol. 2, 13ª ed. São Paulo: Globo, 1998.

- FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção, democracia e legitimidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- Gratz prevê demissão de 20 mil. Capixaba Agora, Vitória, ano II, n. 11, p. 5, dez. 1998. Entrevista concedida pelo Deputado José Carlos Gratz.
- GUIMARÃES, Juarez. Interesse Público. In: AVRITZER L. et al. Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: UFMG. 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- JUIZ Frederico Schaider Pimentel é expulso da magistratura. Gazeta On Lin. Vitória, 25 mar. 2010. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2010/03/617136juiz+frederico+schaider+pimentel+e+expulso+da+magistratura.html>>. Acesso em: 1 mai. 2014.
- JUÍZA acusada de vender sentenças é punida com aposentadorias. Estadão. São Paulo, 23 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,juiza-acusada-de-vender-sentencas-e-punida-com-aposentadoria,514975,0.htm>>. Acesso em: 1 mai. 2014.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. A morte dos coronéis: política interiorana e poder local. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial – UNESP, 2000.
- KROHLING, Aloísio. Dialética e direitos humanos: o múltiplo dialético - da Grécia à Contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2014.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a região metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2011.
- MEDEIROS, Rogério; STENKA, do Amaral Calado. ‘Um novo Espírito Santo’: onde a corrupção veste toga. Rio de Janeiro: Editora Capital Cultural, 2010.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil: Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- \_\_\_\_\_. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense. 1999.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de. Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. Vitória/ES: Secretaria Municipal de cultura, 2002.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best-Seller. 1994.
- SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, Interesses e Poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória. Vitória: Grafitusa, 2010.
- SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em Perspectiva: São Paulo: Difel, 1984.
- SPECTOR, Celine. Vocabulário de Montesquieu. São Paulo: WMF. Martins Fontes, 2001.
- VAZ, Lucio. A Ética da Malandragem: no submundo do Congresso Nacional. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Martin Claret. São Paulo, 2007.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2000.

#### ABSTRACT

This article aims to present corruption in the executive, legislative and judicial branches of Espírito Santo state in view of the political culture in Brazil. It shows that the patrimonial system in Brazil has enabled the parameters for the difficult distinction between the public and private spheres, characteristic of patrimonialism. The method of multiple dialectical used in this research presents the facts about corruption in the state of Espírito Santo, systematized and correlated with the Brazilian political culture, its historical construction, cultural, economic, social and political.

**Keywords:** patrimonialism; corruption; Brazilian political culture; the republican ethics.



## Debate na grande maison: o que Bourdieu e Goffman têm a dizer sobre o garçom que serviu Sartre

Bruno C. Weber<sup>1</sup>

### RESUMO

A partir da descrição do garçom de café feita por Sartre para ilustrar seu conceito de “má-fé”, confrontaremos duas perspectivas sociológicas sensivelmente distintas que se utilizaram do exemplo sartriano em suas respectivas reflexões: o interacionismo simbólico de Goffman e o neoestruturalismo de Bourdieu. Por fim, endossamos a sugestão teórica da dialética ascendente, tal como exposta por Vandenberghe (2004), como uma possibilidade de complementação das duas perspectivas, aparentemente excludentes.

Palavras-Chave: interacionismo simbólico; *habitus*; fenomenologia; posição social.

Recebido em 23/02/2015  
Aceito para publicação em 13/05/2016

### Introdução

Entre o *Les deux Magots* e o *Café de Flore*, Sartre alcançou inspiração suficiente para ser lembrado como um dos grandes intelectuais do breve século. Entre os ininterruptos *cigarettes* e as generosas garrafas de café, por vezes reforçadas com conhaque, o filósofo francês lia, refletia, debatia e rascunhava obras que marcariam sua passagem pelo universo político e intelectual do ocidente, inclusive sua *magnus opum*, *O ser e o nada* (1943) (ARONSON, 2004, p. 48).

Nessa obra está contida a clássica descrição do garçom da *grande maison* – se do *Les deux Magots* ou do *Café de Flore* deixaremos a descoberta para os mais curiosos - que tenta “*imitar o rigor inflexível de sabe-se lá que autômato, segurando a bandeja com uma espécie de temeridade de funâmbulo*” (SARTRE,

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pelo PGCS/UFES. Agente em Indigenismo pela Fundação Nacional do índio (FUNAI), Aracruz-ES. E-mail para contato: bcurtisweber@msn.com.

2005, p. 62), inúmeras vezes citada a partir dos mais diversos prismas disciplinares, sejam propriamente filosóficos, psicanalíticos ou até mesmo estéticos<sup>2</sup>. O que nos interessará aqui será o prisma sociológico, especificamente as leituras que elaboram Bourdieu e Goffman deste já clássico passo. Veremos que as respectivas interpretações nos remeterão a alguns pontos fundamentais de cada construção teórica, ilustrando os contrastes entre cada uma das proposições.

O primeiro embate que vem à tona é a discrepância metodológica entre a objetivação participante da sociologia crítica, onde deverá restar patente as posições estruturais que ocupam os agentes numa dada interação (BOURDIEU, 2012, p. 51) e o situacionismo proposto pelo interacionismo simbólico, isso é, a análise dos *primary frameworks*<sup>3</sup> proposta por Goffman, na qual o papel do sociólogo seria o de se basear nas interações face a face estabelecidas entre os atores no cotidiano (GOFFMAN, 1986, p. 27 e *passim*).

Claro que posturas metodológicas pressupõem arcabouços epistemológicos próprios, de modo que as inegáveis inspirações fenomenológicas e behavioristas de Goffman (MARTINS, 2010) são explicitamente confrontadas pelo autor francês, que busca romper tanto com a filosofia do sujeito ou da consciência quanto com uma “*noção vaga e vazia de ‘situação’*” (BOURDIEU, 2012, p. 68), buscando, ao mesmo tempo, a avaliação de relações objetivas que escape das proposições estáticas do estruturalismo ou da teleologia do determinismo econômico. Se Goffman estava interessado nas representações elaboradas pelo indivíduo a partir da interpretação que estes tinham da situação, isso é, o público para o qual se dirigia, o cenário disposto, a conexão de ambos com a sua intenção e o repertório de papéis de que detém conhecimento (GOFFMAN, 2005), Bourdieu lança mão do conceito de *habitus*, nunca dissociado da posição social em que se enquadra num dado momento histórico, para interpretar ações sociais, e não só, mas também os gostos e os gestos, como os daquele temeroso autômato que serviu de mote às discretas anotações de Jean Paul Sartre.

Auxiliados por leituras complementares, sugeriremos que os contrastes teóricos e metodológicos, na verdade, nos deixam entrever uma possibilidade de complementação analítica nos moldes do que Vandenberghe, num outro contexto, chama de “dialética ascendente” (VANDENBERGHE, 2006c), em

---

<sup>2</sup> Para citar dois exemplos: *Liberté et mauvais foi chez Sartre* de Alexis Philonenko (1981); *Quand le cinéma d'animation rencontre le vivant* de Marie-Èvelyne Leclerc-Chevrier (2007).

<sup>3</sup> Ao pé da letra, os “quadros primários”.

que, a partir da observação das práticas cotidianas, nos possibilitará ascender em abstração para compreendermos as causas e as formas de reprodução das relações estruturais, bem como os momentos de sua contestação.

A vida cotidiana povoada de má-fé

Antes de inserirmos o exemplo que nos servirá como ponto de partida para a discussão teórica, é importante compreendermos em que sentido ele é evocado pela primeira vez, dentro de qual contexto ele emerge como uma imagem exemplar.

O conceito de má-fé, conforme cunhado por Sartre, coincide apenas em casos muito específicos com a “má-fé” rotineiramente evocada para se referir aos indivíduos aos quais são atribuídos atos de demagogia, ou que são descobertos como estelionatários ou mesmo os que são simplesmente desmentidos de maneira cabal. Ou seja, os que têm desvendadas, de uma hora para outra, as verdadeiras intenções encobertas pelas aparências que até então conseguiam sustentar.

Sartre inclui mesmo os personagens mais recorrentes da vida cotidiana como a mulher que tergiversa sobre sentimentos em um encontro amoroso, sabendo das intenções sexuais que o motivaram, ou como “*o aluno atento que quer ser atento [...] a tal ponto se esgota em brincar de ser atento que acaba por não ouvir mais nada*” (SARTRE, 2004, p. 66, grifo no original). Sob forte influência da fenomenologia de Husserl, para Sartre o ser humano é consciência do ser (o para-si), e a consciência é sempre consciência *de algo*, de modo que a condição humana é permanente projeção presente do para-si (SILVA, 1997, p.37). Aquilo que se apresenta à consciência são os *fenômenos*, onde se encontra todo o existente. A estrutura ontológica da consciência compreende a projeção para o que está fora de si- e que, portanto, não coincide consigo mesma - esse distanciamento entre o para-si e o mundo é constitutivo do próprio para-si. A consciência é permanente abertura, e esta condição indefinida – porque indefinível – é chamada liberdade. Quando ele então diz que o homem “*é responsável por sua liberdade*” (SARTRE, 2012, p. 28) significa que temos de assumir a liberdade de sermos indefiníveis – liberdade esta inescapável à própria condição humana -, e que, mesmo com as inseguranças inerentes a essa condição - já que não podemos ter as referências garantidas por um “*eu sou...*”- seriam atos de má-fé todos aqueles em que o indivíduo procura se identificar com uma *res*, um ser-em-si, e busca corroborar as imagens evocadas por essa coisa através

das suas ações, sejam essas imagens a de “uma moça respeitosa”, a de um “aluno atento”, ou de “um garçom competente”:

*Vejam os esse garçom. Tem gestos vivos e marcados, um tanto precisos demais, um pouco rápidos demais, e se inclina com presteza algo excessiva. Sua voz e seus olhos exprimem interesse talvez demasiado solícito pelo pedido do freguês. Afinal volta-se, tentando imitar o rigor inflexível de sabe-se lá que autômato, segurando a bandeja com uma espécie de temeridade de funâmbulo, mantendo-a em equilíbrio perpetuamente instável, perpetuamente interrompido, perpetuamente restabelecido por ligeiro movimento do braço e da mão. Toda sua conduta parece uma brincadeira. Empenha-se em encadear seus movimentos como mecanismos regidos uns pelos outros (SARTRE, 2005, p. 62).*

O indivíduo que assume estes gestos age de má-fé, porque ele se supõe inseparável da imagem do bom garçom que norteia seus movimentos, a ponto de prontamente dizer: eu *sou* garçom:

*Acontece que, paralelamente, garçom não pode ser garçom, de imediato e por dentro, à maneira que esse tinteiro é tinteiro, esse copo é copo. Não que não possa formar juízos reflexivos ou conceitos sobre sua condição. Sabe muito bem o que esta "significa": a obrigação de levantar-se às cinco, varrer o chão do café antes de abrir, ligar a cafeteira, etc. Conhece os direitos contidos nessa condição: a gorjeta, direitos sindicais, etc. Mas todos esses conceitos e juízos remetem ao transcendente. São possibilidades abstratas, direitos e deveres conferidos a um "sujeito de direito". E é exatamente o sujeito que devo ser e não sou (SARTRE, 2005, p. 63).*

Abstraídas as diferenças dos interesses investigativos e subtraídas as eventuais consequências éticas desta proposição – o que de modo algum nos interessará -, Goffman diz-nos algo bastante similar quando cita Ezra Park:

*Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel. [...]. Em certo sentido, e na medida em que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos — o papel que nos esforçamos por chegar a viver — esta máscara é o nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser (PARK apud GOFFMAN, 2005, p. 27, grifo nosso).*

A distinção mais evidente entre as duas abordagens é que, enquanto

Sartre está preocupado com a (in)definição do ser, Goffman atenta para a atuação dos sujeitos no palco social, ou melhor, a interação entre os indivíduos, já que a execução de um determinado papel não prescinde do público e a “escolha da máscara”, se assim podemos dizer, está condicionada à interpretação que o ator dará à situação<sup>4</sup>. Justamente pelo caráter interacional, portanto não essencial, da conduta cotidiana, os atores não *possuem* atributos reificados, mas *atuam* da maneira que interpretam ser a mais adequada à contingência<sup>5</sup>, tendo em conta seus não menos contingenciais interesses<sup>6</sup>: “*ser de uma determinada espécie de pessoa [...] não consiste meramente em possuir os atributos necessários, mas também em manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela*” (GOFFMAN, 2005, p. 74).

Em *Estigma* (2004[1963]), Goffman procura demonstrar que a “caracterização mental” daqueles que são estigmatizados, seja aqueles a quem são atribuídas uma deficiência mental ou mesmo a velhice, é idêntica, de modo que, tanto os “normais” quanto os estigmatizados conhecem o papel dos seus respectivos contrários, e são capazes de realizá-los quando preciso, o que fica evidenciado quando, por exemplo, num acidente trágico o “normal” se torna estigmatizado e sabe como se comportar enquanto tal<sup>7</sup> (GOFFMAN, 2004, p. 112). Esse exemplo demonstra como a proposta interacionista não só privilegia o recorte situacional, mas tem-no como o dado constituinte do raciocínio sociológico: as circunstâncias são definidoras dos respectivos papéis, e os atores o reconhecem a ponto de saber qual *persona* deverá assumir, se a de estigmatizado ou a de “normal”.

---

<sup>4</sup> Levando em conta que no público estão atores que também interpretam – como o interlocutor que pode atuar como se acreditasse na história que ouve, ou o professor que diz para o aluno atento: “desça do mundo da lua!”-, chegamos às interpretações das interpretações, as piscadelas das piscadelas às quais se referia Geertz. Cf. *Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos em Bali*, in. *A interpretação das culturas* (1989). Gilberto Velho atentou para a afinidade entre os processos de interação descritos por Goffman e a teia de significados da antropologia interpretativista in. *Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais* (2008).

<sup>5</sup> A crítica que Augusto Boal fez à orientação clássica da arte cênica – “o ator deve entrar na personagem” – consoa com a proposição interacionista – “a personagem é que sai do ator”. Cf. *Hamlet e o filho do padeiro: memórias imaginadas* (BOAL, 2000).

<sup>6</sup> Com relação à dimensão intencional da atuação, importante consultar a seção sobre as idealizações (p. 40-52) do *A representação do eu na vida cotidiana* (2005), na qual é demonstrada como o papel atuado é balizado por uma ideação que o indivíduo faz do próprio papel, sendo os símbolos de *status* o exemplo mais nítido.

<sup>7</sup> “Aprender que está além dos limites, ou não mais além dos limites depois de haver estado, não é, então, nada complicado, mas apenas um novo alinhamento dentro de um velho quadro de referência e uma assunção detalhada para si do que ele antes pensava que residia nos outros” (GOFFMAN, 2004, p. 113).

Cronologicamente, Goffman se inscreve uma geração após a elaboração dos vultuosos sistemas de Parsons e, em contraposição à grande narrativa própria do estilo parsoniano, procurou reconhecer na própria lida diária a única matéria de interesse de estudos. Ao contrário, pois, das abstrações sintéticas – afinal o *action is system* de Parsons tinha um valor quase metafísico (LUHMANN, 2009, p. 40) – procurava entrever qual o sentido que os indivíduos davam à ocasião que se lhes apresentava, o que evidencia sua influência fenomenológica, e, a partir desta interpretação, qual atuação julgariam ser a mais adequada, dentro do repertório de papéis que se dispunham, o que demonstra sua inspiração behaviorista.

Seria esse individualismo proposto um individualismo atomizado? As interações que constituem a situação seriam um complexo de ações e reações, meramente estímulos e respostas de indivíduos autorreferenciados?

Se assim o fosse, a dimensão *simbólica* poderia ser descartada, visto que sem um liame que conecte significativamente os atores, a encenação cotidiana seria um completo *non sense*. É por isso que Alexander diz:

[...] o interacionismo simbólico oscila ente o acaso e a categoria residual porque sempre trata de contrapor o individualismo com sua referência coletiva. À medida que lemos o livro de Goffman, vemos que ao longo de sua sua teoria individualista ele introduz uma concepção coletivista do ordenamento social, aparentemente com o propósito de desenvolvê-la (ALEXANDER, 1992, p. 142)<sup>8</sup>.

Os repertórios de que fala Goffman em *A representação do eu...* – “repertório de ‘pontas’ de representações” (2005, p. 74), “repertório de ações” (2005, p. 75), “repertório de personagens” (2005, p. 108) – são justamente as referências que os indivíduos fazem ao quadro comum de símbolos – análogos ao ser-em-si sartreano -, que possibilitam a construção da intersubjetividade durante a interação (KIRSCHBAUM & IWAI, 2011): assim, Sartre *sabe* que

---

<sup>8</sup> Em *Estigma*, Goffman apresenta-nos a seguinte passagem: “É possível pensar nos defeitos raros e dramáticos como os mais adequados para a análise aqui empregada. Entretanto parece que a diferença exótica é mais útil apenas como um meio de se tomar consciência de suposições de identidade tão completamente satisfeitas que escapam a essa conscientização. É possível, também, pensar que grupos minoritários estabelecidos, como negros e judeus, podem ser os melhores objetos para esse tipo de análise. Isso poderia levar facilmente a um desequilíbrio no tratamento. Em termos sociológicos, a questão central referente a esses grupos *é o seu lugar na estrutura social*; as contingências que essas pessoas encontram na interação face-a-face é só uma parte do problema, e *algo que não pode, em si mesmo, ser completamente compreendido sem uma referência à história, ao desenvolvimento político e às estratégias correntes do grupo*” (GOFFMAN, 2004, p. 108, grifos nosso).

aquele sujeito atua como garçom naquele momento e, quem saberia dizer, o garçom se representou daquela exata maneira porque *sabia* que tinha diante de si um famoso filósofo.

Portanto, o mundo social é o esforço encampado pelos indivíduos para a apresentação do papel mais adequado para circunstâncias específicas, sendo que este papel é um quadro de referência, uma imagem (*analogon*), um conjunto de atos, gestos, palavras, formas de falar etc. idealizados e que o indivíduo procura cumprir, ora de maneira bem-sucedida, quando o ator convence o público que é a *persona*, ora nem tanto, de onde decorrem os mal-entendidos. Sendo as interações da vida cotidiana essa busca incessante da atuação ideal, não há contradição em dizer que a má-fé, nos termos de Sartre, é exatamente o que interessa à sociologia interacionista<sup>9</sup>.

A cumplicidade ontológica entre *habitus* e *habitat*

Ao contrário de Goffman, Bourdieu não endossa a leitura de Sartre do empregado de café. Em seu artigo *Le mort saisit le vif* encontramos a seguinte passagem:

*O garçom de café não brinca de garçom de café, como quer Sartre. Ao vestir seu uniforme, feito para exprimir uma forma democratizada e burocratizada da dignidade devotada ao servidor da grande casa, e cumprindo o cerimonial da diligência e da solicitude, que pode ser uma estratégia para disfarçar um atraso, um esquecimento, ou para oferecer um produto ruim, ele não se faz coisa (ou “em-si”). Seu corpo, no qual está inscrita uma história, casa-se com sua função, ou seja, uma história, uma tradição que ele somente conhece encarnada em corpos, ou melhor, nesses hábitos ‘habitados’ de um certo habitus que nós chamamos de garçons de café<sup>10</sup>* (Bourdieu:1980, p. 8, grifo)

<sup>9</sup> Na ocasião da morte de Goffman, Bourdieu publicou um artigo no *Le monde* em sua homenagem e se referia à visão do mundo social de Goffman que poderia mesmo parecer pessimista ou cínica. “Cette vision du monde social, qui a pu paraître pessimiste, voire cynique, était celle d’un homme chaleureux et amical [...]”. (Bourdieu : *La mort du sociologue Erving Goffman : le découvreur de l’infiniment petit*, <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/varia/mortEGoffman.html>, acessado em 22/1/2014.

<sup>10</sup> Tradução nossa do trecho: “Le garçon de café ne joue pas à être garçon de café, comme veut Sartre. En revêtant sa tenue, bien faite pour exprimer une forme démocratisée et bureaucratisée de la dignité dévouée du serviteur de grande maison, et en accomplissant le cérémonial de l’empressement et de la sollicitude, qui peut être une stratégie pour masquer un retard, un oubli, ou faire passer un mauvais produit, il ne se fait pas chose (ou «en soi»). Son corps, où est inscrite une histoire, épouse sa fonction, c’est-à-dire une histoire, une tradition, qu’il n’a jamais vue

no original).

O que o autor quer dizer quando afirma que o corpo “casa-se com sua função” (*épouse sa fonction*)?

A grande crítica de Bourdieu, não só ao interacionismo simbólico, mas à toda tradição fenomenológica, é que ambas ignoram a questão da gênese da estrutura mental que se dirige para (ou se projeta no) o mundo. Para o autor, “*as estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas*”, ou ainda “*um sistema de esquemas incorporados que constituídos no decorrer da história coletiva, são adquiridos no decorrer da história individual*” (Bourdieu: 2008, p. 435). Podemos emprestar à expressão “incorporada” seu sentido mais literal, ou seja, o da “*história feita corpo*”<sup>11</sup> (BOURDIEU, 1980, p. 6), de modo que os gestos, as habilidades e as aptidões demonstradas pelo agente, remontam ao *locus* social ao qual ele pertence<sup>12</sup>. A realização de tais gestos e aptidões está, portanto, indexada a uma classe social específica, e as disposições para tais práticas específicas é chamada de *habitus*, conceituado como:

*[...] sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados* (BOURDIEU *apud* AZEVEDO, 2003).

O *habitus* não constitui, no entanto, uma determinação precisa das atitudes do agente, mas conforma uma sobredeterminação das suas ações e das suas escolhas: em outras palavras, define a sua vocação. Não que o *habitus* não possa ser modificado ao longo da trajetória do agente, o que exemplifica a própria biografia de Bourdieu, filho de camponeses que se tornou um dos acadêmicos mais importantes do século. Mas quando ocorre um encontro “*entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos*” (BOURDIEU, 2012, p. 70), quando a disposição é ratificada pela posição, isso é, quando há

---

qu'incarnée dans des corps ou mieux, dans ces habits «habités» d'un certain habitus que l'on appelle des garçons de café. »

<sup>11</sup> “L’histoire faite corps”, tradução nossa.

<sup>12</sup> A relação entre espaço social e classe é esclarecida por Azevedo em *Espaço social, campo social, habitus e conceito de classe social em Pierre Bourdieu* (AZEVEDO, 2003c).

uma coincidência entre o *habitus* e o *habitat*, entre vocação e missão (Bourdieu: 2008, p. 6), o que se tem é uma *cumplicidade ontológica*, entre o agente, com suas estruturas sociais incorporadas, e a posição social que atualmente ocupa (BOURDIEU, 1980, p.6-8; BOURDIEU, 2008, p. 104; BOURDIEU, 2012, p. 70, WACQUANT, 2007, p. 68):

Agora entendemos porque, para Bourdieu, o garçom não “brinca” de garçom de café, como diz Sartre, e por extensão também não elabora estrategicamente papéis a serem representados perante seu público, mas a missão “garçom da grande casa” conflui ontologicamente com o agente que desempenha este papel:

[...] *isso faz com que tantas ações, e não somente do funcionário identificado com sua função, se apresentem como cerimônias pelos agentes – que não por isso atores desempenhando papéis – entrem na pele do personagem social que se esperam deles e eles esperam deles mesmos (o que é a vocação), e por conta da coincidência imediata e total do habitus e do hábito é que se faz o verdadeiro monge*<sup>13</sup> (BOURDIEU, 1980, p. 8).

As práticas dos agentes, pois, não são nem os atos de má-fé, nem representações de papéis - ou apresentações de si - pura e simplesmente, mas são a própria constituição ontológica do indivíduo que jamais encontra-se destacado nem da história que corporifica, nem da situação em que se encontra. Como elucidada Loïc Wacquant, “*uma análise completa da prática requer uma tripla elucidação da gênese e estrutura sociais do habitus e do campo e das dinâmicas de sua ‘confrontação dialética’*” (WACQUANT, 2003, p. 69). A cumplicidade ontológica, enquanto coincidência da história incorporada com a história objetivada, é essencialmente uma corroboração da *doxa*, uma aceitação da ordem social tal como ela está estabelecida, a adesão imediata à ordem do mundo real como um *reconhecimento* desta ordem como *necessária*, e não como uma ordem possível (BOURDIEU, 2008, p. 438). Esta aceitação – “sistema de esquemas incorporados” norteador de práticas e constituinte dos sistemas classificatórios, portanto ela própria também uma *prática* – não é problematizada, ou nos termos do próprio autor, “objetivada” e seria a função

---

<sup>13</sup> Tradução nossa para : « C'est ce qui fait que tant d'actions, et pas seulement celles du fonctionnaire identifié à sa fonction, se présentent comme des cérémonies par lesquelles les agents -qui ne sont pas pour autant des acteurs jouant des rôles- entrent dans la peau du personnage social qui est attendu d'eux et qu'ils attendent d'eux-mêmes (c'est la vocation), cela par la vertu de cette coïncidence immédiate et totale de l'habitus et de l'habit qui fait le vrai moine ».

da crítica objetivá-la (BOURDIEU, 198, p. 14). A partir deste questionamento, é possível que o agente se perceba enquanto partícipe das relações estruturadas e estruturantes da sociedade, que invariavelmente estão situadas em campos de disputa para a construção da realidade social (BOURDIEU, 2012, p. 40), de modo que *conhecer* as relações objetivas entre as posições sociais, dá a possibilidade de o agente não *reconhecer-se* na posição a si destinada, a questioná-la ao questionar-se, enquanto “o *desconhecimento* [...] *implica a forma mais absoluta do reconhecimento*”<sup>14</sup> (BOURDIEU, 1980, p. 14), ora, condição para a reprodução das condições de dominantes/dominados, bem como dos sistemas classificatórios que corroboram estas condições (legítimo/ilegítimo; bom gosto/mau gosto; raro/banal; etc.).

A crítica, *i.e.*, o ato de objetivação das posições sociais, estende-se ao intelectual e deve ele vislumbrar-se enquanto agente atualizador das tensões sociais, situando-se nas relações estruturais – e estruturantes – específicas do seu campo. Ignorar a própria relação dialética, acima referida através de Wacquant, em que a história inscrita em seu “corpo de intelectual” se encontra com “seus ambientes estruturais de atuação/experiência”<sup>15</sup>, é inscrever-se na própria corroboração dóxica do mundo, e é exatamente para essa questão que Bourdieu aponta quando satiriza a descrição de Sartre com o “*monstro com corpo de garçom de café e cabeça de intelectual*”<sup>16</sup> (BOURDIEU, 1980, p. 9).

## Incompatibilidades e conciliações entre Bourdieu e Goffman

Conforme indicamos, o individualismo de Goffman está longe de partir do pressuposto de uma “ontologia social atomista”, para nos utilizarmos da categorização epistemológica tomada por Charles Taylor (TAYLOR, 1995, p. 198 e ss.). Em *Frame analysis*, último livro publicado em vida e a maior referência para sua proposta metodológica, Goffman nos diz que mesmo que as

---

<sup>14</sup> No original: “Alors que la méconnaissance [...] implique la forme la plus absolue de reconnaissance ».

<sup>15</sup> “Sua concepção [referindo-se a Bourdieu] quanto à precedência ontológica e metodológica do nível objetivo sobre o nível subjetivo da realidade social permanece patente na ideia de que, pelo menos que tange ao ator leigo, é a desestabilização da cumplicidade ontológica entre as disposições dos agentes e seus ambientes estruturais de atuação/experiência que está na base do surgimento de ações fundadas sobre deliberações reflexivas” (PETERS, 2013, p. 67). A orientação metodológica sobre a *objetivação participante* (BOURDIEU, 2012, p. 51) nos permite estender essa reflexão ao “ator não leigo”.

<sup>16</sup> “[...] monstre à corps de garçon de café et à tête d’intellectuel », tradução nossa.

ações sejam deliberadamente manipuladas pelo ator de forma exitosa ele está sujeito a “‘padrões’, a avaliações sociais de sua ação, baseados em sua honestidade, eficiência, economia, segurança, elegância, delicadeza, bom gosto etc<sup>17</sup>” (GOFFMAN, 1986, p. 22).

De modo inverso, apesar da proposta de crítica objetiva ao real, o indivíduo tem papel fundamental no quadro teórico de Bourdieu, posto que o conhecimento só pode ser adquirido pelo agente, sendo que este conhecimento é ele próprio prática, portanto constituinte do mundo social. O que leva Bourdieu antecipar respostas às críticas que viriam a enquadrá-lo dentre os teóricos reificadores (PETERS, 2013), ao dizer que a “concepção objetivista da objetividade, transforma-se o conhecimento comum ou erudito em um simples reflexo do real” (BOURDIEU, 2008, p. 435).

E ainda com relação ao estatuto intermediário do *habitus* entre as estruturas sociais e o corpo individualizado, Loïc Wacquant nos diz:

*O habitus fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: sociação porque nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares [...]; individuação porque cada pessoa, tendo uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas* (WACQUANT, 2003, p. 68).

Ora, ainda que reconheça as referências coletivas, os *framings* goffmianos, com as regras, os sentidos acessados na situação, as estratégias elaboradas para a apresentação de si, seriam os únicos dados disponíveis ao sociólogo, sendo que cada encontro realizado dentro do cotidiano resulta em atualizações da vida social que as grandes narrativas – estruturalismo, funcionalismo, teoria sistêmica etc.. – não conseguem capturar, por exemplo, o que é evidenciado pelas estratégias de resistência elaboradas pelos pacientes de manicômios, registradas em seu clássico *Manicômios, prisões se conventos*<sup>18</sup> (GOFFMAN, 1999[1961]). Esta proposta exige, pois, que se tenha um recorte espacial físico bem definido, já que são as atuações que se realizam no face a face.

---

<sup>17</sup> Tradução nossa para o trecho: “These doings subject the doer to ‘standards’, to social appraisal of his action based on its honesty, efficiency, economy, safety, elegance, tactfulness, good taste, and so forth.”

<sup>18</sup> O também clássico filme *Um estranho no ninho* (*One flew over the cuckoo’s nest*, 1975) é uma descrição bastante similar às estratégias descritas por Goffman em sua obra.

Visto que Bourdieu está interessado na objetivação da realidade naturalizada, sua conotação de espaço é primordialmente *social*, onde os agentes ocupam posições específicas dentro em sua relação com os campos - e entre os campos - prescindindo da imediatidade física.

*Analisando as interações entre os indivíduos, Goffman vai circunscrever o espaço ao espaço físico-geográfico. O autor haverá de proceder a sua análise tendo em vista os limites “naturais” na qual se dá a interação. [...]. Bourdieu, ao contrário de Goffman, buscará compreender o espaço enquanto espaço social. Esse é um ponto interessante na medida em que agora se tem uma compreensão do espaço não mais restrita a elementos fisicamente limitados, mas espaços sociais onde estão envolvidas relações de poder. Bourdieu denominará esses espaços de campos (MACIEL & MOURA, 2013, p. 87, grifos no original).*

Atentemos que prescindir da imediatidade do contexto espacial físico não significa renegá-lo, mas antes pressupor a *sobredeterminação* desenhada pelas relações do(s) campo(s) sobre as ações individuais ali - e precisamente “ali” - desenvolvidas, do mesmo modo que das interações desenvolvidas num espaço físico definido não nos impede – Bourdieu diria, não “nos desobriga” – de remetê-las à história que se atualiza através dos corpos.

A discrepância metodológica das duas propostas pode nos conduzir a uma escolha exclusivista *a priori*. No artigo intitulado *Construção e crítica na nova sociologia francesa* (2006), Vandenberghe discute a possibilidade de conciliação entre a teoria construtivista de Bruno Latour – que se propõe a reconhecer a autenticidade das situações - e a sociologia crítica de Pierre Bourdieu, reconhecendo o pouco espaço deixado à reflexividade dos agentes (VANDENBERGHE, 2006c, p. 352). Podemos endossar a proposta ali constituída de um esforço para a realização de uma “dialética ascendente”, tendo como orientação a apreensão de como as situações integram categorias que, orientando as práticas, “*permitem retificar a tendência à reprodução das estruturas de dominação*” (VANDENBERGHE, 2006c, p. 353). O que o teórico belga procura conciliar é a crítica mútua entre construtivismo e teoria crítica, sugerindo que seja remontada as interações ordinárias do cotidiano até os condicionamentos históricos estabelecidos, que, invariavelmente, situam aquelas interações em lugares de poder distintos. Não se deve, pois, subestimar a inventividade dos indivíduos na elaboração de suas *personas* que são apresentadas no mundo social. Mas é necessário compreender tais elaborações num quadro mais amplo, a que se chama estrutura social, que é, consciente ou

inconscientemente – reconhecendo ou não sua posição, no sentido de Bourdieu – atualizada pelas ações<sup>19</sup>. Em miúdos, essa alternativa teórica propiciaria:

- 1º) em obediência ao rigoroso indutivismo proposto por ambos<sup>20</sup>, permitir que as contingências se expressem enquanto tais, e não como casos da estrutura;
- 2º) a sistematização dos dados situacionais permitirá que se busquem regularidades e tendências, *indexadas ao recorte do objeto*, e não hierarquizadas *a priori* quanto à sua relevância prática;
- 3º) identificadas as tendências, identificar os quadros simbólicos que as ratificam, bem como os que as contestam ou confrontam.

O que nos permitirá:

- 1º) precisar o quadro de referências em que as interações estão pautadas (constituindo uma crítica ao exclusivismo da análise situacional);
- 2º) exercer uma permanente “vigília”, baseada na observação do cotidiano armada pelos quadros de ação (*framing*), sobre a dinâmica das estruturas, bem como suas formas de atualização.

## Conclusão

O espaço que aqui nos dispomos nos autoriza a não mais que apontar sugestões teóricas e propostas de estudos, sendo que nosso objetivo aponta para a conciliação de construtos conceituais aparentemente excludentes, mas que, se cuidadosamente alinhavados, podem se complementar oferecendo uma útil ferramenta de análise. Adotamos, pois, uma perspectiva integradora, e para tanto recorreremos à experimentação teórica da “dialética ascendente” conforme proposta por Frédéric Vandenberghe. Preferimos o acatamento de aspectos de teorias essencialmente distintas – face a face x objetivação; representação x *habitus*; cenários x campos; cotidiano x estrutura, etc. – como críticas recíprocas que se acrescentam mutuamente, sem necessariamente constituir um “pastiche” teórico. Nossa postura assemelha-se, nesse sentido, com o esforço integrador

---

<sup>19</sup> Cf. nossa dissertação recentemente defendida “Projeções do agora e relatos do porvir: representações e imaginários sociais sobre a chegada de um Projeto de Grande Escala no município de Linhares-ES”, 2016, especialmente as pp. 117-122. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_9734\\_Dissertacao\\_Bruno\\_Curtis\\_Weber\\_PGCS.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9734_Dissertacao_Bruno_Curtis_Weber_PGCS.pdf)

<sup>20</sup> Em resposta ao determinismo de que era comumente acusado, disse Bourdieu acerca do exercício da construção teórica: “[A] Construção teórica provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polêmica teórica do que com a defrontação com novos objetos” (BOURDIEU, 2012, p. 59).

que faz o Programa Forte frente à sociologia das ciências<sup>21</sup>.

O garçom do *Les deux Magots* – ou seria do *Café de Flore*? – serviu-nos como ponto de partida para nossa elaboração: e poderia muito bem servir como ponto de partida para uma verdadeira experimentação em pesquisa. Representava um personagem? Atuava em que lugar? Em que espaço social? Para quem? Qual postura que a presença do intelectual exigia dele? Por que se submete ao personagem? Quais valores estão embutidos nesse personagem e qual o investimento que o ator/agente deve fazer para evocá-lo? Por que o faz?

Ao menos para o sociólogo, tais questões só poderão ser respondidas por cada experiência de pesquisa e pouco nos serviria uma profunda análise da nossa própria consciência, para respondê-las, mesmo se emprestássemos nossa cabeça ao empregado da *grande maison*.

## Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. Las teorías sociológicas desde la Segunda Guerra Mundial. Barcelona: Gedisa, 1992.
- ARONSON, Ronald. Camus & Sartre: o polêmico fim de uma amizade no pós-guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Espaço Social, Campo Social, Habitus e Conceito de Classe Social em Pierre Bourdieu. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, Maringá-PR, v. 1, n.24, 2003.
- BOAL, Augusto. Hamlet e o filho do padeiro: memórias imaginadas. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BLOOR, David. Knowledge and social imagery. Chicago : University of Chicago press, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. Le mort saisit le vif :Les relations entre l'histoire réifiée et l'histoire incorporée In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 32-33, avril/juin 1980. Paternalisme et maternage. pp. 3-14.
- \_\_\_\_\_. A distinção : crítica social do julgamento. São Paulo : Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. Introdução a uma sociologia reflexiva. in. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2012.
- \_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. in. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2012.
- FORMAN, Milos. One flew over the cuckoo's nest. 1975, Estados Unidos; United

---

<sup>21</sup> O nome canônico do Programa Forte é David Bloor, que resume sua proposta postural em Knowledge and social imagery (1991), preferindo a contribuição mútua das críticas (esboçada pelo debate entre Kuhn e Popper) ante à fragmentação teórica da pós-modernidade.

- Artists, 1975.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro : LTC Editora, 1989.
- GOFFMAN, Erving. Frame analysis: an essay on the organization of experience. Boston : Northeastern university press, 1986.
- \_\_\_\_\_. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- \_\_\_\_\_. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2005.
- IWA, Tatiana; KIRSCHBAUM, Charles. Teoria dos jogos e microsociologia: avenidas de colaboração. *Revista de administração contemporânea*, vol.15 no.1 Curitiba Jan./Feb. 2011.
- JACOBSEN, Michael. The contemporary Goffman. Londres: Routledge press, 2010. Resenha de: MARTINS, C. B.. A contemporaneidade de Erving Goffman no contexto das ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*. vol.26, nº77, pp. 231-240, 2010.
- LECLERC-CHEVRIER, Marie- Evelyne. Quand le cinéma d'animation rencontre le vivant. *Nouvelles 'vues' sur le cinéma québécois*. No. 7 (mai-juillet), 2007.
- LUHMANN, Niklas. (2009), Introdução à teoria dos sistemas. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MACIEL, Cleiton Ferreira; MOURA, Jeanne Mariel Brito de. Pontos de confluência e de divergências entre as abordagens sociológicas de Erving Goffman e Pierre Bourdieu. *Revista Elaborar*, ano 1, nº1, 2013.
- PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 28, p. 47-71, 2013.
- PHILONENKO, Alexis. Liberté et mauvais foi chez Sartre. *Revue de métaphysique et de morale*. 86e Année, No. 2 (Avril-Juin), pp. 145-163, 1981.
- SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada. Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. O existencialismo é um humanismo. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SILVA, Cléa Góis e. Liberdade e consciência no pensamento de Jean-Paul Sartre. Londrina : Eduel, 1997.
- TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VANDENBERGHE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. in Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.2, p.315-366, mai/ago, 2006.
- WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *habitus*. *Educação & linguagem*, ano 10, nº 16, 63-71, JUL.-DEZ. 2007.

## ABSTRACT

From the description of a café's waiter by Sartre, which exemplifies his concept of "bad faith",

we will confront two patently distinct sociological perspectives that have made use of the sartrian example in their respective reflections: Goffman's symbolic interactionism and Bourdieu's neostructuralism. Finally, we endorse the theoretical suggestion of an ascendant dialectic, as exposed by Vandenberghe's (2004), as being a complementary dimension for both apparently mutually exclusive perspectives.

**Keywords:** symbolic interactionism; *habitus*; phenomenology; social site.



## Individualização juvenil: um estudo em trajetória entre (ex) moradores de repúblicas estudantis

Manuela V. Blanc<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa as trajetórias de jovens (ex) moradores de repúblicas universitárias e o processo de individualização experimentado a partir do seu afastamento do núcleo familiar. Foram retomados dados coletados em pesquisas realizadas entre os anos de 2005 e 2009 entre jovens então moradores de repúblicas universitárias e acompanhados os processos subsequentes de retorno às moradias familiares ou constituição de habitações individualizadas entre integrantes de uma das redes de relações anteriormente analisadas. Foi possível observar a partir da retomada do trabalho de campo como o retorno à casa familiar implicou em um processo de estagnação ou recuo ao processo de autonomização individual, enquanto a permanência na cidade de realização do curso de graduação e/ou a continuidade dos estudos favoreceu a sua intensificação.

Palavras-chave: Repúblicas estudantis, individualização, redes de relações, família.

Recebido em 27/03/2015  
Aceito para publicação em 09/05/2016

### Introdução

Este artigo se propõe a exercitar uma revisão analítica das formas de sociabilidade e construção identitária de jovens que vivenciaram o afastamento geográfico de seus núcleos familiares em função da entrada na universidade e estabeleceram moradias coletivas, ou repúblicas universitárias. Objetiva-se remontar as suas experiências durante este período, percebidas como centrais

---

<sup>1</sup> Bacharel e mestre em Ciências Sociais (UENF e PPCIS/UERJ respectivamente), doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro com estágio doutoral na Université Paris-Ouest - Nanterre La Defense. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - Universidade Vila Velha, Vila Velha.

aos seus processos de individualização, bem como acompanhar as suas trajetórias desde então, buscando traçar algumas considerações sobre os efeitos das experiências vividas ao longo do tempo.

Partindo dos dados obtidos entre os anos de 2004 e 2009 entre estudantes da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (cidade de Campos dos Goytacazes – RJ), busco recompor as trajetórias de parte dos meus interlocutores de pesquisa, sobretudo dos integrantes da rede de relações observada na segunda fase de coleta de dados, com vias a avaliar a sua trajetória de individualização até os dias atuais<sup>2</sup>.

Entre aqueles que se mantiveram na cidade após a conclusão do curso de graduação e os que não o fizeram, diferenças significativas foram identificadas, apontando para uma tendência nesse segundo grupo em retornar para as suas cidades de origem e, ocasionalmente ou ao menos inicialmente, a coabitar com seus pais e responsáveis. Assim objetiva-se reconstituir essas trajetórias como exemplos contrastantes e elucidativos quanto aos projetos de autonomização que podem favorecer em cada caso e segundo diferentes experiências.

Em um primeiro momento, e apreendidos como eventos ímpares, o afastamento do núcleo familiar seguido pela formação de moradias coletivas demonstraram potencializar não apenas o estabelecimento de novas formas de sociabilidade, bem como a reconfiguração das relações familiares. Evidências reforçadas no que se refere ao processo de construção de identidades<sup>3</sup> juvenis,

---

<sup>2</sup> Dezenove estudantes foram entrevistados no total, somadas as duas fases de coleta de dados. Durante a segunda fase, optei por entrevistar jovens integrantes de diferentes repúblicas, partindo de um grupo e me estendendo a partir dos contatos de proximidade estabelecidos pelas suas três integrantes, selecionando um jovem de cada uma das moradias coletivas que compõem a sua rede de relações, com exceção apenas de um caso, em que dois rapazes membros de uma mesma república foram entrevistados. Foi considerada relevante para a seleção dos entrevistados uma relativa recorrência na participação desses jovens em diferentes atividades coletivas de lazer e/ou estudo. Portanto, a rede foi selecionada segundo o estabelecimento de contatos de tipo “close-knit”, em que há muitas relações em torno das unidades componentes (diferentes integrantes ou pontos de integração) de uma determinada rede (BOTT, 1971). A atividade de observação se ampliou no interior deste grupo, envolvendo potencialmente todos os seus membros, selecionados para as entrevistas ou não. Do mesmo modo como a análise desenvolvida na pesquisa (BLANC, 2009) ultrapassa os dados obtidos diretamente em entrevistas, os estudantes cujas trajetórias serão aqui remontadas não foram necessariamente entrevistados diretamente naquela ocasião. Assim como nossas conversas informais e os dados coletados a partir da observação de inspiração etnográfica constituíram a base de dados anteriormente utilizada, suas trajetórias são igualmente aqui remontadas, em conjunto com aquela dos seus demais colegas, anteriormente formalmente entrevistados.

<sup>3</sup> A noção é aqui entendida como uma construção dada a partir de dimensões ao mesmo tempo subjetivas e coletivas, num contexto sempre relacional, tanto no que se refere a outros sujeitos

cujos referenciais demonstraram se estender das unidades de moradia à instituição de ensino, passando pelos espaços públicos de sociabilidade inseridos em circuitos de lazer típicos a tais redes de relações (BLANC, 2009). Tais eventos trataram de potencializar não apenas processos de autonomização como de diferenciação individual entre os jovens entrevistados.

Observa-se em um segundo momento que, assim como o afastamento com relação às redes primárias de sociabilidade implicara em uma reformulação das relações estabelecidas em seu seio, a transição para uma segunda fase, caracterizada pela dissolução das moradias coletivas e a nuclearização das habitações, está marcada por permanências, seja em termos objetivos ou subjetivos, para aqueles que optaram por permanecer no novo espaço de moradia. Prosseguir com os estudos, principal elemento motivacional dos meus interlocutores em se manter na cidade de Campos dos Goytacazes após a conclusão da graduação, tendeu a se traduzir na nuclearização das moradias. Se não no que se refere à opção por moradias individuais propriamente ditas, à constituição de moradias coletivas marcadas por laços fortes entre seus membros. Se o período inicial fora marcado pela constituição de repúblicas como alternativas práticas e financeiramente viáveis ao prosseguimento com os estudos, esse segundo momento se caracteriza por uma maior valorização da adequação entre afetividade e coabitação. Os arranjos entre estudantes que compartilhavam de uma necessidade prática, a moradia de baixo custo, dão lugar a formas de coabitação pessoalizadas, em um segundo momento, e na opção por moradias individuais, mais recentemente.

O compartilhar da condição de *estrangeiros* em um novo contexto urbano se refletira na efetivação<sup>4</sup> de um modo de vida próprio, caracterizado por uma mobilidade entre meios sociais demarcada por uma relação de proximidade física e distância subjetiva com relação aos habitantes nativos da cidade, sejam eles os demais estudantes da universidade ou não, bem como no estabelecimento de formas de sociabilidade e redes de relações paralelas.

---

quanto à realidade objetiva em que se está inserido (vide Woodward, 2000; Silva, 2000; Hall, 2000; entre outros). Neste sentido, compartilho da visão de as identidades juvenis se constroem, igualmente, na relação com o outro, a realidade vivenciada e o momento histórico específico, portanto, de que *essa vida social deve ser caracterizada por sua diversidade e não pela busca daquilo que é uniforme* (VIANNA, 1997, p. 14).

<sup>4</sup>O conceito de efetivação visa a apreensão de ações cuja concretização perpassa a definições da situação pelos atores em relação e os efeitos passíveis a dada forma de direcionar-se. Os regimes de efetivação, desta forma, baseiam-se em diferentes referências de bem que determinam o tipo de problemática estabelecida no questionamento sobre a efetividade das ações em dado contexto (WERNECK, 2012).

Essa tendência, por seu turno, atrelada a uma trajetória de autonomização diferenciada, demonstrara gerar conflitos entre grupos de estudantes nativos e estrangeiros, bem como desses com os demais moradores da cidade de Campos dos Goytacazes (BLANC, 2006). O precoce (do ponto de vista dos *outros*) afastamento do núcleo familiar implicando tanto em uma ampliação das suas possibilidades de ação, assim como em um processo de deterioração da imagem<sup>5</sup> de tais grupos de jovens perante aos moradores nativos da cidade. Tais estrangeiros demonstraram ainda àquela época circular por um *mundo paralelo*, dotado de significados e comportamentos moralmente distantes (e aparentemente alheios) dos demais habitantes da cidade. A sua maior mobilidade se traduzira em uma circulação moralmente delimitada no novo contexto.

Observara-se como a nova cidade era percebida e apropriada de forma contingente àquele período. Em primeiro lugar porque a permanência no local estava subordinada ao calendário estudantil, dividindo-se não apenas entre períodos de aulas e férias, como em fases contínuas de afastamento dos núcleos primários de sociabilidade, mais ou menos prolongados de acordo com o calendário de avaliações acadêmicas. Típicos estrangeiros, estes vivenciavam um morar aqui (quanto à cidade onde está localizada a instituição de ensino) às vezes percebido como um morar lá (suas cidades de origem).

Da mesma forma, a circunscrição moral dos estudantes *estrangeiros* com relação aos demais fora interpretada como o reflexo da efetivação de um modo de vida tipicamente republicano, reforçando a segregação desses grupos com relação aos demais já instalados na cidade (BLANC, 2009). A condição de moradia (coletiva), a fase da vida na qual se encontravam, a autonomia que tais experiências lhe permitiam, mas, sobretudo, o estar lá que não está (mesmo efetivamente estando, já que a extensão do calendário estudantil corresponde proporcionalmente à maior parte do ano) foram percebidos como determinantes a manutenção de uma distância moral com relação os nativos, apesar da proximidade física experimentada (BLANC, 2006).

O que se pode observar atualmente é que a progressiva dissolução das repúblicas formada por meus antigos interlocutores, a pessoalização e progressiva individualização das moradias, integra o processo de autonomização potencializado a partir da saída da *casa dos pais*. Ao mesmo tempo esse fenômeno apresenta certa continuidade com relação aos modos de

---

<sup>5</sup> Segundo conceito de Goffman, 1975.

vida republicanos, em diversos sentidos. Se os compromissos profissionais já não combinam com festas de república em dias de semana, a inserção no mercado de trabalho também não teve tanto impacto na ampliação das suas redes de relações. Da mesma forma, a nova cidade de moradia, já não tão nova assim, ainda é percebida como a cidade de outrem. A nova casa, agora habitada individualmente, ainda compete com a moradia familiar em boa parte dos casos analisados.

As informações e relatos aqui acionados correspondem à base de dados e ao produto de reflexões desenvolvidas em três diferentes fases de pesquisa, elas mesmas caracterizadas pela combinação de diferentes procedimentos de coleta de dados.

O primeiro momento (BLANC, 2006<sup>6</sup>) se dividiu entre um recenseamento entre os moradores de um condomínio de apartamentos localizado em frente à instituição de ensino e no qual se encontrava instalado um contingente de 20% dos estudantes ativos matriculados nos cursos de graduação da referida universidade e a realização de entrevistas semiestruturadas com os habitantes de algumas das repúblicas aqui instaladas. Através da aplicação de questionários semiabertos foi possível mapear o perfil destes grupos de jovens, bem como da composição das moradias que formavam. Posteriormente, deste contingente, foram selecionados três grupos organizados em moradias coletivas exclusivamente formadas por estudantes da graduação, uma *república* mista, uma feminina e outra masculina, e realizadas entrevistas semiestruturadas com cada um dos seus membros individualmente. Finalmente, recorreu-se a observação participante de inspiração etnográfica como ferramenta ao mapeamento das práticas de sociabilidade e organização habitacional.

O segundo momento, ou o segundo trabalho (BLANC, 2009<sup>7</sup>), centrou-se nas formas de circulação, nos sistemas de reciprocidade e na construção de identidades juvenis a partir da efetivação de práticas específicas a esses grupos de sociabilidade. Destacadas as moradias coletivas como núcleos de sociabilidade e lazer, e com o auxílio dos dados obtidos através da observação participante, foram selecionados para entrevistas semiestruturadas dez jovens

---

<sup>6</sup> Trabalho desenvolvido como pré-requisito a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, sob a orientação de Wania Amélia Belchior Mesquita e com o apoio do CNPq.

<sup>7</sup> Trabalho desenvolvido como pré-requisito a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação de Claudia Barcelos Rezende e com o apoio da Faperj.

que estabeleciam entre si contatos de tipo *close-knit*, correspondendo, portanto, a pontos de integração de uma determinada rede de relações (BOTT, 1971), ela mesma objeto de mapeamento e análise.

Desde então fora mantido contato entre a pesquisadora e os seus interlocutores de pesquisa, sobretudo aqueles que constituíram o segundo grupo de entrevistados, que durante mais quatro anos integraram a sua rede pessoal de relações, implicando em um convívio próximo e intenso, até o ano de 2013, e menos frequente, porém regular, desde então<sup>8</sup>.

O exercício de *retomada* do campo foi realizado nos últimos meses em função de uma avaliação das trajetórias de alguns dos jovens que serviram como interlocutores de pesquisa na etapa anterior. De um modo geral, alguns contatos foram mantidos e esses percursos direta e intimamente observados, não em correspondência com interesses de pesquisa a princípio, mas devido aos elos subjetivos estabelecidos entre interlocutores e pesquisadora. Assim também, o grupo inicial de interlocutores se afunilou e limitou em termos de gênero.

Um dos rapazes entrevistados na segunda etapa da pesquisa, bem como outro dos seus colegas de república, abandonou os estudos logo depois, antes de concluir a graduação. Entre os demais membros do grupo de relações observado, a maioria retornou para as suas cidades de origem<sup>9</sup>. Apenas um dos rapazes entrevistados deu prosseguimento com os estudos e permaneceu em Campos, mas, ao romper o relacionamento amoroso com uma das integrantes da rede de relações observada, também se tornou menos frequente nas atividades do grupo, o que dificultou o meu acompanhamento da sua trajetória.

Diferentemente, foi observada a permanência de um número considerável das minhas antigas interlocutoras na cidade de Campos dos Goytacazes após a conclusão da graduação, sejam as informantes diretas

---

<sup>8</sup> O retorno da pesquisadora à cidade de Campos dos Goytacazes, para a realização do seu curso de doutorado fora acompanhado da entrada de algumas destas interlocutoras em cursos de mestrado (e, posteriormente, doutorado) da mesma instituição. Durante este período, o convívio com o grupo, antes estabelecido e intensificado em função da realização do trabalho de campo, se convertera, em alguns casos, no estabelecimento de relações íntimas com os interlocutores de pesquisa que se mantiveram na cidade. Ao mesmo tempo, este contato propiciou o acompanhamento dos demais jovens anteriormente entrevistados, por se tratarem estes de amigos próximos dos demais membros desta rede de relações, seja indiretamente, através de suas redes sociais, seja em encontros esporádicos envolvendo todo o grupo de relações. No ano de 2013, após a conclusão do doutorado, o distanciamento geográfico do novo local de moradia da pesquisadora e seus interlocutores tornou tal convívio menos intenso, mas este ainda é mantido com encontros regulares e ferramentas de comunicação à distância.

<sup>9</sup> Refiro-me ao contato com a rede de relações estabelecida na cidade de Campos dos Goytacazes, o que afetou diretamente a manutenção regular do seu contato comigo.

selecionadas anteriormente para as entrevistas ou as suas colegas de república, membros das redes de relações cujas formas de sociabilidade foram objeto de observação. O contato mantido entre essas e as demais garotas, entrevistadas ou não para a segunda fase da pesquisa, favoreceu a manutenção do meu contato com elas e seus colegas e a coleta de dados necessária ao desenvolvimento desse artigo, envolvendo encontros mais ou menos frequentes com todos ou parte dos membros do grupo em eventos sociais amplos ou especialmente organizados com este fim<sup>10</sup>. Foram ainda realizadas conversas individuais e informais com estes interlocutores com o objetivo de remontar detalhes das suas trajetórias mais recentes, bem como os modos como são percebidas em termos de expectativas e projetos.

Quanto ao grupo de uma forma geral, aqueles que não prosseguiram com os estudos após a sua conclusão tenderam a retornar para a casa dos seus familiares, ao menos em um primeiro momento. Dentre os que se inseriram em cursos de pós-graduação ou residência em instituições de ensino situadas em outras cidades, a grande maioria optou por estudar em um local ainda mais próximo da casa de suas famílias, senão em suas cidades de origem. Quando a distância entre a nova instituição de ensino e a moradia familiar foi percebida como um entrave para o pleno andamento dos estudos, estabelecer novas moradias coletivas foi a opção escolhida inicialmente. Mas, em todos esses casos, foi observada uma tendência ao retrocesso relativo no que se refere à individualização das práticas e de circulação. O retorno à moradia familiar tendeu a ocorrer com maior frequência após esse momento, alguns dos meus interlocutores apresentando o hábito de intercalar a sua permanência nas duas moradias ao mesmo tempo: a moradia estudantil, nos dias de atividade acadêmica, e a moradia familiar, durante o resto da semana. Assim também, o retorno definitivo para a casa da família aconteceu em quase todos esses casos após a conclusão dos créditos em disciplina, atividades de pesquisa em laboratório ou do curso de pós-graduação.

---

<sup>10</sup> Os membros do grupo mantem, até os dias atuais, encontros mais ou menos regulares. Aqueles que se mantiveram na cidade de campos dos Goytacazes continuaram a compor moradias coletivas ou tornaram-se vizinhos, próximos ou de apartamento, em unidades habitacionais individuais. Com os demais membros da rede encontraram-se em eventos ou datas comemorativas, como ocorrera na ocasião das suas formaturas e ainda ocorre no casamento de seus membros, em visitas ocasionais, em festas de final de ano ou eventos programados exclusivamente para este fim. Os últimos desses encontros que pude acompanhar aconteceram em janeiro e abril de 2016, o primeiro envolvendo parte considerável do grupo e o segundo, motivado por um contato estabelecido mais recentemente e por apenas parte do grupo, um número menor dos seus integrantes.

Contrariamente, observou-se que aqueles que mantiveram ou restabeleceram seus vínculos com a instituição de ensino inicial posteriormente à conclusão do curso de graduação, para a realização do mestrado, permaneceram na cidade de Campos dos Goytacazes mesmo após a conclusão da pós-graduação. Alguns deles encontram-se no segundo ou terceiro ano do curso de doutorado, outros estão inseridos no mercado de trabalho<sup>11</sup> da cidade e, dentre esses, duas se preparavam para iniciar o doutorado no momento de redação deste artigo. É observável como o desejo pela continuidade dos estudos é um elo em comum entre todos os meus antigos interlocutores que se mantiveram na cidade, incidindo sobre seus projetos de autonomização individual no que se refere à moradia e às relações familiares.

Observa-se, portanto, como o distanciamento dos núcleos familiares e primários de sociabilidade vem até então se mostrando mais eficaz em função da continuidade dos projetos de autonomização do que o prolongamento dos estudos, ou mesmo a inserção no mercado de trabalho. Retornar para a casa dos pais, definitiva ou relativamente, segundo o observado nesses casos, implica sempre em um passo atrás, em uma relativa retomada das relações de dependência (práticas, senão mesmo financeiras) e autoridade familiares vivenciadas anteriormente.

Tais idas e vindas não deixaram de ser vivenciadas durante o período anterior, sempre que retornavam para as casas das famílias nos períodos de férias, nem foram superadas por aqueles que se mantiveram geograficamente distantes, ao menos durante o período de aulas, até períodos mais recentes. O afastamento continuado, a inserção no mercado de trabalho ou mesmo a autonomia financeira também não foram capazes de provocar o rompimento subjetivo dos laços de hierarquia e apoio familiares: não se atingira a plena adulez, segundo suas próprias percepções e modos de vida.

Finalmente, remontar tais trajetórias contribui para a compreensão dos movimentos de estabilização (ou retraimento) de limites de mobilidade, não apenas geográficos, mas, sobretudo, morais, o que fica evidente na contraposição com os casos daqueles que retornaram para as suas cidades de origem. Assim também é possível observar como os processos de autonomização definitiva parecem requerer um ritual a mais para se efetivarem, ritual este subordinado não a um projeto individual de desenvolvimento

---

<sup>11</sup> Todos os interlocutores de pesquisa que concluíram a graduação se inseriram no mercado de trabalho para atuar na sua área de formação, como funcionários de empresas privadas, professores (concursados ou não) ou técnicos especializados.

profissional, mas a um modelo de vida a dois, assumido através do casamento ou amasiamento.

O primeiro ato: saindo de casa

Os critérios de seleção dos interlocutores responderam aos objetivos estabelecidos em cada uma das pesquisas desenvolvidas. Durante a primeira fase de coleta de dados, foram selecionados exclusivamente estudantes da graduação entre 14 e 24 anos<sup>12</sup> e que compunham moradias coletivas localizadas em um Condomínio situado nas proximidades da instituição de ensino. Voltada para a formação de identidades juvenis e práticas de sociabilidade a partir da experiência de coabitação estudantil, a segunda fase de coleta de dados partiu destes mesmos critérios, posteriormente abandonados em correspondência com os dados obtidos em campo.

Apreendendo a juventude como uma construção sócio histórica, situada, portanto, em termos de representações (vide ABRAMO, 1994; ARIÉS, 1981; ELIAS, 1998; entre outros), foi possível observar que, por mais que as diferenças etárias e de fase de formação incidam sobre a organização das moradias coletivas observadas, as visões de mundo desses estudantes quanto à juventude que vivenciam varia menos em termos da idade ou do estágio de formação em que se encontram do que do compartilhar de experiências comuns.

Os estudantes então entrevistados, selecionados segundo a sua participação em uma ampla e dinâmica rede de relações, tinham entre 19 e 23 anos, o mais velho deles já tendo concluído a graduação e se preparando para se candidatar para o curso de mestrado.

Esses estudos contribuíram não apenas para elucidar as características específicas destes grupos de universitários, como para evidenciar as consequências do afastamento familiar para os processos de autonomização e construção identitária vivenciados por esses atores, incidindo diretamente sobre suas experiências juvenis e sobre suas percepções sobre a fase da vida experimentada. Em um primeiro momento foi possível observar como a inserção nesta instituição de ensino surtia impactos sensíveis nas trajetórias de seus estudantes, sobretudo àqueles provenientes de outros municípios.

---

<sup>12</sup> Segundo os parâmetros de delimitação da população jovem brasileira estabelecidos pelo IBGE (2010).

A concentração da oferta institucional de cursos no período diurno (estes envolvendo um calendário de aula organizado em períodos matutinos e vespertinos ao mesmo tempo, e não um ou outro exclusivamente) impossibilita ainda hoje a manutenção da coabitação familiar mesmo para aqueles estudantes que são originários de cidades relativamente próximas<sup>13</sup> a Campos. Diante da ausência de alojamentos estudantis, as moradias coletivas ainda são a alternativa mais viável à disposição da grande maioria dos estudantes provenientes de outras cidades, tanto em termos econômicos quanto práticos, já que propiciam não apenas uma redução dos custos de moradia, como do mobiliário, bem como o compartilhar de tarefas de manutenção do espaço de habitação e mesmo da companhia mútua.

Ao mesmo tempo, esta forma privada de alojamento estudantil implica em demandas por direcionamento igualmente singulares se comparadas às gratuitas, não apenas no que se refere ao seu custeio ou manutenção, como também a autogerência coletiva (quanto às *regras da casa*<sup>14</sup>) e individual (quanto às responsabilidades de cuidado de si, dos pertences e a administração das obrigações estudantis).

Este conjunto de experiências incide sobre o processo de autonomização individual, processo esse marcado por um evento central: o afastamento geográfico dos grupos de sociabilidade primários e, sobretudo, dos pais e responsáveis. Chegamos neste ponto à contraposição fundamental entre duas referências valorativas e comportamentais cuja relação de conflito e complementaridade marcará essa fase de individualização: a casa da família e a casa da república. A primeira delas assumida como um marco inicial para os meus interlocutores, um ambiente moralmente estabilizado e coerente (mas não impassível de crítica), o lugar da hierarquia familiar. A segunda percebida àquele primeiro momento como uma base instável mantida por elos efêmeros e sazonais, em processo constante de reelaboração e ajustamento, uma república em sentido estrito: “coisa pública”, comunidade de interesses e fins teoricamente pautados no consenso<sup>15</sup>.

Segundo os meus entrevistados, a moradia coletiva representara nesta

---

<sup>13</sup> Segundo os dados obtidos no ano de 2006, *três quartos dos alunos da universidade são originários de cidades num raio de menos de 150 km* (BLANC, 2009, 40).

<sup>14</sup> Mais detalhes em Blanc 2006 e 2009.

<sup>15</sup> Foi possível observar na constituição das moradias coletivas como a legitimação interna de lideranças grupais participa do estabelecimento das regras de coabitação, mediação dos conflitos, etc.; bem como mapear as regras do jogo que incidem sobre a legitimação de determinados membros como líderes em detrimento de outros (BLANC, 2006).

fase uma extensão de sua própria casa, da casa da família, uma espécie de extensão do quarto do filho ou filha que sai de casa. Mas uma extensão relativamente independente do resto da casa, mais precisamente um *puxadinho* no fundo de um quintal a quilômetros de distância.

O reconhecimento deste espaço é parte dos novos arranjos aos quais todos devem se adaptar diante da necessidade de afastamento geográfico. O mesmo não significa que tal ampliação da autonomia juvenil se dá sem conflitos ou resistências, a questão é que integram os processos de construção de si e que se mostraram coerentes com os projetos familiares. Observara-se ainda neste primeiro momento de análise como a integração destes projetos individuais aos projetos coletivos (neste caso, familiares) fora fundamental à sua realização, não apenas no que se refere ao seu sustento econômico, quanto ao apoio emocional. Foi possível observar como boa parte dos meus interlocutores que abandonaram os estudos ainda na graduação o fez com o incentivo de seus pais ou responsáveis, alegando dificuldades financeiras, problemas familiares de tipos diversos e, em grande número, a dificuldade em lidar com o próprio distanciamento.

Espaço individualizado com relação à casa familiar, a república deve ser respeitada. Neste local o jovem exercita uma maior liberdade, é lá que estão guardados os seus segredos e aonde age em segredo. Quando este quarto se limita ao que está no fim do corredor, compartilhando o acesso da própria casa, é mais fácil controlar quem circula por ele, o que acontece lá dentro, seus sons e odores. Mas, a 150 km de distância, este se torna um refúgio, onde as liberdades são maximizadas. É exatamente no momento de retorno para a casa, ou diante das tentativas de manutenção das relações anteriores à saída de casa, que os conflitos emergem.

Progressivamente as repúblicas estudantis subverteram entre meus interlocutores as diferenciações entre a *casa da família* e o local de moradia como referencial acionado nos diálogos cotidianos. O uso da expressão *minha casa* passa a envolver sempre a partir daí uma complexa cadeia de significados, redefinidos em cada situação. A estruturação da moradia, o estreitamento das relações com os colegas de apartamento, assim como a adaptação ao novo contexto culminara com o reconhecimento pelos jovens da república como um espaço individualizado em relação à casa dos pais. Mesmo se tratando de uma moradia compartilhada entre estudantes, dependentes financeiros do auxílio dos pais ou responsáveis, consideraram-na em princípio como algo próprio: Aqui é nosso. Eles só se preocupam [os pais] com relação a contas e o aluguel, porque

são coisas que tem que ter em dia... Fora isso, o que acontece aqui dentro é responsabilidade nossa. (Ana, 20 anos<sup>16</sup>).

O caráter coletivo com que se constituíram essas moradias, senão a efemeridade típica às suas composições<sup>17</sup> não favorecera a sua efetivação como a *casa* principal, mesmo que correspondessem ao local de moradia ao qual habitavam durante a maior parte do ano. *Voltar para casa* fora sinônimo de proveito do tempo livre, migração sazonal cuja periodicidade correspondia ao calendário letivo. Neste caso, o termo *casa* se refere ao espaço de moradia familiar, em oposição (senão complementaridade) com relação à *república*, um espaço individualizado, mesmo que coletivo.

Esse coletivo-individual se opõe ao coletivo-familiar. É tão público quanto privado. Contexto de cultivo de si, de autonomização individual, e ao mesmo tempo espaço de sociabilidade grupal, de restabelecimento das redes de relações no novo contexto de moradia. É cafeteria, casa de festas, sala de estudos e é *casa*. Não é a única casa onde se mora ou para aonde se retorna, mas uma casa que é *nossa*, e é muito *minha*, do ponto de vista de quem a “possui”.

Observou-se que a formação das moradias coletivas, ou a integração a uma delas, se efetivara através de saberes compartilhados, diferenciadores e integradores. Espaço de troca de saberes e de compartilhar de uma condição complexa em suas peculiaridades. Espaço de estabelecimento de uma atmosfera de familiaridade em um contexto de relativa impessoalidade. Um lugar para se chamar de seu em uma cidade que é percebida como dos outros.

Ao mesmo tempo, a efetivação deste espaço está atrelada a uma mudança de posicionamento por parte daqueles que o habitam, comportamento que deve ser condizente com a nova condição, bem como com as responsabilidades que ela exige. Compartilhar das responsabilidades, por outro lado, não era mais importante do que compartilhar de um sentimento comum, de um apego comum. Compartilhar é seguir as regras, os modos de vida e as percepções sobre o espaço:

Desde cara eu e Lílian se demos muito bem, já a terceira não... [...] Ela era muito dependente da mãe e a mãe não queria largar ela aqui, praticamente morava junto com a gente, e não era isso que a gente

---

<sup>16</sup> As idades correspondem ao momento de concessão da entrevista.

<sup>17</sup> Entre todos os estudantes ou grupos de estudantes analisados nos diferentes momentos de pesquisa apenas uma república se manteve intacta durante todo o processo de formação superior dos seus integrantes.

queria [...] De repente ela começou a trazer a família toda pra cá, sabe? E não era isso. Era república, e ela não morava sozinha. (Marina, 21 anos).

Mas se deve compartilhar também de uma experiência que, vivida em coletivo, é individual. Empreender um projeto de diferenciação, uma luta pelo reconhecimento, por parte dos pais e responsáveis, do desenvolvimento de determinadas competências:

Eles [os pais da moça] sempre me ligam, sempre... Teve uma época que eles estavam desconfiados, que eles me ligaram e eu tava na casa até de um ex meu lá... e meus pais não sabiam e eu não sabia nem o que falar [...] aí depois disso ela [a mãe] me ligava em horários alternados, pra ver se me pegava. Ela ligava aqui em casa e ligava no meu celular. (Marina, 21 anos).

Como em um cabo de guerra, pôde-se observar a luta por espaço e privacidade encampada nestes primeiros momentos. O cuidado, posteriormente apreendido como intromissão, tornou-se alvo de resistência, as estratégias de controle se traduziram em um enfraquecimento progressivo da autoridade familiar. E, ao afastarem-se, os próprios familiares estimularam os filhos a desenvolver responsabilidades frente às adversidades relacionadas ao novo contexto.

A constituição das moradias coletivas e, portanto, o afastamento dos núcleos familiares fora um elemento potencializador do processo de autonomização individual destes jovens. Tanto e de tal forma que a obtenção de uma renda insuficiente para o seu próprio custeio permitiu a muitos dos meus interlocutores sentirem-se e dizerem-se independentes<sup>18</sup>.

É importante destacar que nenhum dos meus interlocutores adquiriu independência financeira ainda durante a graduação. A maioria deles obteve bolsas durante este período e as manteve durante boa parte do tempo, senão todo o seu processo de formação superior. Assim como o destacado anteriormente, a organização da carga horária de aulas dificulta sobremaneira a conciliação entre os estudos e o trabalho extramuros, para os estudantes matriculados em cursos

---

<sup>18</sup> Refiro-me aqui àqueles que, beneficiados por bolsas de diferentes modalidades, traduziram as atividades realizadas como trabalho e a experiência vivida como símbolo de autocusteio, se não plano, ao menos relativo. Neste sentido, se contavam com os seus responsáveis para o pagamento das contas do apartamento, a renda obtida com as bolsas lhes permitia uma maior autonomia no que se refere ao acesso a atividades de lazer e a práticas de consumo ampliadas (BLANC, 2009).

diurnos, e esta prática demonstrou ser particularmente impopular entre esses estudantes. As bolsas estudantis representavam assim um papel fundamental para os meus interlocutores, tanto em termos de complementação de renda quanto de experiência profissional (em iniciação científica ou monitoria).

A condição de vida no novo contexto de moradia fomentara a construção de seu modo de vida e percepção de si e ao mesmo tempo o retorno para a casa dos pais, mesmo que sazonal, lhes imputava um relativo retrocesso neste sentido. Retomar as suas trajetórias após a graduação é também observar as cenas dos próximos capítulos.

O segundo ato: ficar ou voltar, eis a questão

A conclusão das pesquisas realizadas entre os anos de 2005 e 2009 não implicou na interrupção completa do convívio com os jovens interlocutores de pesquisa. O convívio durante o trabalho de campo contribuiu para o estreitamento das minhas relações com alguns dos membros do grupo a partir do qual foram selecionados os entrevistados na segunda fase de pesquisa. Finalmente a própria pesquisadora tornou-se parte do grupo e assim se manteve, podendo ainda acompanhar a sua reconfiguração. O mesmo convívio no contexto dos espaços de lazer *uenfianos* propiciou o acompanhamento das trajetórias de alguns dos interlocutores de pesquisa da primeira fase, estes com maior distanciamento. Agora esses dados serão aqui avaliados com o objetivo de apreender as trajetórias percorridas por estes jovens (adultos), (não necessariamente) estudantes, desde então. Aproveito também para questioná-los sobre alguns dos pontos de interesse aqui assumidos.

Alguns anos se passaram, tempo suficiente para que todos os meus interlocutores de pesquisa concluíssem a graduação, com exceção daqueles que a abandonaram. Observa-se primeiramente que todos aqueles que permaneceram na cidade após o fim do curso fizeram pós-graduação na mesma instituição de ensino, todos eles, igualmente, já concluíram o curso de mestrado. Destes, agora já mestres, nenhum retornou às suas cidades de origem, tendo se inserido no mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes e/ou iniciado o curso de doutorado.

Das três integrantes da república *Pink*<sup>19</sup>, apenas Dani permanece em

---

<sup>19</sup> Principais interlocutoras de pesquisa durante os anos de 2006 a 2009, Dani, Juliana e Patrícia foram também as minhas anfitriãs durante os períodos de trabalho de campo.

Campos, após um intervalo de seis meses em que retornara para a casa dos seus pais, entre a sua formatura e o início das aulas do mestrado, período durante o qual trabalhou em uma escola próxima a casa da sua família. Ainda durante o mestrado a moça fez um concurso para rede pública de ensino, foi chamada para trabalhar e está lotada na coordenadoria estadual de educação de Campos dos Goytacazes. Tendo concluído mestrado em meados de 2013, ela se inscreveu na seleção de alunos para o doutorado no final do mesmo ano, não obtendo aprovação. Aprovada no ano seguinte é atualmente aluna do doutorado na mesma instituição. A sua trajetória de fixação na cidade é muito elucidativa dos casos que articulam interesses profissionais de trabalho e formação. Filha de professora da rede estadual de ensino do Estado Rio de Janeiro, Dani optou por prestar concurso para Campos, ao invés de fazê-lo para a sua cidade de origem, localizada mais perto da capital do Estado.

As estratégias assumidas por ela desde então reforçam uma articulação de interesses que tem a instituição de ensino originária (onde realizou não apenas a graduação, como também o mestrado) como referencial principal. Nada a impediria de conciliar o trabalho em sua cidade de origem com o doutorado em uma instituição carioca, ou mesmo em Campos dos Goytacazes. Um concurso para o Rio facilitaria ainda mais as coisas, implicando por outro lado em gastos com moradia significativamente mais altos. Mas a permanência na cidade, agora devido também ao trabalho, pode ser percebida como atrelada a uma espécie de evitação do retorno à casa familiar, senão à cidade de origem.

Dentre as suas antigas colegas de república, Juliana voltou para a casa dos pais imediatamente após a conclusão dos créditos e defesa da monografia (o que a obrigou, inclusive, a emprestar um apartamento para hospedar seus familiares no dia da festa de formatura) e lá permanece, mesmo após a sua inserção no mercado de trabalho. Juliana atualmente organiza a sua festa de casamento, com o namorado conhecido ainda na graduação, e só então deverá sair da casa dos pais<sup>20</sup>. Patrícia fez residência e posteriormente mestrado em uma universidade cuja localização fica a 70 quilômetros de sua cidade de origem e estabeleceu uma nova moradia coletiva. Durante esse período relata ter conciliado a nova moradia com a casa dos pais, compatibilizando as atividades profissionais na sua cidade de origem e as atividades da pós-graduação. Ao contrário da continuação com os estudos mantê-la fora da casa da família, a inserção no mercado de trabalho a trouxe de volta, ao menos em um primeiro momento. Assim como na época da graduação, o calendário de aulas continuou

---

<sup>20</sup> O casamento ocorreu no início deste ano.

a determinar a sua permanência na cidade na qual está localizada a instituição de ensino, e não o contrário, com relação ao local de trabalho e a casa da família<sup>21</sup>.

Antiga integrante de outra república e colega de turma de graduação de Patrícia, Letícia, assim como Juliana, também optou por trabalhar imediatamente após a conclusão da graduação e, mesmo empregada, não estabeleceu moradia própria, nem uma nova moradia coletiva<sup>22</sup>. Retornou para a sua antiga casa, onde mora a sua mãe, até se casar no final de 2013.

O *retorno* de Grazielle para a casa da família acompanhou a sua entrada para o curso de mestrado (em uma instituição próxima à sua cidade de origem), se manteve estável após o início do doutorado e, segundo as suas expectativas, será igualmente o casamento o marco definitivo do seu ritual de *saída de casa*.

Lídia começou a trabalhar assim que concluiu a graduação, também retornando para a casa dos pais. Iniciou e concluiu nos últimos anos um curso de licenciatura em uma área afim à sua formação inicial e se prepara para fazer uma pós-graduação. Questionada sobre sua trajetória desde a nossa última entrevista, Lídia faz questão de destacar que *voltar p casa dos pais eh uma merda*. Em seguida, reclama: *eles pensam q eu tenho 17 anos ainda!! Estou doida p morar sozinha, só me falta estabilidade financeira*<sup>23</sup>! Os projetos seus individuais, destaca a moça, se chocam com a manutenção de um padrão de vida que a sua carreira ainda não é capaz de sustentar, senão objetivamente, ao menos não de forma estável.

Entre os jovens que não permaneceram em Campos foi possível observar não apenas uma tendência ao restabelecimento da coabitação com os familiares, como uma ausência de perspectiva de saída em curto prazo que não se subordine a projetos conjugais. Ao contrário daqueles que permaneceram em Campos para a realização do curso de mestrado, ou mesmo em outras instituições de ensino, estes estão de volta às residências familiares há dois, senão três anos em média,

---

<sup>21</sup> Entre a submissão deste artigo e a sua reelaboração para publicação, Patrícia alugou um apartamento, em um local mais próximo àquele aonde agora trabalha, na cidade onde mora o seu atual namorado. Segundo o próprio rapaz, que me recebeu recentemente, na ocasião em que os visitei, ele passa boa parte do tempo no apartamento com ela, compartilhando ao menos a responsabilidade do cuidado do cachorro. Não “foram morar juntos”, mas de algum modo experimentam a vida a dois, em correspondência com as considerações esboçadas ao final deste artigo, desde seu primeiro momento de elaboração.

<sup>22</sup> Ambas as moças exercem atividades profissionais na sua área de formação, como funcionárias de empresas privadas.

<sup>23</sup> Relatos obtidos através de uma ferramenta de bate-papo disponibilizada em uma rede social e cuja reprodução corresponde literalmente aos termos utilizados pela entrevistada.

e ainda não sabem quando poderão finalmente estabelecer uma moradia própria (não me refiro aqui ao morar só em si, mas à constituição de espaços de habitação próprios, diferentes das suas casas de suas famílias).

É interessante observar como o afastamento familiar mostra-se ainda mais compatível com a continuidade do processo de autonomização individual do que a continuidade dos estudos ou a própria inserção no mercado de trabalho. Casos limites são aqueles nos quais os meus interlocutores de pesquisa estabeleceram matrimônio ou quando têm a perspectiva de fazê-lo em curto prazo, tal evento simbolizando para eles o ritual definitivo de autonomização individual.

Aqueles que se mantiveram em Campos dos Goytacazes para a realização do mestrado experimentaram ainda uma condição de relativa instabilidade durante este período. Este se trata de um curso curto, cuja duração representa em média a metade do tempo necessário para a obtenção do diploma de graduação. Seja para aqueles que já pretendiam prosseguir com os estudos e fazer um doutorado ou não, a certeza da conclusão do mestrado os manteve durante os últimos anos diante de uma nova tomada de decisão iminente: estudar, trabalhar, ficar, voltar, ir para outro lugar... Mas tal condição não os impediu de avançar no processo de autonomização.

Progressivamente, esses reorganizaram as suas moradias coletivas juntamente com colegas com os quais estabeleciam uma relação de afeto, acima de tudo. Se nos primeiros anos de república os membros eram substituídos ou inseridos graças a cartazes espalhados pela universidade oferecendo “vagas”, tais estratégias foram substituídas por arranjos entre pessoas próximas entre si.

Atualmente, tanto aqueles que se encontram matriculados em cursos de pós-graduação quanto os demais, hoje profissionais inseridos no mercado de trabalho, abandonaram as moradias coletivas e estabeleceram moradias individuais. E a maioria assume ou ao menos demonstra contar, em maiores ou menores proporções, com formas indiretas de auxílio familiar, senão para o seu custeio propriamente dito, para a conquista de bens ou a realização de objetivos de consumo e formação.

O que se observa entre aqueles que se mantiveram na cidade é uma ainda maior ampliação da sua autonomia com relação aos pais e responsáveis, processo este potencializado, por outro lado, pelo próprio apoio familiar. Se o retorno para a *casa dos pais* representa um relativo revigoramento das relações de hierarquia familiares que freia, senão regride, no que se refere ao

reconhecimento da autonomia individual anteriormente conquistada, a estabilidade do afastamento pós-formação superior implica na sua intensificação. Se antes tal *apoio* se traduzia no total custeio das despesas, agora vem em forma de férias em família sem custo, mobiliário novo, meio de transporte individual ganho de presente... Se antes seus pais e responsáveis foram fundamentais para a realização dos projetos, agora se mostram fundamentais para a garantia de que tais projetos, já em parte ou completamente concretizados, sejam percebidos como bem sucedidos, seja por eles mesmos, por seus novos pares, ou antigas redes de relações: *Fulano(a) agora mora sozinho(a), ele(a) tá trabalhando (ou fazendo mestrado) em Campos*, dizem seus pais muitas vezes e em tom de orgulho.

Entre aqueles que permaneceram em Campos a moradia coletiva foi sendo substituída progressivamente por habitações individuais, o *modo de vida uenfiano* já não se mostra compatível com os seus compromissos profissionais atuais, ou mesmo com os seus gostos e interesses. Novos amigos foram agregados às redes de relações, por outro lado, estes mantêm as mesmas características dos primeiros vínculos estabelecidos no novo contexto: são estrangeiros cujo processo migratório deu-se em função da vinculação à instituição de ensino (ainda atual ou pregressa). Com muitos desses, compartilham de uma trajetória marcada pela experiência de moradia em repúblicas universitárias e apresentam práticas de sociabilidade que correspondem a um modo de vida estabelecido a partir destes mesmos referenciais. De uma forma ou de outra, na cidade apenas progridem em uma carreira moral marcada por sua condição de estrangeiros e cuja superação não parece estar próxima.

Em conformidade com essa realidade é interessante observar como os meus antigos interlocutores mantêm práticas de sociabilidade e convívio muito similares àquelas vivenciadas nas repúblicas: três delas moram sozinhas em quitinetes localizadas em um mesmo prédio. Se a antiga rede de relações se modificou a partir do retorno dos demais colegas para as suas cidades de origem e da sua ampliação entre novos conhecidos, não apenas os perfis dos seus membros se mantêm, bem como as estratégias de sobrevivência coletivamente acionadas. Foi através da própria rede que os apartamentos foram “descobertos” e suas vagas ocupadas.

O prédio habitado por essas meninas é formado por dez moradias individuais, todas ocupadas por estudantes. Se antes a sala da república era o espaço de convívio e troca, agora os corredores do prédio assumem essa função.

Recebimento de entregas por correio, empréstimo ou compartilhamento de alimentos, troca de informações e vínculos afetivos são construídos e mantidos nesses espaços. As moradias atuais refletem um processo de individualização em estágio mais avançado, bem como as limitações vivenciadas ainda hoje no que se refere ao estabelecimento de laços sociais entre nativos e *estrangeiros*.

Terceiro ato: tô só ficando...

Nos primeiros anos de moradia em Campos foi possível observar como, ao se moverem no novo contexto de socialização, estes jovens tinham as suas inserções nas situações definidas pela não fixação. Viviam àquela época uma relação contraditória na qual, com seus conterrâneos, mantinham uma relação de distância e proximidade, distância física e identificação subjetiva, e com os nativos de Campos estabeleciam uma relação ao mesmo tempo próxima (quando colegas de classe ou companheiros de instituição de ensino) e distante, numa forma específica de socialização marcada pela proeminência de uma cultura objetiva. Estavam já inseridos ao novo contexto quando entrevistados pela primeira vez<sup>24</sup>, mas mantinham com os demais estudantes não moradores de república laços apenas superficiais. A forma como se relacionavam com os demais moradores nativos da cidade, por fim, não se caracterizava por um elo dependência, mas sim de contingência (nos termos de SIMMEL, 1983):

O pessoal campista da faculdade é maneiro, mas se você for no comércio ou na rua, gente, que pessoal estranho! [...] De outros cursos são poucos que eu conheço, porque eu vou pouco às festas, não gosto muito. Então fica difícil conhecer as pessoas, só conheço fulano, que foi amigo de sicrano, que é amigo de beltrano (Ana, 20 anos).

A centralidade do contexto de moradia (coletiva), dos espaços de sociabilidade tipicamente *uenfianos* e da própria instituição de ensino como referencial identitário e de estabelecimento de relações mostrou-se evidente entre os jovens entrevistados, daí o distanciamento com relação àqueles que não circulavam por esses espaços cotidianamente. Mais do que o pertencimento institucional, o compartilhar da experiência de moradia em república

---

<sup>24</sup> Em ambos os momentos de pesquisa anteriores foram entrevistados estudantes de graduação que já haviam cursado ao menos os três primeiros períodos do curso e se encontravam no máximo no penúltimo ano.

demonstrou ser o principal elemento de identificação entre novos pares, apesar dos esforços em demonstrar o contrário, já observado anteriormente:

*Ao descrever seu grupo de colegas de classe, Luiza destaca a presença de alunos de Campos: “A maioria, assim, por perto daqui. De Cambuci, Itaocara, São João da Barra. É mais aqui da redondeza. E tem também campista” (Luiza, 20 anos). Ao mesmo tempo, estes jovens não são citados como seus amigos íntimos (BLANC, 2009, p. 68).*

Foi possível observar como no estabelecimento de um novo estilo de vida esses estudantes recriaram suas redes de relações, dotando-as de uma identidade coletiva alicerçada por um complexo construto simbólico e prático. Estratégia de adaptação ao novo espaço urbano, a legitimação de locais de lazer típicos se deu no entorno da universidade, envolvendo bares, academias e as próprias moradias.

O distanciamento moral entre os grupos se associou finalmente às contradições entre um calendário de eventos de lazer que correspondia ao calendário de permanência na cidade e, portanto, de aulas. As experiências singulares que marcavam as suas trajetórias os afastara subjetivamente dos demais colegas de “turma”.

Mas tais hábitos já não condizem com os compromissos profissionais assumidos atualmente por meus interlocutores. Se não para os pós-graduandos, ainda menos para os trabalhadores. Se a frequência à universidade diminuiu<sup>25</sup> para os primeiros, a flexibilidade de horários é ainda menor para os segundos. Seja por uma razão ou pela outra, senão pelo simples desinteresse adquirido progressivamente por esses eventos de lazer, os hábitos mudaram. Assim como as possibilidades de consumo, ampliadas pelos salários ou bolsas de pós-graduação. Por outro lado, as redes, mesmo ampliadas, mantêm as mesmas características, bem como continuam a exercer um mesmo papel prático.

Se a fronteira era moralmente marcada entre grupos por uma a condição de vida específica, a conclusão da graduação e a sua permanência em Campos deveria culminar na formação de grupos de relações progressivamente mais diversificados em termos de composição. Contrariamente, o que é possível

---

<sup>25</sup> É fundamental ressaltar que a carga horária em sala de aula da pós-graduação é consideravelmente reduzida se comparada à graduação, o período dedicado às atividades intramuros sendo um pouco mais significativo apenas entre aqueles cujos trabalhos exigem experimentos em laboratório.

observar após mais de seis anos (e em média quatro anos após a conclusão de seus cursos de graduação) é que aqueles que prolongaram a sua permanência na cidade continuam apresentando uma tendência a restringir suas redes de relações ao convívio com antigos e novos colegas *estrangeiros*, senão sobretudo estrangeiros *uenfianos*. O estabelecimento e a estabilidade dos relacionamentos afetivos são marcas dessa tendência.

Se enlaces breves entre membros dos dois grupos aconteceram, tais ocorrências são marcadas pela intermediação de colegas ou por encontros transcorridos nos espaços de lazer típicos aos estudantes, não se estendendo espacial ou temporalmente. Os relacionamentos duradouros estabelecidos por meus interlocutores ao longo de todos esses anos ocorreram exclusivamente entre seus pares, sejam outros estudantes universitários estrangeiros na cidade, quando os encontros foram estabelecidos em Campos, ou com moradores de suas cidades de origem.

Juliana começou a namorar Thales durante a graduação, ambos se formaram na UENF e estão noivos. Dani namora Ramon desde a graduação e hoje ambos estão na pós-graduação. Patrícia namorou Diego durante boa parte do tempo em que permaneceu na cidade, o rapaz hoje faz doutorado e o relacionamento dos dois acabou meses após ela começar o curso de residência em Niterói. Gizele vai se casar com um conterrâneo e Letícia já está casada. Os exemplos poderiam se seguir infinitamente, remontando a relação afetiva e os pertencimentos assumidos, sendo observáveis raras e efêmeras exceções.

A diversificação das redes de relações vem se caracterizando, ainda hoje, pela circulação de diferentes jovens em passagem pela instituição de ensino. As redes se ampliam entre os novos colegas de mestrado ou doutorado, se fragilizam diante do retorno destes para as suas cidades de origem. Ano após ano, apesar das experiências profissionais extramuros, *uenfianos* e mais *uenfianos* se agregam. Em casos extremos, colegas de curso conhecem amigos de colegas de curso e eventualmente se tornam amigos. Os laços estabelecidos no interior desses grupos ainda se apresentam como os mais fortes, desde os colegas republicanos até estudantes não republicanos, passando pelos demais estudantes-migrantes presentes na cidade e vinculados a outras instituições de ensino superior.

Luiza tem *várias* amigas que não são da UENF. Conheceu Nicole através de uma amiga (da UENF) e hoje Nicole é *super sua amiga*. Nicole mora em Campos desde que concluiu a faculdade (cursada na mesma cidade, em outra instituição) e trabalha em município vizinho. As meninas têm quase a mesma

idade, são ambas estrangeiras na cidade, solteiras, distantes da família... uma já visitou a família da outra, inclusive. Talvez não sejam amigas há mais tempo, mas compartilham de um mesmo modo de vida. Aproximam-se em experiências. Amigos nativos de Campos? Luiza certamente mencionará algum. Nenhum dentre os que frequentam suas festas de aniversário. A percepção de que a rede de relações estabelecida é ampla e flexível, já observada na segunda fase da pesquisa (BLANC, 2009) remete a contatos diversificados e a citação de nomes de pessoas que não possuem um vínculo com a mesma instituição de ensino, mas que são pouco presentes em suas vidas cotidianas.

A pesquisa mais aprofundada permitiu através do mapeamento dessas redes de relações identificar os processos através dos quais os próprios membros do grupo mediam encontros entre si, em uma forma de diversificação endógena de contatos. O acompanhamento contínuo dessas trajetórias e a participação observante em eventos e encontros promovidos por esses atores reafirmaram a baixa diferenciação dos presentes e a relação direta entre a correspondência entre trajetórias e a consolidação dos partícipes como membros do grupo. Os relacionamentos estabelecidos entre (ex) republicanos e nativos da cidade, portanto, refletem a consolidação de contatos promovidos no interior da instituição de ensino superior, assumem um caráter individualizado com relação aos grupos de relação republicanos mais amplos, e são secundários do ponto de vista da manutenção das rotinas práticas vivenciadas na cidade.

Se não mais no interior das repúblicas, é nas conexões entre as moradias, agora individualizadas, simbolizadas pelo corredor do prédio ou pelos laços afetivos que conectam essas pessoas, que são garantidos os meios de sobrevivência prática dos meus interlocutores. Entre essas pessoas são estabelecidos novos referenciais de agenciamento, são essas as pessoas que darão suporte cotidiano umas para as outras e é entre aqueles que correspondem a esse mesmo modelo ou trajetória de vida que se estabelecem os relacionamentos amorosos.

### Considerações finais

São delimitados dessa forma novos modos de vida e redes de sociabilidade autônomas com relação àquelas estabelecidas anteriormente ao afastamento familiar. Assim como as quitinetes representam em alguns dos casos aqui analisados um passo à frente no processo de individualização desses

atores, os laços sociais estabelecidos ainda no contexto das repúblicas universitárias sustentam esses projetos, conferindo-lhes apoio logístico e suporte emocional. Ao mesmo tempo, ao invés de se concretizar como um processo definitivo de individualização, o atual estágio apresentado por essas trajetórias ainda é marcado pela participação ativa dos grupos familiares na realização dos projetos individuais.

As fases iniciais de afastamento do núcleo familiar e o período de realização dos cursos de graduação foram caracterizados por uma dependência financeira em função do custeio da moradia dos estudantes. Por outro lado, naquele primeiro momento, a renda obtida com bolsas estudantis de baixo rendimento era percebida por eles como símbolo de uma suposta independência financeira que, insuficiente para o custeio dos seus gastos básicos, lhes permitia uma maior autonomia de ação (assim como o demonstrado em BLANC, 2009).

Após a conclusão do curso de graduação, essa independência financeira fora finalmente alcançada, ao menos no que se refere aos seus gastos básicos, a participação dos pais e familiares se tornando apenas um suporte complementar. Agora a “ajuda” da família propicia alguns a adquirir meios de transporte individuais, a outros um novo sofá. Mais do que evidenciar limitações financeiras, essas formas de participação familiar contribuem para a ampliação do potencial de consumo desses atores, não sendo percebidas como evidências de uma dependência financeira nem objeto de estratégias de superação dessas limitações. A casa dos pais, finalmente, se mantém como um referencial: é para lá que costumam ir durante as férias, feriados e *sempre que possível*. Se essa frequência se reduz, é devido ao calendário de trabalho ou às maiores oportunidades de viajar com os amigos, reflexo do maior potencial de compra adquirido. Assim também se mantém a prática de trazer alimentos prontos da casa da família, senão contar com agrados que contribuem para uma diversificação alimentar. São novos potenciais maximizados por antigas lógicas.

Aqueles que retornaram para suas cidades de origem entre os meus antigos interlocutores de pesquisa retrocederam de alguma forma no interior desse processo de individualização. Simbolizado pela nova condição de coabitação intergeracional, esse fenômeno inferiu no restabelecimento relativo das relações de hierarquia, gerando conflitos entre as percepções de si construídas durante o período de afastamento familiar e a posição que ocupam, agora novamente de forma cotidiana, nas redes de relação familiares. Se por um lado a opção pelo retorno se deu por questões diversas, as limitações financeiras são a justificativa mais recorrente para a não superação dessa realidade. Seja

porque a habitação na cidade de origem para a qual retornaram exige gastos que não poderiam sustentar sozinhos, seja porque a moradia na casa da família implica em uma economia de gastos, bancar o autocusteio não se apresenta como uma escolha em curto prazo.

A crise declarada nesse caso, por outro lado, chama atenção para as dificuldades de convívio com os familiares, e não para a insatisfação profissional ou salarial. Os momentos de prazer e proveito vivenciados nos finais de semana em família ainda durante a graduação cedem lugar à rotina da vida em conjunto e as dificuldades em negociar a o reconhecimento da sua individualidade, ou mesmo autonomia relativa. Do ponto de vista desses interlocutores, o problema não está em morar junto, mas em não poder dar seguimento ao ritmo de vida estabelecido anteriormente.

O momento atual vivenciado por alguns dos meus interlocutores coloca em evidência aquela que parece ser a dimensão central aos seus processos de individualização: o casamento. Essa é a única estratégia acionada pelas minhas interlocutoras de volta a *casa* em favor da sua nova saída da moradia familiar e parece ser percebida como um marco ao estabelecimento de uma casa própria “propriamente dita” entre todos os demais. Letícia já a concretizou, Juliana e Gizele se preparam para fazê-lo, para Lídia, esse parece ser o único caminho. Mesmo entre aquelas que permaneceram em Campos e que agora moram sozinhas, as quitinetes continuam apresentando o caráter intermediário entre as repúblicas e a casa dos familiares.

O cômodo único, de proporções limitadas e mobiliário modesto não substitui a casa da família como um referencial, seja de origem, seja de moradia definitiva. A expressão *ir para casa* continua significando ir à casa dos pais, o *ficar em casa* nas férias, por exemplo, se diferenciando substancialmente do *ficar em Campos* no final de semana, expressão que confere destaque para as percepções que ainda vigoram com relação ao já não tão novo espaço de moradia.

A dificuldade em estabelecer laços duradouros com moradores nativos da cidade de Campos dos Goytacazes e a manutenção de um estilo de vida e moradia cujas práticas cotidianas se diferem das desses colegas refirma a centralidade das redes de relações estabelecidas ainda a partir das repúblicas estudantis. Assim também os hábitos adquiridos e mantidos durante esse período se reproduzem mesmo após a constituição das habitações individualizadas. Por mais que os processos de autonomização tenham sido intensificados, se mantém uma relação dúbia com os referenciais familiares. Se

a relação de autoridade tende a se flexibilizar cada vez mais nesses casos, as percepções de si, da moradia individual e do novo contexto de habitação ainda não refletem uma possível concretização definitiva do processo de autonomização.

## Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. "Contexto Histórico e condição juvenil". In: \_\_\_\_\_ . *Cenas Juvenis. Punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ALMEIDA, Loriza Lacerda de. A juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura? *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*: Coimbra, 2004.
- ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1981.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1976.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Tradutor: Donaldson M. Garschagem. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOMENY, Helena. A Reforma Universitária de 1968 25 anos depois. Estudantes Universitários e o Trabalho. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 26 ano 9. ANPOCS, 1994.
- BOTT, Elizabeth. Family and social network. Roles, norms, and external relationships in ordinary urban families. Second edition. London: Tavistock Publications, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. "Gostos de classe e estilos de vida". In: ORTIZ, Renato (org.) - Bourdieu, *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n.39, São Paulo, Ática, 1983a.
- \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983b.
- CARDOSO, Ruth C. L. e SAMPAIO, Helena. Estudantes Universitários e o Trabalho. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 26 ano 9. ANPOCS, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger: an analysis of the concepts of pollution and taboo*. London: Routledge & Kegan Paul Limited, 1979.
- ELIAS, Norbert. *La civilización de los padres*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1996.

- GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*: estudo sistemático da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez, parto, nascimento, infância, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Petrópolis, Vozes, 1977.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da.; WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart (Orgs.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LINS DE BARROS, Myrian Moraes. “Do Mundinho Fechado ao universo quase infinito: negociando a saída de casa”. In: Alda Britto da Motta (org.) Dossiê: Gênero, idades e gerações. *Caderno CRH*. Vol. 17, nº 42 – set./dez. 2004.
- MATOS, Marlise. *Reinvenções do Vínculo Amoroso: Cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 2000.
- MÜLLER, Elaine. Palavras nunca voltam vazias: reflexões sobre classificações etárias. IN: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza e FERREIRA Jr., Edísio (Orgs.) *Jovens e Juventudes*. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005.
- SIMMEL. O estrangeiro. Evaristo Moraes Filho (Org.) Florestan Fernandes (Coord.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Vol. 34. São Paulo: Editora Atica, 1983.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_; WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. (Orgs.) *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SINGER, Paul. “A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social”. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade: uma introdução teórica e conceitual. IN: \_\_\_\_\_. SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart. (Orgs.) *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VELHO, Gilberto. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. In: *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares – Dossiê Comportamentos Familiares*. Rio de Janeiro: PPCIS/UERJ, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VELHO, G., Projeto e metamorfose: Antropologia das Sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.
- VIANNA, Hermano. (Org.) *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- VIEIRA, Joice Melo. Transição para a vida adulta, família e curso de vida. *Anais*

*da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Goiás, 2006.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1982.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000

## ABSTRACT

This article analyses the social trajectory of young college roommates and the individualization process experienced by them in the moment they leave their core family. The data studied in this paper has been collected by surveys conducted between 2005 and 2009 targeting young students of one of the previously analyzed social relations networks living in college apartments and their subsequent return to the family/individual dwellings. After the field research, it has been verified that the act of returning to the family homes is associated with the stagnation or decline of the individual empowerment process among college students, while the act of staying in the city in which students accomplished their M.A. and/or the act of developing a new undergraduate course has intensified the individualization process.

**Keywords:** Students housing, individualization, relations network, family.



## Pessimismo da razão, otimismo da vontade: a Escola de Frankfurt, Gramsci e os desdobramentos teóricos de duas concepções críticas díspares

Igor S. Machado<sup>1</sup>

### RESUMO

A influente obra hodierna, de um lado, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e, de outro, de Jürgen Habermas, é um dentre os muitos sinais da proficuidade das obras, respectivamente, de Antonio Gramsci e da primeira geração da escola de Frankfurt no início do século XX. Buscando adequar a crítica marxista da sociedade ao contexto de seu tempo, esses autores desenvolveram interpretações originais da sociedade e seus modos de produção de bens culturais e consensos políticos que são até hoje trazidos à tona como relevantes para a Sociologia. Contudo, se partem quase que de uma mesma questão teórica, Gramsci e os primeiros pensadores da escola de Frankfurt, nem por isso, deixam de trilhar caminhos intelectuais quase avessos: enquanto Gramsci, mesmo no cárcere, constrói uma teoria positiva voltada à transformação social pondo em destaque o potencial revolucionário das transformações da sociedade capitalista, os teóricos de Frankfurt destacam em chave negativa o potencial dominador e totalitarista dessas mesmas mudanças. Assim, o presente artigo tem como escopo uma análise comparativa dessas duas correntes teóricas ressaltando suas semelhanças e diferenças e destacando, em cada um dos polos da comparação, seus pontos fortes e fracos na construção de uma teoria social crítica.

Palavras-chave: Gramsci; Hegemonia; Sociedade civil; Escola de Frankfurt; Dialética do esclarecimento; Indústria cultural.

Recebido em 15/01/2014  
Aceito para publicação em 01/05/2016

### Introdução

O presente estudo busca fazer uma comparação entre duas vertentes teóricas fundamentais para a sociologia do início do século XX: a obra de

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito (FDV); Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFES); Mestre em Sociologia (IUPERJ); Doutor em Sociologia (IESP-UERJ); Professor Adjunto de Sociologia (UFV), Viçosa.

Antonio Gramsci, de um lado, e de outro, a de Theodor Adorno e Max Horkheimer, representantes da chamada escola de Frankfurt. E, como qualquer comparação, esta se justifica pela observação de semelhanças e diferenças fundamentais entre os dois pontos comparados.

Quanto às semelhanças observadas entre as vertentes, poderíamos destacar, inicialmente, o fato de serem elas concepções que podem ser consideradas concepções críticas. Isto porque envolvem uma posição de negação de validade ética universal da realidade do seu tempo, já que tanto Gramsci, quanto Adorno e Horkheimer assumem uma posição que questiona a possibilidade da sociedade capitalista contemporânea conduzir a humanidade a uma maior autonomia de seus membros, seja para a regulação de suas vidas individuais, seja para a regulação de sua convivência coletiva.

Também poderíamos destacar como ponto de encontro entre as duas vertentes, suas referências ao marxismo. É nesses termos que Gramsci parte do protagonismo da classe proletária e da filosofia da práxis para a superação do atual estágio de desenvolvimento das forças políticas e produtivas, assim como utiliza a dialética na construção de suas categorias de análise. E é também nesses termos que Adorno e Horkheimer partem do materialismo e fundam a teoria crítica em oposição à teoria tradicional fundamentando-a igualmente na dialética.

Da mesma forma, podemos tomar como semelhança o fato da vida desses autores ser marcada pelos regimes totalitaristas do início do século XX: o nazismo alemão e o fascismo italiano. Enquanto Gramsci teve sua obra marcada por uma produção precária realizada no período de seu encarceramento patrocinado pelo regime de Mussolini, Adorno e Horkheimer também tiveram sua obra marcada por seus exílios obrigatórios, ocorridos durante o governo de Hitler.

Por fim, as duas vertentes se encontram ao destacarem o poder de dominação localizado fora da esfera mais tradicional do Estado e da produção, isto é, ao destacarem a importância de uma dominação ideológica calcada, por exemplo, na produção da cultura, que vai além da dominação de classes por meio da economia e da dominação política em sentido estrito, por meio de um aparato estatal coercitivo. É nesse sentido que Gramsci amplia sua noção de Estado, envolvendo a Sociedade Civil, e Adorno e Horkheimer analisam a função de recriação capitalista da Indústria Cultural.

No entanto, não obstante suas semelhanças, a visão dos autores também

se diferencia em aspectos cruciais. Isto porque enquanto Gramsci critica a sociedade capitalista como resultante de um modo de produção e suas consequências superestruturais, Adorno e Horkheimer a criticam como desenvolvimento de uma racionalidade própria que a conduz a esse desfecho. E disso decorrem consequências também diferenciadas nas obras desses autores: enquanto a obra de Gramsci é marcada por um profundo otimismo que transparece no estilo e nas categorias fundamentais do seu pensamento, a obra de Adorno e Horkheimer nos transmite a sensação de um pessimismo profundo em suas linhas e teoria.

É interessante notar como as angústias intelectuais desses autores se aproximam, através das perguntas que visaram responder em suas obras. Segundo Domingues (2004, p.73), a principal questão a ser respondida para a Escola de Frankfurt, seria “o porquê da não-ocorrência da revolução proletária socialista nos países avançados do Ocidente.” Já segundo Coutinho (2003, p.73), para Gramsci essa questão seria *por que, apesar da crise econômica aguda e da situação aparentemente revolucionária que existia em boa parte da Europa Ocidental ao longo de todo o primeiro imediato pós-guerra, não foi possível repetir ali, com êxito, a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia?*

Dadas as semelhanças citadas acima entre os autores, que, além de tudo, escreveram quase que num mesmo período histórico, a observação dessa praticamente identidade na caracterização de suas perguntas fundamentais, de acordo com as formulações de analistas tanto de Gramsci, quanto da Escola de Frankfurt, não soa surpreendente. Contudo, como também foi exposto acima, é desse ponto de junção que partem suas diferenças fundamentais. Conforme assevera Semeraro (2001, p.251):

*Como Gramsci, os teóricos de Frankfurt procuravam uma resposta ao fato da classe operária da Europa não ter levado adiante o projeto da revolução. Ao analisar os mecanismos culturais e psicológicos das massas, concluíram sobre a sua debilidade e a inevitável subjugação à hegemonia das classes dominantes. Gramsci, ao contrário, mesmo reconhecendo a fragilidade dos movimentos operários e a falta de determinação dos dirigentes, nunca se deixa tomar pelo pessimismo e pela resignação. Está convencido, na verdade, de que as insuficiências das classes subalternas podem ser superadas por um intenso trabalho de educação e pela capacidade de organização e de elaboração duma proposta superior à hegemonia estabelecida.*

Assim, partiremos da análise crítica de ambas as vertentes teóricas para

ressaltar, dentro das semelhanças e diferenças entre elas, seus pontos fortes e fracos, capazes de nos guiar na assimilação produtiva dessas teorias que, não obstante o decurso do tempo desde suas formulações, tratam de questões ainda relevantes para nossa realidade, como a questão da produção de bens culturais, da formação de consensos políticos ativos, dos limites e potencialidades da racionalidade instrumental e da emancipação cultural e política das massas. Primeiramente, analisemos, portanto, a Escola de Frankfurt.

## 1. Adorno, Horkheimer e a dialética do esclarecimento

### 1.1. O instituto de pesquisa social

Para melhor compreendermos a obra de Adorno e Horkheimer, necessário se faz a referência à chamada Escola de Frankfurt, que tem como marco de seu desenvolvimento a criação, nessa cidade, do Instituto de Pesquisa Social, cujo objetivo seria o de reunir estudos teóricos a pesquisas empíricas interdisciplinares capazes de promover uma análise crítica da sociedade capitalista de seu tempo. Segundo Domingues (2004, p.73):

*A escola de Frankfurt consistiu num grupo de intelectuais alemães que se reuniu nas décadas de 1920-30, naquela cidade, no Instituto de Pesquisa Social, com o intuito de estudar interdisciplinarmente a sociedade ocidental contemporânea. [...] Acabaram por teorizar o totalitarismo, a incorporação das massas ao sistema, a bancarrota, auto-infrígida, da razão. Seus escritos exalam um desespero e uma asfixia que não são difíceis de compreender, se nos pusermos naquela conjuntura, no dizer de Hannah Arendt, de “tempos sombrios”, com o stalinismo de um lado, o nazismo e o fascismo do outro, e ainda com a expansão que perceberam como assustadora da cultura de massas nos Estados Unidos, para onde aqueles intelectuais emigraram.*

De acordo, ainda, com Freitag (1993, p.9-10), podemos dizer que

*...o nome “Escola de Frankfurt” refere-se simultaneamente a um grupo de intelectuais e a uma teoria social. Em verdade, esse termo surgiu posteriormente aos trabalhos mais significativos de Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas, sugerindo uma unidade geográfica que já então, no período pós-guerra, não existia mais, referindo-se inclusive a uma produção desenvolvida, em sua maior parte, fora de Frankfurt. Com o termo “Escola de Frankfurt” procura-se designar a institucionalização dos trabalhos de um grupo de marxistas, não ortodoxos, que na década dos anos 20 permaneceram à margem de um marxismo-leninismo “clássico”, seja em sua versão teórico-ideológica, seja em sua linha militante e partidária.*

Sob a direção de Horkheimer, o Instituto de Pesquisa Social adquiriu as feições de um verdadeiro centro de pesquisa, voltado à análise crítica dos problemas do capitalismo moderno, com especial ênfase em questões superestruturais. Se referindo a Horkheimer e seu período como diretor do instituto, Freitag (*Ibidem*, p.15) ressalta que a esse autor se deve a maior ênfase do Instituto no trabalho teórico voltado para a superestrutura, mudando a temática básica do centro de pesquisas por ele administrado. Por conta disso, o interesse documentário de *como* a classe operária enfrentava as crises específicas do capitalismo do início do séc. XX acabou por se transformar no interesse teórico do *porquê* de a classe operária não ter assumido o seu destino histórico de revolucionar a ordem estabelecida, sendo essa explicação buscada na conjunção específica das macroestruturas capitalistas com as microestruturas da família burguesa e proletária.

Contudo, foi numa “segunda fase” da Escola de Frankfurt, que a obra de Adorno e Horkheimer assumiu suas feições mais radicais de crítica e pessimismo. No período posterior ao fechamento do Instituto de Pesquisa Social na Alemanha pelo regime nazista e sua migração para Genebra, quando Horkheimer e Adorno se transferem para os Estados Unidos, é escrita uma coletânea de textos que marca a ruptura dos autores com a “*promessa humanística contida na concepção kantiana da razão libertadora*” (FREITAG, 1993, p.20): a coletânea intitulada *A Dialética do Esclarecimento*.

Nesse momento, a crítica desses autores ao capitalismo atinge o próprio tipo de racionalidade instrumental que lhe fundamenta, encerrando as esperanças em seu potencial emancipatório. De acordo com Domingues (2004, p.76)

*Marx supusera que a emancipação da espécie, a construção de uma sociedade de homens livres, seria produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas, de nosso controle sobre a natureza, que implicava um processo de “racionalização”, no sentido de uma progressivamente mais profunda adequação de meios a fins. Adorno e Horkheimer chegaram, entretanto, a conclusões opostas. Fazendo uso de sua razão individual, os indivíduos conseguiam de fato impulsionar o controle da espécie sobre a natureza. A contrapartida disso, em compensação, era um controle também crescente dos indivíduos uns sobre os outros.*

Isso porque, segundo os autores, o próprio projeto iluminista do

esclarecimento enquanto desencantamento para controle da natureza – que acaba por se reverter em controle sobre os próprios indivíduos – é o responsável pela perda de sua possibilidade transformadora. Afastando qualquer metafísica e, conseqüentemente, possibilidade de crítica de si mesma, assim como não integrando em si a contradição, tratada como irracional e, conseqüentemente, fora do projeto esclarecedor, na busca de afastar de si qualquer amarra mítica, a razão acaba se tornando a própria mitologia, impossível de crítica racional, produzindo sobre os homens as mesmas sombras de que prometeu livrá-los. Segundo os próprios Adorno e Horkheimer (1986, p. 43), podemos dizer que “*com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie*”.

No prefácio de *A Dialética do Esclarecimento* mesmo (*Ibidem*, p.13), referindo-se à própria pesquisa, os autores destacam que a aporia com que se defrontavam em seu trabalho revelava-se como o primeiro objeto a investigar: a autodestruição do esclarecimento. Não tinham eles dúvidas de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor. Contudo, eles acreditavam ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento, tanto quanto suas formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais está entrelaçado, contém o germe para a regressão que tem lugar por toda parte. Se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, dizem eles, ele está selando seu próprio destino. Com isso, podemos ver nitidamente, que, para estes autores, “*no trajeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu o elemento da reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila o homem, mesmo quando o alimenta*”. (*Ibidem*, p. 48)

## 1.2. A Indústria cultural

Mesmo as artes, que poderiam surgir como uma porta de saída para tal embate, por sua liberdade na forma de expressão do pensamento, foram, em geral, segundo Horkheimer e Adorno, tomadas pelo projeto racionalizador e pela lógica capitalista e não mais tenderiam a oferecer uma contrapartida possivelmente crítica à racionalidade instrumental. Também elas foram dominadas pela técnica racional e assimiladas por regras industriais que incapacitam sua formulação crítica ou, ao menos, livre: na realidade capitalista moderna, os bens culturais são produzidos por uma “Indústria Cultural” que, sendo negócio, não pode ser arte. Dessa forma, um dos principais pontos

desenvolvidos pelos autores em *A Dialética do Esclarecimento* é a presença marcante, na sociedade de seu tempo, da chamada “Indústria Cultural”, assim como sua função na assimilação das massas pelo sistema.

*Considerando-se – diz Adorno – que o Iluminismo tem como finalidade libertar os homens do medo, tornando-os senhores e liberando o mundo da magia e do mito, e admitindo-se que essa finalidade pode ser atingida por meio da ciência e tecnologia, tudo levaria a crer que o iluminismo instauraria o poder do homem sobre a ciência e sobre a técnica. Mas ao invés disso, liberto do medo mágico, o homem tornou-se vítima de novo engodo: o progresso da dominação técnica. Esse progresso transformou-se em poderoso instrumento utilizado pela indústria cultural para conter o desenvolvimento da consciência das massas. A indústria cultural – nas palavras de Adorno – “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”. O próprio ócio do homem é utilizado pela indústria cultural com o fito de mecanizá-lo, de tal modo que, sob o capitalismo, em suas formas mais avançadas, a diversão e o lazer tornam-se prolongamento do trabalho. (ARANTES, 1989, p.IX)*

E, tratando desse tema, o primeiro ponto que merece destaque é a formulação do próprio termo. A designação “Indústria Cultural”, já contém em si mesma uma característica importante: ela nasce em contraponto à terminologia “Cultura de Massas”, para denunciar que o caminho feito pelo tipo de bens culturais maciçamente consumidos pelas massas, não manifesta uma “cultura” nascida em seu seio, mas sim representa nelas uma instância que se impõe de fora. Não é algo que “sobe” das massas, mas sim algo que “desce” sobre elas, condicionando-as a certos padrões de conduta e consumo.

*Os defensores da expressão “cultura de massas” querem dar a entender que se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas. Para Adorno, que diverge frontalmente dessa interpretação, a indústria cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas, em larga medida, determina seu próprio consumo. Interessada nos homens apenas enquanto consumidores ou empregados, a indústria cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, assim como cada um de seus elementos, às condições que representam seus interesses. A indústria cultural traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo sistema. Aliada à*

*ideologia capitalista, e sua cúmplice, a indústria cultural contribui eficazmente para falsificar as relações entre os homens, bem como dos homens com a natureza, de tal forma que o resultado final constitui uma espécie de antiiluminismo. (Ibidem, p.IX)*

A indústria cultural consegue atingir tais fins por formar um sistema coerente que envolve diversos “centros de produção de cultura” – cinema, rádio, televisão – numa produção padronizada de artigos para o “entretenimento” das massas, nos quais importa pouco o conteúdo, sendo mais importante seus aspectos de padronização e repetição. Assim, enquanto a manifestação artística busca a distinção, a indústria cultural, afastando-se desta, busca a identidade. Seu efeito não é sentido em uma de suas obras individualmente, mas em seu conjunto, na exposição maciça das pessoas a várias de suas manifestações que formam um todo coerente e servil à lógica da dominação material da sociedade capitalista. O momento de “lazer” do operário, o momento seu fora da fábrica, que poderia ser o momento de ruptura com a realidade fabril, passa a ser um prolongamento de sua vivência industrial. O entretenimento não rompe com o trabalho cotidiano, mas sim reforça sua estrutura de padronização, obediência e repetição, fora do ambiente da fábrica. O operário se distrai do processo produtivo de uma forma que possa, depois, reinserir-se nele.

Segundo Adorno e Horkheimer, (1986, p. 128), a diversão passa a ser, assim, “*o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio*”. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, mas única e exclusivamente para que possa se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Por isso, imita seus mesmos processos mecanizados, já que eles atingiram um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre sua felicidade, eles determinam tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem seu processo de trabalho. O pretense conteúdo não passa, assim, de uma fachada desbotada: o que fica gravado é a sequência automatizada de operações padronizadas. Isto é, “*ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão*”.

Deve-se igualmente ressaltar, que a indústria cultural se organiza de forma a não permitir ao seu consumidor a reflexão. Baseada na diversão, a “arte” produzida industrialmente, é focada sobre esse aspecto – que não poderia encerrar a produção artística verdadeira – impedindo a reflexão sobre o todo,

inerente a toda manifestação artística. Nesse ponto,

*A afinidade original entre os negócios e a diversão mostra-se em seu próprio sentido: a apologia da sociedade. Divertir-se significa estar de acordo. Isso só é possível se isso se isola do processo social em seu todo, se idiotiza e abandona desde o início a pretensão inescapável de toda obra, mesmo da mais insignificante, de refletir em sua limitação o todo. Divertir significa sempre: não ter de pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é a sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última idéia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. (ADORNO & HORKHEIMER, 1986, p.135)*

Cabe ressaltar ainda que a indústria cultural depende da publicidade e com ela, inclusive, se confunde. Segundo os autores, “*a publicidade é hoje em dia um princípio negativo, um princípio de bloqueio: tudo aquilo que não traga seu sinete é economicamente suspeito*”. (*Ibidem*, p.152). Dessa forma, o ciclo se fecha em torno da manutenção e reprodução da lógica capitalista que conta com a força da indústria cultural como aliado fundamental.

### 1.3. Um mundo integrado

O problema que surge da análise da sociedade sob a ótica proposta por Horkheimer e Adorno, é que assim, ela se torna um todo integrado e imutável. De acordo com Honneth (1999, p.516), podemos dizer que se as diferentes investigações que os membros do círculo interno do Instituto de Pesquisa Social fizeram ao longo dos anos 30 forem reunidas num conjunto teórico, o quadro daí resultante pinta a imagem de uma sociedade totalmente integrada. Nela, prossegue o autor, a vida social se esgota “*num circuito fechado do exercício centralizado da dominação, do controle cultural e do conformismo individual*”.

No mesmo sentido, Domingues (2004, p.77-78) ressalta que, para Adorno e Horkheimer, o capitalismo tardio do pós-guerra mostrar-se-ia, assim, uma sociedade absolutamente (funcionalmente) integrada, na qual, aos papéis que o sistema designava aos indivíduos, correspondiam estruturas de personalidade e uma cultura que contribuía simplesmente para reproduzi-lo.

Se, conforme também destaca Domingues, o contexto social em que escreviam os autores, da mesma forma que justifica seu pessimismo pelos

“tempos sombrios” que vivenciavam, justifica também a dificuldade que tinham para relativizar a estabilidade e integração social que se observava naquele período de “*modernidade estatalmente organizada*” (DOMINGUES, 2004, p.74, nota 8), não deixa de ser verdade que essa visão de sociedade profundamente integrada reside em pressupostos teóricos e resulta em consequências que precisam ser problematizados. De acordo com Honneth (1999, p.516), se essa imagem de sociedade totalmente integrada, dadas as circunstâncias com as quais os membros do Instituto de Pesquisa Social se defrontavam em face do fascismo e do stalinismo, pode encontrar certa justificação histórica, nem por isso ela deixa de se revelar, de um ponto de vista sistêmico, como resultado de uma construção teoricamente falha: no sistema de referência socioteórica no qual Horkheimer baseou seu programa, a dimensão da ação social na qual as convicções morais e as orientações normativas se constituem independentemente é simplesmente excluída. Esse programa, Honneth argumenta, era concebido de tal forma que apenas os processos sociais suscetíveis de assumir funções na reprodução e na expansão do trabalho social podiam encontrar nele seu lugar.

Assim, fecham-se as possibilidades de análise do que foge a essa determinação funcionalista e perdem espaço enquanto categorias sociologicamente significantes, a interação social, o indivíduo e a criatividade. Conforme salienta Domingues (2004, p.79), portanto,

*Parece claro que não há espaço para um conceito de interação social nessa corrente. Mesmo o indivíduo [...] via-se amplamente secundarizado pelas noções de sistema, totalitarismo e integração total. Destarte, o polo sociológico típico da ação curvava-se inteiramente ao polo da estrutura, que tudo determinava. A criatividade era também absolutamente secundarizada em favor de memórias que dominavam e cegavam os sujeitos e de uma concepção determinista da história e de um destino histórico nos quais somente a racionalidade (instrumental) fazia sentido.*

Ou seja, se questionamos a premissa central de *A Dialética do Esclarecimento* que, segundo Honneth (1999, p.521) seria “*a de que, com o primeiro ato do domínio sobre a natureza, a compulsão para as formas de pensamento instrumentais já está inevitavelmente estabelecida*”, questionamos também as consequências deterministas e fechadas na total integração a que chegaram seus autores, já que, em *A Dialética do Esclarecimento*, Horkheimer e Adorno são forçados a conceber toda ação social segundo o mesmo padrão de

arsenal instrumental de um sujeito sobre um objeto. E é apenas isso, e não a tradição romântica na qual eles se inspiram, que lhes proporciona a base para afirmar que a “*lógica da reificação*” *tem a mesma eficácia nas três dimensões: o trabalho societário, a socialização dos indivíduos e, enfim, a dominação social* (Ibidem, p. 523).

Se, segundo Domingues (2004, p.75), “*a despeito de formulações menos deterministas e mais sofisticadas nesse sentido, como as de Antonio Gramsci, há com frequência excessiva um funcionalismo implícito no marxismo*” – já que “*a dominação de classe na política e na cultura parecem concorrer espontânea e diretamente para uma integração com a estrutura econômica da sociedade capitalista*” – e como, “*a questão se complica quando essa relação direta não se verifica, o que, obviamente, acontece muitas vezes*”, vejamos, em contraponto a Adorno e Horkheimer, em que essa concepção “*mais sofisticada*” de Gramsci poderia nos ajudar, contribuindo para uma visão de sociedade menos fechada no funcionalismo e com maior espaço para a mudança social e, conseqüentemente, para qualquer otimismo em face do futuro.

Analisemos então, agora, a obra de Gramsci.

## 2. Gramsci e a teoria ampliada de estado

### 2.1. Ocidente X Oriente

Numa direção muito diferente da de Adorno e Horkheimer, de acordo com Semeraro (2001, p.57), Gramsci,

*Quando examina o projeto da modernidade faz notar que, ao lado da explosão da consciência e da liberdade individual, foram lançadas também as premissas da revolução social e da emancipação das massas. E [...] procura mostrar como esse projeto chega a se realizar no interior da organização do trabalho e da sociedade e que as classes produtoras são capazes de construí-lo de forma livre, consciente e orgânica. Daí suas simpatias pela racionalização dos processos produtivos que permitem a aquisição de maior conhecimento, o aumento da produção, a redução do tempo e do desgaste físico dos trabalhadores, a melhoria das condições de vida para poder se dedicar mais plenamente à participação política e social.*

Isso, aliado à certeza que também possui “*de que não há situação histórica que não possa ser mudada pela livre e consciente ação de homens*

*organizados*” (SEMERARO, 2001, p.18), livram Gramsci de qualquer determinismo fatalista, materialista ou espiritualista, tanto numa direção positiva quanto negativa, e o impedem tanto de abraçar uma visão catastrófica de crise geral do capitalismo, geradora cabal de sua desintegração, quanto de mergulhar num conformismo pessimista de impossibilidade de qualquer mudança, tal qual sugerem as angustiadas linhas escritas pela Escola de Frankfurt. Nesse sentido, em resposta à questão de por que as classes trabalhadoras dos países de capitalismo avançado não levaram a termo a revolução proletária, não confiou sua resposta à não chegada do “grande dia” da crise fatal do capitalismo e tampouco condenou tais locais à impossibilidade de revolução: buscou, por sua vez, analisar criticamente essa situação para formular a correta estratégia para seu enfrentamento.

Nesse ponto, Gramsci inicia uma diferenciação fundamental: “*a idéia de uma diferença estrutural entre as formações econômico-sociais do ‘Ocidente’ e do ‘Oriente’, com a necessária consequência de que é preciso elaborar estratégias que levem em conta e se adequem a essa diferença*” (COUITINHO, 2003, p.64). Lembrando-se sempre, que não se trata, no caso, de uma diferenciação geopolítica, mas morfológica. Segundo Semeraro (2001, p.61-62), podemos dizer que

*Tratam-se de categorias gnosiológicas que designam uma mudança de forma política, e não apenas diferenças táticas em áreas geográficas diversas. Com “ocidente” Gramsci quer conotar o horizonte de uma nova teoria da política fundamentada sobre a concepção de hegemonia e sobre a capacidade de iniciativa e de politização das sociedades contemporâneas. O ocidente, nesse sentido, é sinônimo de modernidade, de racionalidade, de progresso científico, de espírito crítico, de sociedade autônoma e plural, e não apenas de individualismo, mecanização e massificação cultural. Por isso, não era possível pensar em implantar o mesmo processo da revolução de outubro no ocidente sem levar em consideração sua espessura histórica e política, os avanços científicos e tecnológicos e as suas multifacetadas expressões de cultura.*

Nas palavras do próprio Gramsci, citado por Anderson (2002, p.20), podemos dizer que no Leste, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa, enquanto no Ocidente havia uma relação mais apropriada entre o Estado e a Sociedade Civil e, “*quando o Estado tremia, uma firme estrutura da sociedade civil era então revelada*”. No caso Ocidental, portanto, “*o Estado não era mais do que uma trincheira avançada, atrás da qual havia um poderoso*

*sistema de fortalezas e casamatas*".

Nesse ponto é possível perceber também, uma segunda contraposição recorrente nos escritos de Gramsci, além da oposição Oriente e Ocidente: a oposição Estado e Sociedade Civil, sendo o desenvolvimento dessa última, a característica distintiva dos países "ocidentais" e que demandava, para tais países, a assunção de uma nova tática revolucionária, baseada numa nova concepção de Estado, que desse conta desse fenômeno. Em termos militares, poderíamos falar de uma passagem da "guerra de movimento" para a "guerra de posição", baseada numa teoria de Estado que abrangesse, além de seu tradicional aparato coercitivo, a sociedade civil e sua rede de instituições privadas.

## *2.2. Sociedade civil e hegemonia*

Sendo assim, para tentar melhor compreender as diferenças entre "ocidente" e "oriente", Gramsci desenvolve uma teoria do Estado ampliada, isto é, uma teoria que vai além de uma concepção de Estado que se limita a um aparato coercitivo. E essa teoria é baseada, principalmente, na divisão do Estado em Sociedade Política e Sociedade Civil e no binômio coerção e consenso. Segundo Gramsci (1978, p. 10-11), podemos fixar dois grandes "planos" superestruturais:

*o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico".*

Desta maneira, a sociedade política seria o plano que abrange o que conhecemos tradicionalmente como Estado, calcado, principalmente, na coerção física. Logo, podemos dizer, seguindo Simionato (1996, p.150-151), que a sociedade política, no pensamento gramsciano, indica assim, o conjunto dos aparelhos por meio dos quais a classe dominante exerce a violência. Nesse plano superestrutural, ocorre sempre o exercício da ditadura, da dominação baseada na coerção. Ou seja, trata-se do aparelho de coerção estatal que assegura coercitivamente a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, a ser utilizado nos momentos de crise no comando e na direção,

nos quais fracassa o consenso espontâneo.

Contudo, como já percebido na passagem acima, Gramsci destaca que nenhum governo pode persistir fazendo uso apenas da coerção física, fazendo-se sempre necessária certa dose de consentimento dos governados acerca do poder dos governantes. Assim, pode-se dizer, como nos ensina Bottomore (1983, p.136) que “*uma das principais contribuições de Gramsci para o pensamento marxista foi a proposição da idéia de que a dominação da classe dominante não se realiza apenas pela coerção, mas é obtida também pelo consentimento*”. E é nesse sentido que Gramsci desenvolve as noções de hegemonia e de sociedade civil: complementando o conceito de sociedade política, Gramsci apresenta o conceito de sociedade civil, que abrange o que comumente conhecemos como sendo instituições privadas, mas que, segundo Gramsci, desempenham papel fundamental na manutenção do poder.

De acordo com Coutinho (2003, p.124-125),

*Os “clássicos”, tendencialmente, identificam o Estado – a máquina estatal – com o conjunto de seus aparelhos repressivos. [...] Gramsci, porém, trabalha numa época e num âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países “ocidentais” sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos e de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado. [...] Precisamente aquela “trama privada” a que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de “sociedade civil”, de “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão.*

Assim, a importância de se levar em conta a sociedade civil reside exatamente em sua função privilegiada de construção da hegemonia, que, explicando o termo utilizado até agora sem maiores esclarecimentos, representa a dominação de uma classe estabelecida mediante o consenso das demais. Na forma desenvolvida por Gramsci, como nos ensina Johnson (1995, p.123), “*podemos dizer que a hegemonia é um conceito que se refere a uma forma particular de dominação na qual uma classe torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito, dos que se encontram abaixo*”. Podemos

dizer que toda dominação é baseada na coerção e no uso potencial da força. Todavia, trata-se de um exercício de poder que, realizado unicamente nesses termos, é relativamente instável, e que, para tornar-se estável, exige que a classe dominante crie e mantenha “*estilos de ampla aceitação de pensar sobre o mundo que definam sua dominação como razoável, justa e no melhor interesse da sociedade como um todo*”.

Dessa forma, o Estado para Gramsci assume a forma da ditadura mais consenso, ou seja, coerção mais hegemonia, exercidos mediante a conjunção da sociedade política e da sociedade civil. Lembrando-se sempre que, apesar da diferenciação analítica proposta pelo autor, na realidade, essas duas esferas estão intimamente unidas, uma vez que é a articulação de consenso e coerção que garante a supremacia de um grupo sobre toda a sociedade e a verdadeira estruturação no poder (SEMERARO, 2001, p.74), e o exercício da hegemonia também se observa na sociedade política, apesar da posição de destaque que ganha, nesse sentido, a sociedade civil nos países de capitalismo mais avançado.

É essa concepção ampliada de Estado que fundamenta a estratégia de luta sugerida por Gramsci como a correta a ser adotada pelas classes subalternas nos países ocidentais. Fazendo uso da linguagem militar, Gramsci contrapõe ao modelo da “guerra de movimento” bem sucedido na revolução Russa, o modelo da “guerra de posição”, única forma, segundo ele, possível de resultar em vitórias consistentes nos países capitalistas mais avançados. Dentro dessa mudança, sem deixar de admitir que toda guerra envolve tanto momentos de um tipo de guerra quanto de outro, o autor localiza o foco da ação revolucionária ocidental na sociedade civil e suas “trincheiras”, a serem tomadas pela guerra de posição, e não na tomada de assalto do aparelho estatal repressivo – sociedade política – por meio de uma guerra de movimento.

Conforme assevera Coutinho (2003, p.147), a teoria ampliada de Estado é o que permitiu a Gramsci responder de modo original à questão do fracasso da revolução nos países ocidentais. Segundo Gramsci, esse fracasso ocorreu porque não foi levada em conta a diferença estrutural que existe entre as formações sociais do “Oriente” – como a Rússia czarista – caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção, e as formações sociais do “Ocidente”, nas quais a relação entre sociedade política e sociedade civil é mais equilibrada, isto é, onde se realizou concretamente a “ampliação” do Estado. Contra esse equívoco é que Gramsci pôde formular, positivamente, sua proposta de estratégia para os países “ocidentais”: nesses países, impor-se-ia à luta de classes – ao contrário da

“guerra de movimento” ou “de manobra”, voltada diretamente à tomada do Estado em sentido estrito, característica das lutas travadas em formações sociais orientais – uma “guerra de posição”, na qual as batalhas deveriam ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição preliminar para o acesso ao poder de Estado e sua posterior conservação.

### 2.3. A possibilidade da contra-hegemonia

Assim sendo, a vantagem que a concepção de Estado de Gramsci oferece é enxergar nos aparelhos privados do exercício da hegemonia um espaço de luta. E nesse ponto, surge a possibilidade da contra-hegemonia e da mudança social, dentro da guerra de posição, estrategicamente mais adequada ao Ocidente. De acordo com Semeraro (2001, p.27), esta parece ser, na visão de Gramsci, a questão mais importante de seu tempo, pois ao se diferenciar da sociedade política, a sociedade civil reabre a questão do poder, uma vez que “*a base histórica do Estado é deslocada*” e, com o surgimento de complexas superestruturas, são dilatados os espaços para a determinação de uma nova hegemonia.

Deve-se ter sempre em mente também, que a hegemonia não é um reflexo exato da dominação econômica ou política. Na verdade, é implícito na noção de hegemonia, sendo a sociedade uma realidade conflitiva, que ela, sendo busca do consenso, tenha de se valer de certas concessões a ideias e valores que não necessariamente compõem a ideologia da classe dominante. Segundo Gramsci (1976, p.33),

*O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa.*

Dessa forma, o discurso hegemônico pode – e deve – conter elementos de uma contra-hegemonia, a se formar nos espaços de luta existentes nos aparelhos privados de construção do discurso dominante, anteriormente apontados. Ou seja, sempre há um discurso contraposto ao discurso dominante,

em constante conflito com ele, fazendo prevalecer, por vezes, interesses à primeira vista antagônicos ao da classe hegemônica. Essa é a contra-hegemonia que, nos momentos de crise hegemônica pode vir a aflorar provocando mudanças sociais significativas e levando grupos subalternos à direção da sociedade e ao caminho de se tornarem grupos dirigentes e dominantes. Seguindo a lição de Coutinho (2003, p.154), podemos afirmar que

*Como toda crise, também a [crise] de hegemonia pode dar lugar a diferentes alternativas, isto é, pode ter diferentes soluções. De imediato, a classe dominante pode ter condições de continuar dominando através da pura coerção; a médio prazo, ela pode recompôr sua hegemonia, por meio de concessões, de manobras reformistas, etc., para o quê contará com a incapacidade das forças adversárias de apresentar soluções positivas e construtivas. Uma outra possibilidade é a de que as classes dominadas – favorecidas pelo caráter estrutural da crise – ampliem seu arco de alianças e sua esfera de consenso, invertam em seu favor as relações de hegemonia e, desse modo, ao se tornarem classes dirigentes (ao apresentarem e conquistarem consenso para propostas de solução dos problemas do conjunto da nação) criem as condições para chegarem à situação de classes dominantes.*

Com isso, verificamos em Gramsci, ao contrário de em Adorno e Horkheimer, que as esferas econômica, política e cultural não são tão funcionalmente integradas assim, e possuem brechas nas suas inter-relações que fomentam espaços de luta capazes de gerar a transformação social, inclusive numa direção de emancipação das massas. E é isso o que permite a Gramsci integrar, em sua análise da realidade, aspectos positivos da racionalização e teorizar sobre as mudanças sociais em direções múltiplas, livres de determinismos materialistas ou espiritualistas.

#### 4. Conclusão

Dado o exposto, o que podemos depreender da comparação acima é que a empreitada de Horkheimer e Adorno tem como ponto fraco o excesso de coerência na dominação social: se isso é verdadeiro, seria questionável qualquer crítica dessa dominação, por fazer parte ela mesma desse todo homogêneo. A obra dos próprios autores acaba perdendo sentido e aparecendo como a visão da verdade de dois iluminados que foram os únicos capazes de se levantar além da reprodução capitalista para criticá-la.

Sendo assim, a obra de Gramsci aparece como uma possibilidade na direção contrária. Não admitindo uma assimilação completa de todos os mecanismos de coerção e consenso por um pensamento único, a teoria de Gramsci dá espaço à mudança social através de uma luta contínua pela ocupação de “trincheiras” da sociedade capitalista, localizadas especialmente no que ele chamou de sociedade civil.

O ponto crítico é que, tomando a realidade dessa maneira, Gramsci também acaba dando muito valor ao conteúdo e pressupondo certa neutralidade da forma. Mesmo aceitando que, tomado o poder, a classe trabalhadora não poderia simplesmente reproduzir as mesmas instituições que herdara da classe dominante anterior, essa transição operada “de dentro” dessas mesmas estruturas não resta bem explicada, já que temos de nos lembrar que tais instituições não são exatamente neutras, mas sim são formas históricas específicas que privilegiam o bloco de forças que as configurou, sendo, em geral, condicionadas por forças econômicas externas, ou, conforme salientaram Adorno e Horkheimer, baseadas num conhecimento racional instrumental voltado para o domínio da coisa conhecida, que não deixa de se insinuar numa dominação também sobre pessoas, num processo de reificação destas.

Assim, por exemplo, além de deixar de lado a reflexão aprofundada pela escola de Frankfurt sobre as influências da própria racionalidade capitalista e tecnicista sobre a produção cultural, Gramsci dá pouca atenção à função ideológica do próprio sistema parlamentar representativo, e não teoriza outros tipos de “pressões” que atuam sobre a ação dos trabalhadores organizados, situadas além dos mecanismos de consenso e coerção política, como o medo do desemprego e da demissão, além da corrupção e da fraude (ANDERSON, p. 55-56, nota 78).

Conforme assevera Anderson (*Ibidem*, p. 40), a respeito de Gramsci,

*O primeiro e mais imediato de seus erros é precisamente a noção de que o poder ideológico da burguesia nas formações sociais do ocidente é exercido sobretudo na esfera da sociedade civil, sua hegemonia sobre ela neutralizando em consequência o potencial democrático do Estado representativo. A classe operária tem acesso ao Estado (eleições parlamentares), mas não exerce seu poder para alcançar o socialismo por causa da sua doutrinação pelos meios de comunicação. Na realidade, podemos dizer que a verdade é exatamente o oposto: a forma geral do Estado representativo – em uma democracia burguesa – é ela própria a arma ideológica principal do capitalismo ocidental, cuja própria existência priva a classe operária da idéia do socialismo como*

*tipo diferente de Estado, sendo que os meios de comunicação e outros mecanismos de controle cultural reforçam além disso, esse “efeito” ideológico central. As relações de produção capitalistas distribuem todos os homens e mulheres em diferentes classes sociais, definidas pela desigualdade do seu acesso aos meios de produção. Essas divisões de classe são a realidade subjacente ao contrato de trabalho entre pessoas livres e iguais no plano jurídico, o que é a marca desse modo de produção. A ordem política e a ordem econômica são pois, formalmente separadas sob o capitalismo. Assim, o Estado burguês, por definição, “representa” a totalidade da população, abstraída da sua divisão em classes sociais, como cidadãos individuais e iguais. Em outras palavras, ele apresenta os homens e as mulheres em posições desiguais na sociedade civil como se elas fossem iguais perante o Estado.*

No mesmo sentido, ainda nas palavras de Anderson:

*O desvio conceitual que resulta na obra de Gramsci pode ser comparado com o que marca o pensamento do celebrado antecessor que inspirou o seu pensamento na prisão. Pois, Maquiavel, de quem Gramsci tomou tantos temas, também começou por analisar a forma dual do centauro – metade homem, metade animal – símbolo do híbrido de coação e consentimento, pelos quais os homens sempre foram governados. Na obra de Maquiavel, entretanto, o desvio ocorreu exatamente na direção oposta. Ostensivamente interessado nas “armas” e nas “leis”, coerção e consentimento, o seu discurso se desviou inelutavelmente para a “força” e a “fraude” – em outras palavras, somente para o componente animal do poder. Disto resultou a retórica da repressão, que as gerações futuras chamariam de maquiavelismo. Gramsci adotou o mito de Maquiavel do centauro como símbolo emblemático da sua investigação: mas, enquanto Maquiavel efetivamente mergulhou o consentimento na coerção, em Gramsci a coerção foi progressivamente eclipsada pelo consentimento. (ANDERSON, 2002, p.67)*

Interessante notar que as críticas que Anderson dirige a Gramsci se aproximam muito das críticas dirigidas ao principal herdeiro intelectual da escola de Frankfurt: Jürgen Habermas. Considerado como um teórico da 2ª geração da escola de Frankfurt, o pensador alemão buscou superar as aporias do pensamento de Adorno e Horkheimer pela reabilitação da razão prática, como contraponto à razão instrumental criticada na Dialética do Esclarecimento. Essa razão prática seria derivada de uma ação comunicativa voltada para o consenso, por meio da qual ainda seria possível a concretização do projeto da modernidade

de emancipação do gênero humano por meio da razão – mas, nesse caso, não a razão instrumental, mas a razão prática, retomando a distinção kantiana em que, no segundo caso, seria possível a decisão racional acerca de valores (HABERMAS, 2012).

Se Habermas mantém a postura crítica com relação às consequências da razão instrumental – especialmente na sua variante de razão funcionalista em sistemas como o sistema econômico e o sistema político que colonizariam de forma patológica a livre comunicação entre as pessoas – que era ausente em Gramsci, ele não deixa de se aproximar do autor italiano no que tange ao otimismo quanto ao potencial emancipatório da sociedade moderna. E as críticas de Anderson a Gramsci, no que tange ao foco no consenso e na superioridade das democracias liberais representativas encaixam-se perfeitamente na teoria habermasiana sendo a crítica ao foco no consenso (mas não a crítica à superioridade moral das democracias liberais) uma das fontes de reconstrução da teoria crítica frankfurtiana, naquela que seria sua 3ª geração, materializada na obra de Axel Honneth e sua ideia não de um consenso, mas de uma “luta pelo reconhecimento” (HONNETH, 2003)

Nesse contexto, chega a ser surpreendente que Habermas, cuja obra é marcada por um diálogo com a quase totalidade do pensamento social e político ocidental, não tenha mantido um diálogo substantivo com a obra de Gramsci, com a qual poderia compartilhar uma série de angústias comuns. E isso é ainda mais surpreendente quando são levantadas críticas à obra de Habermas baseadas justamente em linhagens teóricas herdeiras de Gramsci, já que, segundo Žižek, a teoria da hegemonia seria a única verdadeira resposta a Habermas (ŽIŽEK, 2010, p. 314). Isto porque, superando o jogo de soma zero de algumas teorias críticas de ordem marxista ou pós-estruturalista, que focam excessivamente a dimensão do dissenso, a ideia do consenso em Habermas, ou da hegemonia em Gramsci e outros pensadores influenciados por ele, dá maior inteligibilidade à unidade social, apesar das diferenças. É no consenso moral derivado da racionalidade prática da ação comunicativa que Habermas irá basear a possibilidade de unidade nas sociedades modernas plurais e fragmentárias, daí derivando uma última sorte de emancipação humana pela razão. Num sentido próximo, porém distinto, é a teoria da hegemonia, radicalizada com relação à intuição original de Gramsci, que vai permitir a autores como Laclau e Mouffe apostarem ainda numa “estratégia socialista”, numa “democracia radical” (LACLAU; MOUFFE, 2006) e em “emancipações” (LACLAU, 1997). E aqui a diferença entre a emancipação no singular, do projeto moderno endossado por Habermas, e as emancipações no plural, que dão título a uma das obras de

Laclau (*Emancipation(s)*), é importante.

Afinal, pode-se mesmo dizer que Laclau, com base em Gramsci, tem construído uma espécie de ética pós-moderna (TORFING, 1999), pois não vincula mais a hegemonia à hegemonia de uma classe com fulcro na economia, mas a hegemonia de qualquer grupo que consiga se fazer portador da antítese naquele contexto social específico – por exemplo, num regime de apartheid racial, um grupo étnico poderia ser esse portador da antítese mais do que um grupo de embasamento econômico. Por isso não há na obra do autor, como havia na teoria marxista tradicional, uma direção única no processo emancipatório, que tampouco possuiria destino ditado por um critério racional como no projeto habermasiano. Por isso a importância do plural das “emancipações”, que podem abranger possibilidades diversas, capitaneadas por igualmente diversos grupos subalternos.

Com isso, percebe-se que alguns pontos e temas levantados pela 1ª geração da Escola de Frankfurt e por Gramsci, continuam relevantes e capazes de pautar a construção da teoria social contemporânea, tendo como exemplos paradigmáticos as obras de Habermas e Laclau. No entanto, é interessante notar que a lógica que pautou a comparação entre a Escola de Frankfurt e Gramsci neste trabalho, ressaltando o pessimismo da razão que pautava a teorização de Adorno e Horkheimer e a fé na emancipação humana que motivava Gramsci, de alguma forma, se inverte na ponta atual dessas duas linhagens de pensamento, refazendo a genealogia de Habermas em direção a Adorno e Horkheimer e de Laclau em direção a Gramsci. Pois é em Habermas que o projeto iluminista de emancipação pela razão conhece hoje, apesar da manutenção de uma postura crítica, seu baluarte de maior otimismo. Por outro lado, observa-se na teoria de Laclau grande ceticismo quanto a um projeto emancipatório generalizado, que, sem dúvida, figurava no horizonte do pensamento socialista de Gramsci, fonte principal de sua teoria da hegemonia. De forma que um dos desafios postos à teoria social contemporânea se encontra em assumir um desses lados e suas consequências ou conseguir derivar desse embate retroalimentações mútuas e fecundas, capazes de oferecer novas alternativas teóricas para se pensar questões como as dimensões do consenso e da disputa, da dominação e da emancipação, na manutenção ou desistência do projeto iluminista no mundo de hoje.

## Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986. 254 p.

- ANDERSON, Perry. *As antinomias de Gramsci*. In: ANDERSON, Perry, *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, 884 p.
- ARANTES, Paulo Eduardo (consult.). *Horkheimer e Adorno: vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. pp. VII-XV.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1983, 454 p.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 320 p.
- DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociologias do século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 110 p.
- FREITAG, Bárbara. *Teoria crítica: ontem e hoje*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, 184 p.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 244 p.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. ix, 444 p.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 2v.
- HONNETH, Axel. *Teoria crítica*. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. (orgs.) *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, 610 p.
- \_\_\_\_\_. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. 296p.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995, 300p.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipation(s)*. Londres: Verso, 1996. 127 p.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2006 [1985]. 246 p.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 279 p.
- SIMIONATO, Ivete. *Do oriente ao ocidente: a teoria do Estado ampliado*. In: ARRUDA Jr., E. Lima & BORGES FILHO, Nilson. (org.) *Gramsci: Estado, direito e sociedade ensaios sobre a atualidade da filosofia da práxis*. Florianópolis, SC: Letras contemporâneas, 1996. 160 p.
- TORFING, Jacob. *New theories of discourse: Laclau, Mouffe and Žižek*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999, 342 p.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Interrogating the Real*. New York: Continuum International Publishing Group, 2010. 464p.

## ABSTRACT

The contemporary influence of the work, by one side, of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, and by another, of Jürgen Habermas, is just one among so many signals of strength of the works, respectively, of Antonio Gramsci and the first generation of Frankfurt School, in the early twentieth century. Trying to fit Marxist critics of society to their time contexture, these authors

developed original interpretations of society and its production of cultural goods and political consensus that are constantly brought up, until nowadays, as relevant for Sociology. However, if these authors' start is pretty much the same, their intellectual tracks are very different: while Gramsci, also while arrested, developed a positive theory guided to social transformation that accentuates the revolutionary potential of the capitalist society transformations, the Frankfurt theorists detach in a negative way the dominating and totalitarian potential of these same changes. Thus, this article aims a comparative analysis of these two theoretical approaches that tries to bring up its similarities and differences, and highlight, in each comparative pole, its powerful and powerless points for a development of a critical social theory.

**Keywords:** Gramsci. Hegemony. Civil Society. Frankfurt School. Dialect of enlightenment. Cultural Industry.



## Violência como fenômeno intrínseco à cultura política brasileira

Antonio M. Soares<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo problematiza o conceito de violência e suas mutações através dos tempos. Como fenômeno cultural, a violência é construída na sociedade e se processa de forma a romper com os próprios códigos de ordens produzidos por ela. No caso do Brasil a violência se mostra intrínseca ao processo de formação da sociedade brasileira, estando presente nas lógicas autoritárias e na imposição cultural desde os tempos da colonização. A violência emerge como uma agressão ao indivíduo e ao coletivo, ela aniquila o sentido da política e desabilita o mundo comum. As interpretações presentes neste trabalho buscam aprofundar as análises sobre a violência enquanto fenômeno social e cultural, redimensionando os efeitos que ela produz para a condição humana e suas associações com as dimensões da civilidade, incivilidade e descivilidade. Neste contexto, destacaremos como o fenômeno da violência se afirmou como uma dimensão estrutural e cultural da formação da sociedade brasileira, como ele se revela na contemporaneidade, nos jogos de poder, nas relações de força e no movimento de fronteiras tênues entre o legal e o ilegal.

Palavras Chaves: violência; cultura política; formação da sociedade brasileira.

Recebido em 30/03/2014  
Aceito para publicação em 29/05/2016

### Introdução

Para Muchembled (2012), a violência se apresenta como um fenômeno intrínseco à própria existência humana, sendo os seres vivos movidos por comportamentos predatórios e instintivos de defesa, quando ameaçados. Neste sentido, o uso da violência seria uma forma não de aniquilar a vida, mas de

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Doutor em Ciências Sociais – UFBA; Mestre em Arquitetura e Urbanismo – USP. Líder do Grupo de Pesquisa: Violência, Território e Direitos Humanos, Itabunas. E-mail: antoniomateuscs@gmail.com

garantir a conservação da existência, e uma resposta ao medo, à frustração, à inveja, a vingança ou perda de esperança. Para Erich Fromm (1975), há também uma forma de violência definida como compensatória, praticada por indivíduos acometidos de impotência, e que desejam reverter a sua fraqueza em força através da ação violenta, que pode se instituir desde a exploração ao aniquilamento do outro.

O fato é que o debate sobre a violência e a criminalidade mobilizou nos últimos anos uma série de estudos e pesquisas nacionais e internacionais que visam buscar o entendimento deste fenômeno social, que instaura um campo de análise problemático e conflitivo, envolvendo diferentes categorias sociológicas, atores sociais e responsabilidades públicas. Condição que coloca o tema da violência como um problema de ordem pública, no caso particular do Brasil, a violência se encontra situada na história particular da formação política do país (MISSE, 2006; ADORNO; PERALVA, 2005; ZALUAR; LEAL, 2001). Sérgio Adorno (2002) defende que a violência no Brasil se constituiu como um fenômeno determinado sócio-historicamente e está associado à crise do sistema de segurança pública, ao crescimento das injustiças sociais e ao esvaziamento dos direitos. Em diálogo com Arendt (2010), autores brasileiros como Alba Zaluar (1999, 2002) e Vera Telles (1996) apontam que a violência danifica o projeto humano, pois nega o uso da argumentação como possibilidade de entendimento e de exercício político de sociabilidade.

Em se tratando da sociedade brasileira, a violência compensatória foi instituída desde a origem desta sociedade, que revela um “*acúmulo social da violência*” (MISSE, 2006, p. 34), instituidora de “conflitualidades” (TAVARES DOS SANTOS, 2009), que deve ser analisada não apenas através dos fatores apresentados na contemporaneidade. Uma compreensão fecunda deste fenômeno social deve ser feita através do estabelecimento de relações que evidenciem como a violência foi integrada à história da formação da sociedade brasileira. Assim, é importante afirmar que desde o processo de colonização, que instituiu práticas de poder autoritário, em que o colonizador subjuguou povos nativos e escravizados, a violência se fez presente. Nossos índios foram adulterados culturalmente e biologicamente. Além de terem sido simbolicamente sequestrados do seu tempo e espaço, foram fisicamente violentados, quando não pelo castigo, por práticas de estupro promovidos pelo branco português. Darcy Ribeiro (1996) mostra que o processo de catequização indígena serviu como meio de alienação e combate a uma suposta rebeldia ao trabalho forçado; produziu a contaminação por doenças estranhas ao seu cotidiano, como sífilis e tuberculose; e foi racionalmente imposta e disseminada

aos índios e índias, agindo como “bombas virais” promotoras de altíssimo índice de mortalidade; as tribos que tentavam resistir às imposições do colonizador eram inteiramente exterminadas.

Com a chegada dos negros e a consolidação do regime da escravidão, o tronco e o chicote se firmaram como instrumentos disciplinares do processo de colonização portuguesa, que fez da tortura e do sacrifício coerções ao trabalho forçado. O negro foi amplamente inserido no processo de exploração, sendo considerado a força de trabalho fundamental à produção monocultora e latifundiária,<sup>2</sup> sendo submetido a inúmeras situações de subordinação pelo uso da violência física, verbal e moral.

Diversos episódios políticos fundamentais à formação da sociedade brasileira, como a independência do Brasil (em 1822), a abolição da escravatura (em 1888) e a proclamação da República (em 1889) foram marcos históricos que instituíram uma nova ordem política e econômica da sociedade brasileira, que, apesar de inflexões importantes no marco da cultura política autoritária, não foram suficientes para a suspensão de práticas autoritárias enraizadas, de uma sociedade organizada por relações verticais de força, que ainda permaneceria valendo-se de práticas agressivas de dominação e estigmatização direcionadas à população pobre, iletrada e negra (IVO, 2012).

As relações de dominação deste período pautavam-se em relações de poder sistematicamente injustas, e de caráter patrimonialista, praticadas por uma elite que se consolidou no poder justamente pelo acúmulo histórico de um regime de exploração autoritário colonial que associava o poder do latifúndio e da exploração ao exercício do poder político, alicerçando um modelo de desenvolvimento conservador, como analisa vasta literatura brasileira (FURTADO, 1974; FERNANDES, 1975; PRADO JUNIOR, 1994; HOLANDA, 1995; RIBEIRO, 1996; NUNES, 1997; FREYRE, 1997).

Deste modo, este artigo recupera um conjunto de autores que interpretaram a formação da sociedade brasileira para problematizar como a violência se constitui como um fenômeno intrínseco da sociedade brasileira. Ele é subdividido em três partes que se completam: A violência como fenômeno presente nas relações institucionais do Estado brasileiro; Composição da sociabilidade violenta no Brasil; A violência ampliada pelas estruturas políticas

---

<sup>2</sup> Freyre (1997) expressa que o sistema latifundiário, baseado em grandes propriedades destinadas ao cultivo monocultor da cana-de-açúcar para agroexportação, se apoiava no modo de produção escravista, direcionado por uma elite de senhores de engenho alinhados aos interesses econômicos da metrópole portuguesa.

e econômicas desiguais.

A violência como fenômeno presente nas relações institucionais do Estado brasileiro

A sociedade brasileira, no final do século XIX, formulou diversas expectativas em relação ao futuro de modernização do país e ao projeto de nação. A Primeira República (1889-1930), ao mesmo tempo em que trouxe mudanças no campo político, a exemplo da Constituinte de 1891, se mostrou conservadora e militarizada, com forte tendência positivista e práticas oligárquicas excludentes.

*A sociedade brasileira tradicional, a partir de um complexo equilíbrio de hierarquia e individualismos, desenvolveu, associado a um sistema de trocas, reciprocidade na desigualdade e patronagem, o uso da violência, mais ou menos legítimo, por parte de atores sociais bem definidos. Neste cenário social, a manipulação do poder, a corrupção e o uso da força, teve um papel fundamental na estruturação do sistema social da época, o que muitas vezes pode ter conduzido há uma legitimação velada destes atos na constituição da sociedade brasileira (VELHO, 2000, p. 57).*

Como demonstra Caio Prado Junior (1942) no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, a presença da mentalidade conservadora e autoritária do passado colonial impedia, em sua plenitude, a evolução da sociedade brasileira. Ao analisar as conjunturas da transição do regime imperial para o republicano, no final do século XIX, Prado Junior apontou a nossa subordinação a uma exploração comercial que ainda atendia aos interesses mercantilistas, não permitindo que o sistema republicano se libertasse dos ranços da dominação colonial. Segundo Prado Junior (1977), mesmo com a abolição da escravidão e com a independência do Brasil, ainda eram evidentes conflitos de toda ordem envolvendo os latifundiários e o comércio português, o agricultor servil ou o escravo e o senhor de engenho, o branco e o mulato, contradições oriundas das discrepâncias da base econômica do sistema colonial. Os conflitos acabaram influenciando negativamente a formação da unidade social e o desenvolvimento da consciência de nação, pois estes conflitos se instituía em meio à manutenção de uma lógica conservadora e autoritária, o que gerou empecilhos para a constituição de uma integração democrática econômica e política no país. Para esse autor, ao final do século XIX o Brasil aparece com uma sociedade sem organicidade social, decorrente da liberdade que vai sendo conquistada, ainda

num universo que se mantinham lógicas similares ao do mercantilismo e escravagismo, sendo desse corpo disforme que irá se formar a nação brasileira e, por conseguinte, as diretrizes da sociedade contemporânea (PRADO JUNIOR, 1994). Neste período foram produzidos diversos discursos que evocavam o determinismo biológico como elemento de distinção entre brancos e negros, a exemplo da produção de Nina Rodrigues (1862-1906), Sylvio Romero (1851-1914) e Oliveira Viana (1883-1951), que criaram teorias discriminatórias distorcidas com a finalidade de sinalizar o progresso nacional, apoiadas no discurso eugênico fortalecedor do racismo científico,<sup>3</sup> que foi criado com diretrizes darwinistas para justificar a pobreza e as impossibilidades de progresso para o Brasil, afirmando a supremacia branca em relação aos negros e a necessidade de progredir, estimulando o embranquecimento da população.

Neste cenário de reconfigurações políticas e econômicas do final do século XIX, a sociedade brasileira foi incorporando novas dinâmicas, a exemplo da chegada de imigrantes europeus para trabalhar na indústria então nascente, mas não conseguia extirpar os ranços conservadores e autoritários do passado escravagista, como manifesta Freyre (1997)<sup>4</sup>. Ainda em relação aos traços da formação cultural e política autoritária da sociedade brasileira, Sérgio Buarque de Holanda (1995) afirma a presença de heranças históricas, a se expressar em contrastes dicotômicos, a exemplo da compreensão em relação à democracia trazida para o Brasil, que, para o autor, deveria ser encarada como um “mal-entendido”, já que os movimentos reformadores da sociedade possuíam um caráter ditado pelos grupos dominantes. Ao analisar o Brasil no final do século XIX, Holanda observa a manutenção das lógicas de dominação e de hierarquias, defendendo que “*toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios*” (Holanda, 1995, p. 35), o que acarretaria o processo de acúmulos de injustiça social.

Durante os anos 1960, 1970 e 1980, a sociedade brasileira vivenciou uma

---

<sup>3</sup> O *racismo científico* foi influenciado pela teoria positivista de Auguste Comte e defendia a eugenia como sinônimo de progresso nacional. Entre os principais teóricos que defenderam a teoria do racismo científico, destacam-se Nina Rodrigues (1862-1906), Sylvio Romero (1851-1914) e Oliveira Viana (1883-1951). O racismo científico se pautava na ideia de mestiçagem branqueadora. Apesar de ter sido considerado relevante para a época, o trabalho desses pesquisadores é bastante combatido na contemporaneidade, por conter elementos racistas.

<sup>4</sup> Em *Casa Grande & Senzala*, lançado em 1933, Gilberto Freyre, diferente dos promotores do racismo científico Nina Rodrigues, Sylvio Romero e Oliveira Viana, que percebiam a mestiçagem como um mal social para a sociedade brasileira, afirmou que o processo de mestiçagem permitiu a formação de uma sociedade híbrida e com forte identidade étnica. Gilberto Freyre, neste trabalho, ainda diferenciou o conceito de raça (biologizante) e etnia (cultural), afirmando que na discussão sobre a formação da sociedade brasileira devemos considerar a diversidade étnica.

ditadura militar (1964-1985), um regime autoritário e militarizado, sustentado por uma ampla tecnoburocracia civil-militar e a manutenção da política de empréstimos internacionais, o que potencializou o desenvolvimento industrial do país. Neste período o Brasil vivenciou um dos momentos mais violentos de sua história, o militarismo estatal, que fazia uso deliberado do monopólio da violência para conter os descontentamentos com o regime. O Estado se fazia ostensivo no exercício da supressão das liberdades individuais, permitindo que o exército e a polícia militar pudessem prender e encarcerar pessoas consideradas suspeitas, promovendo uma violência institucionizada.

A ditadura<sup>5</sup> militar promoveu a dilaceração do conceito de Estado de Direito e inaugurou, nos anos 1960 no Brasil, o *Estado de exceção*, positivado em um regime ultramilitarizado e subsidiado por meio de Atos Institucionais e, posteriormente, pela promulgação da Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 01, de 1969. A Constituição de 1967 substituiu a Constituição de 1946, institucionalizou a ditadura através de um aparato legal que reunia decretos e atos que controlavam qualquer movimentação oposicionista, determinou que o poder constituinte originário fosse ilimitado e soberano, com foco na segurança nacional, hipercontrole e administração das finanças do Estado, configurando-se como uma carta constituinte semioutorgada, que além de institucionalizar a tirania militar tornou-se uma referência máxima à antidemocracia. Nesta mesma perspectiva, de endurecimento jurídico da ditadura, foi criada a Emenda Constitucional nº 01, de 1969, que incluiu mais 26 emendas na Constituição de 1967.

A ditadura foi um momento da história recente da sociedade brasileira em que se exerceu implacavelmente o poder do Estado, sem se respeitar a democracia e a divisão dos poderes. Marcada pelo autoritarismo, a ditadura estendeu-se de 1964 a 1985 e trouxe consequências nocivas para a democracia brasileira, comprometendo a vivência na sociedade civil e o aprofundamento de relações assimétricas e verticalizadas. Segundo Paulo Paim (2008), neste período violento da sociedade brasileira milhares de brasileiros foram mortos e torturados pela polícia política. Além do derramamento de sangue, os sentidos da democracia e dos direitos foram esvaziados e o país foi governado pelo autoritarismo – não havendo eleições nem partidos políticos, o Poder Executivo dominava o Legislativo e o Judiciário, existia censura do pensamento e da expressão, assim como prisão dos inimigos políticos.

---

<sup>5</sup> Segundo Schmitt (2006), a ditadura não é o oposto da democracia, este seria o liberalismo; a ditadura é um meio para garantir um fim, é a suspensão do direito para realizá-lo.

O Estado ditatorial no Brasil é a nossa maior expressão do “Estado de exceção”, momento em que o direito e as garantias institucionais foram suspensos, decretado pelas autoridades em situação de emergência. O Estado de exceção nega o Estado de direito e o regime democrático. Para Agamben (2004) o Estado de exceção é a tradução de uma espécie de tendência incorrigível do Estado moderno em fazer da exceção a regra, na forma da suspensão recorrente da norma jurídica. A “exceção” é um conceito limítrofe que não pode ser definido nem como situação de fato, nem como situação de direito.

Os contextos de opressão, violência e suspensão do direito no âmbito público instituem a exceção, fizeram parte da formação do Estado brasileiro, que desde a sua origem se elaborou através da instabilidade institucional, do autoritarismo como reflexo de nossa subordinação a uma cultura política que possui em sua gênese o colonialismo, expresso como conservadorismo, patrimonialismo, nepotismo, mandonismo (LEAL, 2012), corrupção na gestão pública e violência extrema contra as classes exploradas. São as bases encontradas para o exercício do poder soberano que aqui se instalou.

O regime militar teve seu fim em meados dos anos 1980. Além do sentimento de medo instituído pelo regime ditatorial, o governo não conseguia mais estimular o crescimento da economia e reduzir a inflação crônica, impulsionando a formação de movimentos mais gerais pró-democracia, para além das resistências ao regime militar. Movimentos que desejavam a rápida transição para a abertura democrática, entre os quais se destacaram os movimentos estudantis, feministas, os relacionados ao meio ambiente e ao movimento agrário, como o Movimento dos Sem Terra (MST), criado no início dos anos 1980. Além da defesa de suas bandeiras de luta, esses movimentos ansiavam a conquista do direito à liberdade de expressão e ao exercício pleno da cidadania.

A violência e o crime estiveram sempre presentes nas relações institucionais do Estado brasileiro, desde o início da colonização. Em qualquer que seja o momento histórico analisado, o predomínio de relações violentas e autoritárias foi se revelando de forma mais explícita ou latente. O autoritarismo sempre fez parte da nossa ordem social, desde a chegada do branco português, com o extermínio e subalternidade de índios e negros, passando pela formação do regime militar, a tortura e a execução daqueles com discursos dissonantes ao da ditadura. E nesse intervalo de momentos históricos tão distantes e convergentes, a violência manifestou-se de diferentes formas nos trâmites da formação econômica da sociedade brasileira, desde a ordem escravista, até os

processos modernos da economia capitalista, orientados para a concentração de riquezas para pequeníssimos grupos, deixando a grande maioria em situação de miséria, contradição que permanece como matriz do desenvolvimento econômico e social brasileiro, profundamente desigual. A natureza do capitalismo periférico produziu, segundo Florestan Fernandes, uma sociedade com desigualdades tão marcantes que fez crescer o número de “*condenados do sistema capitalista*” (Fernandes, 1975, p. 40), ou seja, aqueles que são os mais vulneráveis pelos processos de exclusões sociais e institucionais e mais vitimados pela violência.

### Composição da sociabilidade violenta no Brasil

As relações de poder assimétrico e autoritário, portanto, sempre estiveram presentes na formação da sociedade brasileira, como analisaram vários autores. No entanto, as pesquisas e estudos que discutem mais diretamente o tema da violência no Brasil começaram a surgir apenas nos anos 1970 e 1980, período em que, segundo Angelina Peralva (2000), observa-se uma maior diversificação e crescimento da criminalidade violenta nas cidades brasileiras, com evolução, sobretudo, das taxas de homicídios. Atualmente o crescimento da violência é progressivo e contundente, sobretudo entre os mais jovens, fazendo com que o tema da violência ganhe centralidade nos debates políticos e acadêmicos. O crescimento da violência e o “sentimento de insegurança” são compreendidos por Zaluar (1999) e por Misse (1999), como instituidores dos processos de “incivilidade” e “desnormalização” da sociedade civil, processos expressos por uma “sociabilidade violenta” que, para Machado da Silva (2004), se institui quando a violência torna-se o centro das relações sociais.

Os contextos socioeconômico e político dos anos 1980 foram propícios para a evolução da violência como fenômeno social crescente na sociedade brasileira, derivada por diversas situações, entre elas a própria turbulência social e as formas mais e menos explícitas de resistências manifestas pelo desgaste e descontentamento da sociedade brasileira com a ditadura, associada à luta política pelo processo de democratização do país e instauração de liberdades democráticas e civis. Ademais, somam-se também as incertezas geradas pela inflação galopante dos anos 1980, que teve por consequência o aumento da desigualdade social e do desemprego, assim como o desenvolvimento do crime organizado e uma gradativa qualificação do tráfico de drogas. Como explicita

Zaluar, durante o processo de redemocratização houve no Brasil uma mudança na “*organização transnacional do crime que afetou principalmente as regiões metropolitanas e, nelas, os bairros populares e as favelas*” (Zaluar, 2004, p. 210).

A pressão social gerada pela deterioração do mercado de trabalho, especialmente nos anos 1980 e 1990, pode ser apontada como uma das causas do crescimento assustador da violência nas últimas décadas. A Síntese dos Indicadores Sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004) sobre as condições de vida revela que, mesmo considerando as especificidades dos momentos políticos e econômicos, entre as décadas de 1980 e 2000, cerca de 600 mil brasileiros foram assassinados. O crescimento da violência nesse período da redemocratização, além de se relacionar com a inflação e o desemprego, relaciona-se também, segundo Teresa Caldeira (2003, p. 56), “*com a falência do sistema judiciário, a privatização da Justiça, os abusos da polícia, a fortificação das cidades e a destruição dos espaços públicos*”. Desse modo, um conjunto de fatores pode ter contribuído para o crescimento dos índices da violência, que teria se iniciado no período de 1980 a 2000 e se potencializado na última década, quando apresenta crescimento em outras modalidades de crimes violentos, sobretudo aqueles potencializados pelo tráfico de drogas, ampliando e diversificando o grupo de pessoas envolvidas com a delinquência e o crime, chegando a envolver autoridades públicas e instituições civis. O interesse crescente da academia pelo tema não significa dizer que não existissem situações de delinquência e crime em períodos anteriores e nem que não implicassem envolvimento de autoridades. As relações de mando do sistema escravocrata, a persistência até hoje dos crimes de mando político, a corrupção, entre outros fatores, mostram a anterioridade do tema. O que caracteriza o contexto dos anos 1990-2000 é uma intensificação do fenômeno em áreas urbanas e de forma explícita, em plena vigência do regime democrático, e a formação de organizações criminosas.

Dessa perspectiva, Telles (2011), apoiada em um vasto trabalho empírico com uso de recursos etnográficos, defende que a violência nas periferias brasileiras se insere em uma complicada cadeia de mediações e relações de poder que conectam sujeitos através de “*mobilidades laterais*”.<sup>6</sup> A

---

<sup>6</sup> Para Telles (2011), as mobilidades laterais são o que propriamente assinalam a porosidade dessas fronteiras e o deslocamento constante de pessoas, bens e mercadorias de suas delimitações; ao longo de seus percursos, pessoas e bens podem ser legais em um momento, ilegais em outros, conforme as circunstâncias, os arranjos vigentes em cada momento, os códigos normativos cambiantes em diferentes contextos sociopolíticos ou conforme os espaços nacionais em que se encontram.

autora defende que a violência e o crime transitam entre o ilegal e o legal, apoiando-se em micromecanismos de regulação de conflitos locais; e em suas dobras, jogos de poder e relações de força são as chaves da inteligibilidade da violência, do “Estado de exceção” e das práticas e situações instauradas no centro da vida política, que fazem estender uma zona de indeterminação entre a lei e a não lei. O praticante da ação violenta e criminal participa de um diagrama transversal pelo cruzamento de diferentes instâncias sociais, envolvendo cidadãos comuns, autoridades, instituições e o crime organizado. Telles (2011) se apoia no conceito de “gestão diferencial do ilegalismo”, defendido por Foucault (2001), entendido como um conjunto de práticas de diferenciação, tipificação e hierarquização ativadas por dispositivos que cristalizam, fixam suas formas e “*tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral de sujeição*” (FOUCAULT, 2001, p. 87).

A “sociabilidade violenta” que passa a se manifestar na sociedade brasileira se insere no âmbito das rotinas cotidianas urbanas, expressando-se como um complexo orgânico de práticas e forças que transcendem a forma de um conjunto de comportamentos isolados, expressando uma nova ordem social de difícil controle.

*[...] na sociabilidade violenta como ordem instituída, não há luta, mas convivência de referências, conscientes ou pelo menos claramente ‘monitoradas’, há códigos normativos distintos e igualmente legitimados, que implicam a adoção de cursos de ação divergentes (MACHADO, 2004, p.32)*

Nesse contexto, as populações urbanas passam a conviver com a percepção dos riscos pessoais, e passam a ter uma participação subordinada às ações que constituem a violência urbana. Machado da Silva (2004) apresenta uma sequência de nexos causais que podem ajudar a compreender o atual cenário brasileiro, no que se refere ao cotidiano violento. Entre os pontos principais ele destaca:

*a) uma crise de legitimidade do Estado; b) o enfraquecimento da capacidade de controle social por parte das agências estatais, em particular; c) o esgarçamento da ordem pública, devido ao mau funcionamento de suas “garantias externas”; d) a ampliação do recurso à violência como meio de obtenção de interesses; e) a expansão e organização da criminalidade que recorre a este meio (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 68-69).*

Os fatores causais em destaque demonstram que a falta de controle social por uma ordem pública efetiva aparece como um dos principais elementos para a institucionalização da sociabilidade violenta, que cresce em meio a uma sociedade marcada pela permissividade, em que a população expressa um sentimento de crise de autoridade, a impunidade e a intolerância ocupam lugar central no esgarçamento do tecido social, pautando-se pelo uso de práticas agressivas e na constituição de uma “cultura da violência”, que se manifesta pela ausência da ordem legal e a insuficiência da inscrição efetiva da lei associada aos déficits do Estado na garantia da cidadania, ampliando o espaço da justiça ilegal (MACHADO DA SILVA, 2004). O déficit do Estado expresso nas deficiências do aparelho policial e judiciário moderno produzem formas de exclusão institucionalizadas com grande rebatimento social, quando a violência passa a ser percebida e assimilada pela população, que se mostra desmobilizada para cobrar do Estado uma maior eficiência da ordem legal.

*Se os controles sociais tradicionais já não são mais eficazes no autocontrole e normalização da conduta dos indivíduos, eles precisam ser repensados em um contexto atual, em que o papel do Estado parece ser potencializador como agente punitivo, tornando-se um Estado de prevenção, voltado para garantir a segurança do cidadão e armado contra o perigo. Do outro lado está a sociedade ameaçada pela própria flexibilização de suas regras, e que busca se prevenir diante das possibilidades reais e imaginadas do perigo e do medo; seja com demandas por punição, ou por demandas por tecnologias privadas de proteção (GORITA, 2003, p. 30).*

Os déficits da presença do Estado impossibilitam a efetivação dos direitos civis, produzindo-se um terreno fértil para o desenvolvimento do que Vera Telles chama de “sociabilidade negada”, que segundo a autora é o espaço “em que talvez se tenha uma chave para compreender as relações (em negativo) entre violência e cidadania” (TELLES, 1996, p. 108). A violência é o “retrato negativo” da civilidade e rompe com as normas sociais, ou, como sinaliza Sérgio Adorno (1995), transgride os direitos constituídos, pois tanto a violência como o crime agridem os direitos civis (direito à vida, à segurança, à integridade física, à liberdade, à propriedade e à justiça). Nesta mesma direção, O’Donnell (1999) afirma que no Brasil os direitos civis, que são considerados a base de sustentação dos direitos sociais, estão numa profunda falta de legitimação, situação que possibilita a emergência de violências. Os direitos civis constituem o componente básico da cidadania relacionado com a justiça, e quando ele é negado, a cidadania e a justiça perdem seus reais sentidos.

A violência caracteriza-se por uma agressão naturalizada aos direitos civis e à própria justiça. A partir de uma perspectiva processual, a justiça implica fundamentalmente a igualdade entre os cidadãos, enquanto indivíduos sujeitos à lei e implicados em redes de responsabilidade. O vínculo entre a cidadania civil e a cidadania política é defendido por Habermas (1997, p. 302), que argumenta sobre a “*dependência mútua entre as liberdades de ação do sujeito de direito privado e a autonomia pública do cidadão*”. A ausência e a falta de legitimação dos direitos políticos, sociais e civis desencadeiam formas de violência, pois criam exclusão e privação social que negam a condição humana.

A condição humana, segundo Arendt (2010), é negligenciada quando o indivíduo passa a ser violentado socialmente, por não ter acesso aos direitos civis e sociais – moradia, educação, saúde, emprego, lazer –, direitos não atendidos, levando-o a um estado de negação permanente e funcionando como estimulantes ao cometimento de atos violentos. Entre esses atos, a violência interpessoal, seguida pela instrumental, se destacam; são ocasionadas, na maioria das vezes, pela falta de meios para obtenção de renda. São observadas no plano das relações entre as pessoas com a desvalorização do outro, quando matar e morrer tornam-se banais e a vida gradativamente perde seu valor.

A violência ampliada pelas estruturas políticas e econômicas desiguais

A violência como fenômeno estrutural, no Brasil, encontra como principal justificativa as extremas desigualdades sociais, o desemprego e as múltiplas formas de exclusão social, especialmente nas áreas urbanas. A pobreza e a desigualdade socioeconômica, ou seja, as diferentes condições aquisitivas e a exclusão, definida como “o não fazer parte de”, ou “não ter oportunidades de acesso a”, contrariam o acesso a direitos universais, que se tornam privilégio da classe dominante.

A violência e o crime, quando relacionados à pobreza, incorrem no equívoco de promover-se uma “criminalização da pobreza”, questão amplamente discutida por Misse (1999, 2006). As relações entre pobreza, miséria e crime são antigas no imaginário social. Essa associação beneficiou-se das ambiguidades das categorias relacionadas, permitindo que fossem estabelecidas diferentes maneiras de relacionar contextos de “pobreza” ao “crime”, relação que, para Misse (1999), servia às classes dominantes para inviabilizar os determinantes políticos do crescimento da violência. Em

perspectiva similar às compreensões sobre a pobreza deste autor, Ivo (2010) compreende que a construção estigmatizada da pobreza possui efeito sobre a segmentação dos territórios urbanos representados como áreas constituídas por uma subcultura de representações negativas em relação às famílias aí residentes. A pobreza ganha tal permanência e abrangência em nossa História que, enquanto categoria, já não serve para aprofundar a compreensão de muitos fenômenos sociais. Para Misse (1999), deve-se estar alerta a estas correlações, sendo necessário incluí-las em uma formulação sistêmica mais abrangente – em que “pobreza” deve ser articulada com “subcultura”, compreendida como “privação relativa”, e o “crime” por “desvio”, ou relativizá-lo, ampliando a categoria crime para outras, ou restringindo-a a comportamentos divergentes conjuntamente criminalizados.

A violência e a criminalidade como negação dos direitos se encontram calcadas, portanto, nas históricas determinações sociais e econômicas. Para Marília Sposito (1994, p. 118-119), *“gran parte de las interpretaciones busca explicar el aumento de La violencia urbana y juvenil, solo con base em las determinaciones sociales; em el caso brasileño, la crises social y econômica”*. Deste modo, a violência se elabora como uma negação dos direitos fundamentais à cidadania e tem atingido, cada vez mais, adolescentes e jovens. Tal negação cresce como efeito da desigualdade econômica e social. Assim, menos que vincular violência à pobreza, ela se refere mais à reprodução das desigualdades sociais e envolve a dimensão da cidadania e justiça social, como explicitam Ivo (2008) e Ivo e Scherer-Warren (2004) ao considerarem a dimensão política da questão social e ao distinguirem a noção de pobreza da de exclusão social.

Em Salvador, por exemplo, os bairros que possuem as taxas mais elevadas de criminalidade são aqueles que possuem sua população mais vitimada pela exclusão social. Como exemplo, a Baixa do Fiscal – região que, segundo o IBGE, pertence ao bairro da calçada, uma das portas de entrada ao Subúrbio Ferroviário – é a localidade mais violenta de Salvador. Ao considerarmos a população de todo o bairro, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes ao ano chega a 526 – sendo a média em toda a capital baiana de 65, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, publicados no jornal Correio da Bahia.

O processo de precarização das condições de vida nos bairros mais pobres, associado ao desmantelo de equipamentos públicos como a escola, costuma se ampliar em diversas privações que a população dessas áreas

vivência, seja no âmbito do desemprego, seja na falta de serviços básicos de qualidade (saúde, educação, segurança, lazer). O elevado grau de carências nesses bairros e a ausência do Estado favorecem o crescimento da criminalidade e da violência no cotidiano da população.

### Considerações finais

Ficou evidente no trabalho apresentado que a violência não é um fenômeno social recente, mas construída no transcurso dos períodos históricos, sendo a sua conotação transformada e adequada aos novos códigos sociais. Como uma ação que se institui no âmbito das relações entre os homens, ela se expressa como um fenômeno social que envolve diversas variáveis e situações sociais aguçadas pela sociedade capitalista. Ela se encontra imersa e muitas vezes banalizada na sociedade contemporânea. Suas formas de manifestação acompanham as mudanças da ordem social, econômica, política e nas instituições reguladoras, que impõem também novas configurações, instituições e modos de articulação que acabam retornando aos sujeitos nela implicados.

A temática da violência se integra à agenda política nacional, tendo em vista o seu crescimento nos últimos anos, o que tem mobilizado uma série de estudos e pesquisas nacionais e internacionais que visa buscar o entendimento deste fenômeno social, que instaura um campo de análise problemático e conflitivo envolvendo diferentes categorias sociológicas, atores sociais e responsabilidades públicas. Mesmo tendo ganhado relevância na política nacional nas últimas décadas, este fenômeno se faz presente na sociedade brasileira desde os primeiros contatos entre o colonizador e o colonizado, através da instituição de relações exploratórias e invasivas, as primeiras vítimas foram os índios, em seguida os negros, na contemporaneidade percebemos que os maiores vitimados são grupos pertencentes às classes sociais menos favorecidas, o pobre marginalizado nas grandes periferias do Brasil.

A compreensão da violência, neste artigo, demonstrou sucintamente que no Brasil ela se encontra associada à própria formação histórica das relações sociais do país, o que produziu, no momento contemporâneo, uma situação de “acúmulo social da violência” expressa de diversas formas, acompanhando a própria dinâmica das estruturas políticas e econômicas da sociedade brasileira. A violência e o crime estiveram sempre presentes nas relações institucionais do Estado brasileiro, desde o início da colonização. Em qualquer

que seja o momento histórico analisado, o predomínio de relações violentas e autoritárias foi se revelando de forma mais explícita ou latente. Na atualidade ela se explicita pela elevação da incidência e pelas contradições que revela, pois mesmo o país tendo ampliado os sistemas de segurança, percebemos que a violência e o crime disseminaram-se no espaço social e fez insurgir comportamentos contraditórios associados às novas sociabilidades entre os homens, que alteram linguagens, significados e representações, a exemplo da ordem e do conflito, da defesa e do ataque, do formal e do informal, do legal e do ilegal, contradições que tornam ainda mais complexo o entendimento deste fenômeno, que cada vez mais se banaliza e se instala nas relações sociais.

## Referências

- ADORNO, Sérgio.. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002.
- \_\_\_\_\_. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 10, n. 2, p.299-342, jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_; PERALVA, A. Dialogues sur la violence en France et au Brésil. *Cultures et Conflits*, v. 59, p. 5-9, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio.. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2003.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 2001.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FROMM, Erich. A revolução da esperança. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 32a. ed. Rio De Janeiro: Record, 1997.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 11. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.
- GORITA, Marcos Alan. Notícias do medo, relatos da insegurança: os discursos da violência na cidade do Rio de Janeiro (1995-2000). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2003.
- HABERMAS, J. Cidadania e identidade nacional. In: \_\_\_\_\_. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução Flavio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Vol. 2, p. 299-305.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das

Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais 2004. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador\\_esminimos/sinteseindicais2004/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador_esminimos/sinteseindicais2004/)>. Acesso em: 27 abr. 2013.

IVO, Anete B. L. Viver por um fio: pobreza e política social. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. Caderno CRH, Salvador, v. 25, p. 187-210, 2012.

\_\_\_\_\_. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 17-33, 2010.

IVO, Anete B. L.; SCHERER-WARREN, Ise. Pobreza, dádiva e cidadania. In: Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 40, p. 11-16, jan./abr. 2004.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúmem Júris, 2006.

\_\_\_\_\_. Malandros, marginais e vagabundos e acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MUCHEMBLED, Robert. História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NUNES, E. A gramática política do Brasil – clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar Editores/Brasília:ENAP, 1997.

PAIM, Paulo. Há 20 anos... depois da constituinte. In: DANTAS, Bruno. et al. Os alicerces da redemocratização – do processo constituinte aos princípios e direitos fundamentais. Brasília: Senado Federal, 2008.

PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMITT, Carl. Teoria de la constitución. Trad. Francisco Ayala. Salamanca: Alianza Editorial, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Violência colectiva, jóvenes y educación. Revista Mexicana de Sociología, n. 3, p. 112-128, 1994.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009

TELLES, V. S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte:

ARGUMENTVM, 2011.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. Estudos Avançados, São Paulo, n. 14, p. 56-60, 2000.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

\_\_\_\_\_; LEAL, Cristina. Violência extra e intramuros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.16, n. 45, p. 145-164, 2001.

### ABSTRACT

This article discusses the concept of violence and its changes over the time. As a cultural phenomenon violence is constructed in society and it is shaped with the aim of breaking with the social rules produced by the same society. In Brazil violence appears as being inherent to the formation of Brazilian society, as we can see by the presence of an authoritarian legacy as well as by the colonial political culture. Violence emerges as an assault on individual and collective rights, it annihilates the social meaning of politics and destroying the common wealth. The comprehension of violence presented in this paper examines violence as a social and cultural phenomenon, reconstructing the effects it produces for the human condition and its links with dimensions such as civility, incivility and des-civility. In this context, we highlight the ways in which violence has emerged as a structural and cultural dimension of Brazilian society, its shapes in contemporary times, its political links, its social power relations and also in its dynamics meanings in the frontiers between legal and illegal.

**Key Words:** Violence; political culture; formation of Brazilian society;



Palavra e Poder: uma análise das publicações da  
Revista Brasileira de Estudos Políticos à luz das teorias  
de Foucault<sup>1</sup>

*Celina Pereira*<sup>2</sup>

RESUMO

A partir da genealogia do poder e da teoria do discurso de Michel Foucault, o ensaio examina publicações da Revista Brasileira de Estudos Políticos que tratam direta ou indiretamente da temática do poder e discute os fundamentos para o alcance e o impacto da RBEP.

Palavras-chave: Discurso. Poder. Foucault. Revista Brasileira de Estudos Políticos.

Recebido em 15/08/2014  
Aceito para publicação em 01/05/2016

Introdução

*Ai, palavras, ai, palavras  
Que estranha potência, a vossa!  
Sois o sonho e sois a audácia.* (MEIRELES, 1995)

Com a devida licença da metodologia científica<sup>3</sup>, é publicado, enfim, à luz da metafórica verdade da poetisa modernista Cecília Meireles, este “ensaio

---

<sup>1</sup> Este ensaio, inspirado na “leitura” de Roberto Machado sobre a obra de Michel Foucault, decorre da minha participação, há mais de dez anos, no projeto “Potestas Scientiae, Scientia Potestae; *uma investigação do alcance e do impacto da Revista Brasileira de Estudos Políticos*”. Dedico-o à Régina, pela herança da PALAVRA; e à Cecé, de quem sou epígona, pela inspiração PODERosa.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Brasília - DF. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Brasília.

<sup>3</sup> Talvez fosse também o caso de pedir *venia poethica* ao leitor.

metalinguístico” tão sonhado e audacioso – fruto da pretensão da autora de contemplar o amplo acervo histórico denominado “Revista Brasileira de Estudos Políticos”.

A palavra pode ser dita, chegando ao destinatário em tempo real, impondo seu domínio no exato momento em que é proferida. À palavra escrita, especificamente, atribui-se um poder mágico, visto que registra os saberes do homem, permite o acesso a saberes diversos e o poder sobre quem não a domina. Sua potência é tal que preserva e eterniza informações, alcança gerações, oportuniza interpretações em muitos tempos e lugares, mesmo sem o contato direto com a sua fonte.

As palavras, depois de registradas, passam a ter vida própria e realizam seu destino – completar o ciclo semântico em parceria com os mais variados interlocutores – pois, como já percebeu Montaigne, a “palavra é metade de quem a pronuncia, metade de quem a ouve”.

Nas páginas da Revista Brasileira de Estudos Políticos, palavras de grandes nomes do pensamento político mundial encontraram um porto seguro e estão ancoradas, à espera de quem esteja disposto a experimentá-las.

O projeto "*Potestas Scientiae, Scientia Potestae*; uma investigação do alcance e do impacto da Revista Brasileira de Estudos Políticos" conecta-se com o esforço empreendido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em manter vivo o gesto pioneiro do professor Orlando Magalhães Carvalho, criador e editor, por mais de quatro décadas, da Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP), incorporada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, na condição de periódico de circulação internacional. Trata-se, portanto, de investigar o alcance da RBEP, parte de uma ciência do poder, e o poder das ideias ali preservadas.

O mosaico de temas abordados na Revista Brasileira de Estudos Políticos assinala seu signo de arauto, por excelência, das diversas áreas do saber. Assinam os ensaios cientistas políticos, juristas, sociólogos, historiadores, filósofos e outros tantos nomes do meio acadêmico nacional e internacional. Os debates que tiveram a Revista como veículo refletem pesquisas, conferências, textos mais livres e estudos de grande repercussão.

E, após o trânsito pelos mais de noventa números, identifica-se a presença das **relações de poder** como fenômeno social, inerentes a qualquer circunstância em que dois ou mais indivíduos ou grupos estejam envolvidos. A Revista Brasileira de Estudos Políticos é *locus* privilegiado do **poder político** e

de suas mais distintas manifestações, seja pela via de instituições, movimentos ou práticas sociais – estudo das administrações locais, perpassando por pesquisas de sociologia eleitoral, debates sobre o constitucionalismo e o Direito comparado, leituras ou releituras da história política brasileira, discussões sobre Direito Internacional e relações exteriores.

O elemento inspirador deste ensaio foi a constatação de que, nas centenas de trabalhos publicados na RBEP, **o poder**, quando não aparece como **protagonista**, compõe o **pano de fundo**. E os “roteiros” apresentam-se como **discursos** portadores do saber, como poderosos porta-vozes de crenças, teorias e sonhos.

O trabalho apresenta, inicialmente, a **analítica do poder** desenvolvida por **Michel Foucault**, filósofo do século XX. A escolha do marco teórico, impulsionada pela leitura dos artigos da Revista, deve-se à metodologia utilizada pelo autor, que realiza um salto da análise arqueológica do saber em direção à genealogia do poder. Em seguida, é abordada sua **teoria do discurso**, em que foram buscados alguns fundamentos para o alcance, impacto e repercussão da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Na seção seguinte, são brevemente analisados artigos que tratam, direta ou indiretamente, da temática do **poder**. Por fim, problematizam-se os exames clássicos das **relações de poder**, suas manifestações nos artigos da RBEP e o modelo proposto por Foucault.

## 1. A analítica do poder em Foucault

### 1.1 A arqueologia do saber

*“Eu governo os que governam o mundo”* (ROTerdã, sd, p. 18)

Erasmus de Roterdã, nos idos de 1509, dá voz à Loucura. Esta “energia criativa das ações humanas”, *ratio* última da alegria de deuses e homens, expressa seu domínio até mesmo sobre os mais absolutos dos monarcas. Quase cinco séculos depois, Michel Foucault fala em nome de uma loucura amordaçada por um “saber dominado”, por um discurso carregado de poder.

O filósofo do século XX, discípulo de Nietzsche, põe em julgamento uma prática de saber que garantiu e legitimou o arbítrio e o abuso contra os loucos da Idade clássica. A psiquiatria da época, munida por um discurso dominante, coloca o indivíduo mentalmente perturbado como inútil, perigoso e

resultado do “mal” (MACHADO, 1982). Este discurso imperativo traveste-se de intérprete exclusivo da realidade, determinando as práticas sociais de uma época. “As análises de Foucault apontam que o poder elegeu a loucura, munuiu-se de um saber médico, associou-se aos rituais de espiritualidade, institucionalizando a loucura e estigmatizando o sujeito louco em nome da razão médica” (PEREIRA, 2003, p. 47).

Nessa investigação, Foucault lança mão daquilo que ele mesmo denomina “procedimento arqueológico” – extração, escavação dos princípios por trás da loucura, além da busca pela constituição dos saberes através das inter-relações discursivas. Machado (1982) entende que a arqueologia propunha-se a responder a *como* os saberes apareciam e se transformavam. Seu estudo partiu da hipótese segundo a qual “a questão das relações entre as práticas discursivas e as práticas de poder reduzia o louco a um objeto patológico normatizado pela prática médica” (PEREIRA, 2003, p. 44).

As análises de Foucault transcendem o exame arqueológico da loucura e sobrevoam outros campos de investigação em que o binômio saber-poder chama a atenção do autor. Em 1961, é publicada a obra *História da Loucura*, trabalho em que o filósofo apresenta a psiquiatria não como o instrumento que entendeu e libertou a loucura, mas como ferramenta que possibilitou o domínio sobre os loucos. Quase quinze anos e várias obras mais tarde, *Vigiar e Punir* dirige o foco ao poder disciplinar nas prisões. O autor apresenta a justificativa da abordagem da análise: “a prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral” (FOUCAULT, 1982, p. 77). E reitera que, nas prisões,

*o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente ‘justificado’, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem.* (FOUCAULT, 1982, p. 77)

Nessa fase de seus estudos, o filósofo mantém os olhos fixos sobre o exercício do poder disciplinar legitimado pelo discurso que impera; o “recorte”, no entanto, é O ambiente prisional das sociedades modernas. O indivíduo, neste contexto, é alvo inexorável do poder disciplinar que, consoante Roberto Machado (1982), não o destrói; ao contrário, ele o fabrica. O estudioso constata, nos seus trabalhos, que não há reflexo mais nítido do exercício de poder do que

nas práticas disciplinares entendidas como “*métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade*” (FOUCAULT, 1987, p. 39).

A disciplina é, pois, técnica de gestão e adestramento de homens. Mais do que um somatório de práticas que visam a tornar o homem “dócil e útil”, Michel Foucault apresenta a disciplina como “*um princípio de controle da produção do discurso*” (FOUCAULT, 2001a, p. 36) e como meio utilizado para concretizar o que é proclamado pelo discurso.

## 1.2 A genealogia do poder

Se no decorrer de sua análise arqueológica Foucault realiza uma escavação em busca das origens dos “saberes dominados”, a próxima fase de seus estudos pretende explicar o comportamento dessas “peças das relações de poder”. Como bom seguidor, adota – ou, quem sabe, recebe de herança – a terminologia nietzscheana “genealogia”, e apresenta uma nova versão do seu exame do poder: a que refuta a teoria de que os poderes estariam localizados em pontos específicos da estrutura social; a partir de então, toda investigação do filósofo gira em torno do entendimento de que o poder é exercido através de redes e está em constante circulação. Assevera que “*o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles*” (FOUCAULT, 2001b, p. 83), e são eles seus centros de transmissão.

A abordagem genealógica empreende vigorosa tentativa de deslocamento das questões ordinariamente formuladas acerca do poder. Agora, não se pretende mais questionar a razão da dominação exercida por alguns, o que procuram e qual a estratégia que adotam, mas como funcionam os processos que sujeitam os corpos, gestos e comportamentos. Nos dizeres do próprio filósofo:

*Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.*  
(FOUCAULT, 2001b, p.75)

Para Foucault (1979, p. 89), “*o poder não é uma instituição, não é uma estrutura, não é uma potência da qual alguns seriam dotados: é o nome que se*

*empresta a uma situação estratégica*". Antonius Jack Vargas Escobar (1985, p. 210), leitor de Foucault, diz que, para o mestre, “*o poder não tem identidade*”, “*ele não possui uma matriz única*”, “*são correlações de força que encontram apoio umas nas outras, formando sistemas ou cadeias*”.

Na construção de sua análise genealógica, portanto, Foucault tem como “atmosfera” a análise do poder como algo que só funciona em malhas que permitem sua circulação constante. De singular inovação, também, é seu “solo”:

*Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais principalmente no ponto em que (...) ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material (FOUCAULT, 2001b, p. 182).*

É este procedimento metodológico que é denominado, pelo próprio autor, de “análise ascendente”:

*a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam, mas sobretudo como são anexados por fenômenos mais globais (FOUCAULT, 2001b, p. 184).*

O ponto de partida é, pois, os níveis moleculares, periféricos, do exercício do poder. A escavação arqueológica, que antes dirigia seus esforços no intento de levantar as constituições dos saberes regidos pelo poder, é embalsamada e cede terreno para uma nova abordagem: a que apresenta a mecânica dos “micropoderes” como objeto.

O filósofo examina as múltiplas formas de dominação que podem ser exercidas. Explicando o cerne de sua concepção, declara Foucault que a dominação não é entendida como

*o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas; não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social (FOUCAULT, 2001b, p. 181).*

A investigação volta-se, conforme registro do autor, para

*esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível,*

*presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder. A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos do Estado, sem dúvida, não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder. (FOUCAULT, 2001b, p. 75)*

O filósofo lança uma insurreição contra a concepção de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a malha de poderes seria uma extensão dos efeitos do aparelho estatal, ou um simples prolongamento de sua ação.

Essa análise “da periferia” está longe de sublinhar a desconsideração da posição fundamental do Estado como instituição de poder. O aparelho estatal é, sim, compreendido como “*um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e o complementa*” (MACHADO, 1982, p. XIII). Há formas de exercício de poder não necessariamente criadas pelo Estado, mas sem as quais sua sustentação torna-se inexequível. Afirma Roberto Machado, um dos intérpretes de Michel Foucault, que

*Foi muitas vezes fora dele [do Estado] que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos que, com tecnologias próprias relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho do Estado. (MACHADO, 1982, p. XIII)*

Este estudo ascendente, com objetos bem demarcados – os mecanismos da exclusão, os discursos dominadores, os aparelhos de vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência – tem o intuito, portanto, de demonstrar que o Estado não é o ponto de partida necessário e absoluto, apesar de os micropoderes estabelecerem relações diversas com o aparelho estatal, sendo inclusive “colonizados” e institucionalizados por ele em certos tempos e lugares.

## 2. O discurso em Foucault: o saber carregado de poder

*Antes de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível (FOUCAULT, 2001a, p. 5)*

Além do salto da análise arqueológica do saber à abordagem genealógica do poder, Michel Foucault apresenta a instância do discurso como resultado de

diversos sistemas de controle da palavra. A comunicação, em vez de ser a livre expressão das relações entre os sujeitos, emerge como uma luta **com** a palavra e **pela** palavra. Os poderes não mais incidem somente sobre os corpos – como é tratado em sua analítica do poder – por meio da imposição das práticas disciplinares, do gerenciamento da criminalidade, da imposição de limites à expressão da sexualidade; atingem também as palavras e são exalados pelos discursos que almejam legitimar essas práticas de dominação.

As relações de poder são analisadas em suas capilaridades, como eventos transitórios e, portanto, ilegíveis *a priori* (MACHADO, 1982). Por seu caráter circulante, só são passíveis de análises após sua instauração. Contudo, considera o filósofo que as formas de poder requerem formas de saber, concretizadas pelo **discurso**. As relações de poder não podem funcionar sem uma produção, acumulação, circulação e funcionamento do discurso. De acordo com Roberto Machado,

*O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber.* (MACHADO, 1982, p. XXI)

No discurso, o poder tem condições de se exteriorizar de maneira camuflada ou, no mínimo, sutil e eufêmica. O saber torna-se dominado, refém de um fim imperativo, categórico e decisivo. Mas onde se encontra, afinal, o perigo do discurso? Foucault responde que

*em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.* (FOUCAULT, 2001a, p.8-9)

Além de instrumento de dominação, o discurso é apresentado também como ferramenta de exclusão, mais especificamente de interdição. “*Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa*” (FOUCAULT, 2001a, p.9). Assim, o instrumento discursivo obedece a uma ordem, a uma estrutura predefinida, e apresenta-se como proclamador de uma moral dominadora, englobante, tirânica. Definem-se, assim, os detentores

legítimos da verdade, porta-vozes de um discurso resultante de um jogo de três tipos de interdições – tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala.

Longe de ser um elemento transparente e neutro de expressão, o discurso é usado, nas sociedades capitalistas modernas, como transporte dos saberes acerca da sexualidade, da loucura, da criminalidade e da doença. E o exercício desses micropoderes é a mais evidente expressão da produção desses saberes que, travestidos de legitimidade e de verdade, justificavam os procedimentos adotados em relação ao louco, ao criminoso e ao doente; afinal, *“somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”* (FOUCAULT, 2001a, p. 180).

As relações entre as práticas discursivas e as práticas de poder, por exemplo, *“reduziam o louco a um objeto patológico normatizado pela prática médica”* (PEREIRA, 2003). Convicto a respeito de seu ponto, reafirma Foucault que *“o poder, para se exercer, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber”* (FOUCAULT, 2001a, p. 186).

Segundo Foucault (1995, p. 144), *“de uma maneira ou de outra, as coisas ditas dizem muito mais do que elas próprias”*; e *“um mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos, e a várias construções possíveis”*. Desse modo, a análise do discurso pretende encontrar as regras anônimas que definem as condições de existência dos acontecimentos discursivos. Discute-se, por exemplo, *“como a criminalidade pôde tornar-se objeto de peritagem médica, ou o desvio sexual esboçar-se como um objeto possível do discurso psiquiátrico”* (FOUCAULT, 1995, p. 59).

O projeto genealógico do filósofo pretende, pois, promover a insurreição dos saberes dominados, entendidos numa duplicidade semântica: a primeira refere-se aos conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais; somente a crítica seria capaz de fazê-los reaparecer, através de instrumentos de erudição. A segunda acepção apresenta os saberes dominados como os desqualificados, insuficientemente elaborados, inferiores, desprovidos de cientificidade; os saberes oriundos do senso comum, dos indivíduos em geral (MACHADO, 1982). Nos termos de Foucault,

*esta genealogia, como acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá-la à*

*condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica.* (FOUCAULT, 2001a, p. 171)

### 3. O discurso e o poder da/na RBEP

A Revista Brasileira de Estudos Políticos é, sim, instrumento de poder. Primeiramente, em virtude do histórico: a Revista foi dirigida, por mais de quatro décadas, pelo professor Orlando M. Carvalho, figura de grande expressão no meio acadêmico e político brasileiro; além disso, os artigos são assinados por formadores, por excelência, de opinião. De acordo com Michel Foucault, em capítulo intitulado “*Os intelectuais e o poder*”, “*o papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco à frente’ ou ‘um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos*” (FOUCAULT, 2001a, p. 71).

E o papel exercido pelos autores das centenas de textos publicados na Revista foi o de registrar correntes genuinamente brasileiras do pensamento político-jurídico, relatar perspectivas distintas acerca de mesmos temas, além de trazer para a seara política nacional debates travados em âmbito mundial . O alcance e impacto da RBEP também reafirmam sua condição de ferramenta do poder: os destinatários do discurso são alunos, acadêmicos e profissionais de todo o mundo; os periódicos sempre foram enviados a diversos países, semeando os “saberes” contidos nas páginas.

E os **saberes**, além de estarem envolvidos por esse **poder** inerente à Revista, também **relatam** o poder. As relações de poder na RBEP, muitas vezes são expressas em suas formas capilares, por meio de movimentos ou instituições que tomaram uma dimensão maior em virtude de suas características mais elementares. A partir da leitura dos trabalhos, constata-se também o caráter transitório, circulante do poder, que não possui um titular, detentor absoluto; entretanto, as abordagens apresentam o Estado como instância de máxima expressão do poder, detentora do monopólio da força institucionalizada.

A temática específica do poder é recorrente na Revista, seja como cenário ou protagonista. No campo da filosofia, da ciência política, das relações internacionais, do Direito Público e em diversas outras áreas, o poder atua como protagonista. Nesses artigos, a análise do poder apresenta-se como estudo fundamental, iluminado o da sociedade, o da política e o do Direito. E por mais que o poder não seja abordado, muitas vezes, de maneira direta na RBEP, é em função de seu exercício que se operacionalizam as relações e são criadas instituições. O poder aparece, nesses momentos, como suporte, pano de fundo,

cenário para o tema principal.

### 3.1.O poder como cenário

#### 3.1.1 O poder sob uma perspectiva histórico-sociológica

Na primeira publicação, ocorrida em 1956, Gilberto Freyre trata do instituto da escravidão e do regime monárquico e imperial como fatores determinantes da forma de ação da sociedade brasileira em tempos de crise política. *A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno* demonstra como o Brasil, também pelo fato de não ter conhecido o caudilhismo e as revoluções típicas da América Latina, apresenta traços bem peculiares em sua realidade político-cultural.

Nesse exame, fica clara a observação de instituições e práticas históricas exercendo o papel de fios condutores dos rumos de uma nação. A forma como foi implementado e mantido o **exercício do poder** – seja através do regime escravocrata, seja através da instauração da monarquia e do império – arraigou práticas e vícios no modo de agir da sociedade.

#### 3.1.2. As eleições como instrumental de legitimação do poder

A RBEP apresenta um vasto estudo sobre sociologia eleitoral. Os trabalhos são desenvolvidos por pesquisadores de todos os cantos, retratando a dinâmica das eleições e o posicionamento dos partidos no cenário político brasileiro. Artigos que se propõem a lançar os olhos sobre o efervescente período das eleições são encontrados em vários números da Revista.

O número 43, publicado em 1976, é dedicado exclusivamente ao tema, levantando discussões acerca do interesse do cidadão pelo exercício do direito ao voto, a incidência de votos brancos e nulos, as práticas político-partidárias das lideranças locais e as disputas entre os partidos. As análises são singularmente interessantes por abordarem o contexto político brasileiro sob o império do regime militar.

Em artigo intitulado *Dinâmica das transformações eleitorais em Minas Imperial*, Evantina Pereira Vieira constata a importância da expansão cafeeira nas transformações observadas na Província de Minas Gerais no século XIX,

com especial enfoque para a Zona da Mata. A análise desenvolvida pela autora demonstra os reflexos do crescimento da produção do café nos aspectos econômico, demográfico e político da região, sendo responsável pelo aguçamento dos ideais republicanos e federalistas e, principalmente, pela reformulação do sistema eleitoral. “*As contradições e conflitos gerados pelas modificações que se processam na estrutura econômica e o desequilíbrio crescente entre esse poder e o político põem em risco as estruturas tradicionais*” (VIEIRA, 1979, p. 99).

### 3.1.3 A literatura política afronta o poder

Amostra de lucidez conjugada com ternura é o artigo de autoria de Maria José de Queiroz, do ano de 1988. O trabalho literário, inspirado em *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, e *Tempo de Servidão*, de Ivan Bicharra, “*vai direto à sensibilidade, às emoções*” (QUEIROZ, 1988, p. 228), relê e revive os testemunhos daqueles que tiveram seus dramas registrados na literatura política.

Os escritores, massacrados pelo poder, exercem sua liberdade pela via da “eternização” de seus relatos; e, desse modo, afastam os obstáculos criados pela contingência e acabam por ser detentores de um poder – o de colocar, em letra de forma, suas inquietudes frente ao regime do Estado Novo.

### 3.1.4 Constituição: estatuto do poder

Para Diogo de Figueiredo Moreira Neto, a Constituição é um “*estatuto onímodo do poder*” (MORERA NETO, 1992, p. 22). E o Direito Constitucional, na visão de Carl Friederich, é o estudo da racionalização dos processos do poder. A diversidade de artigos em torno do tema do constitucionalismo na Revista Brasileira de Estudos Políticos permite o acesso a interpretações de renomados acadêmicos e juristas de projeção mundial.

Raul Machado Horta, em ensaio publicado em 1995, debate a questão da atividade paralela do Poder Executivo no exercício de atribuições legiferantes, invadindo o monopólio da lei no Poder Legislativo. *Poder Legislativo e Monopólio da Lei no Mundo Contemporâneo* propõe medidas de afastamento ou, pelo menos, redução drástica da atuação executiva na produção de leis.

Em artigo publicado em 1985, o professor Antônio Álvares da Silva

expõe as razões político-filosóficas que influenciaram as constituições modernas e analisa a Constituição brasileira então vigente, especialmente no capítulo sobre a ordem econômica e social, além de conferir especial enfoque aos institutos trabalhistas consagrados. A respeito dos “*estatutos do poder*”, afirma o autor que “*todos os sistemas jurídicos (...) servem à ideologia dominante, pois nenhuma conduta humana pode ficar aquém do horizonte histórico a que se acha vinculada*” (SILVA, 1985, p. 377).

Em *Teoria do Poder Constituinte*, José Alfredo de Oliveira Baracho aborda, dentre outras questões, os “*problemas da legitimidade e legalidade do poder político*”. (BARACHO, 1981, p. 13). Nesse estudo, antes de buscar os fundamentos do poder constituinte, sua natureza e titularidade, o autor conceitua o poder e defende que este não é um fenômeno autônomo que se realiza por si próprio, mas um meio para atender a certa finalidade social. Por fim, levanta a discussão a respeito da convocação da Assembléia Constituinte e de seu funcionamento.

### 3.2. O poder como protagonista

#### 3.2.1. O poder político

No primeiro artigo do número inaugural da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Hermes Lima apresenta *Notas sobre a natureza do poder político*. Precedendo qualquer publicação no periódico, o professor Orlando M. Carvalho teve o cuidado de “adubar o terreno” para a vinda de textos posteriores. Nesse artigo, o autor apresenta o poder como relação social que, por definição, não pode ser considerada propriedade de algum indivíduo ou grupo. No desenrolar da exposição, são propostas as questões: somente a força bruta estaria na base do poder? Que outro (s) elemento (s) comporiam seu tecido conjuntivo?

Argumenta o autor que a coesão social não resulta, de maneira alguma, do comportamento espontâneo dos indivíduos. O poder representa, assim, um instrumento organizador da ordem social; não se efetiva pela vontade arbitrária ou exclusivamente pela violência. Nesse sentido, a autoridade – que lança suas raízes em determinada situação social – está, sim, sempre imersa em razões e justificativas que a legitimam. Por serem tais situações mutáveis – laços se formam e se rompem –, o poder também não possui território fixo. Onde houver relações, estará presente e será seu detentor temporário aquele que tiver a “*capacidade de agir sobre sentimentos e atos alheios*” (LIMA, 1956, p. 22).

### 3.2.2 O poder e os mitos

Em artigo publicado em 1991, Arthur José de Almeida Diniz apresenta a arte de conduzir a guerra como “fonte de poder e de hierarquia”. Em *O poder os mitos*, o autor coloca o estudo da guerra como uma descida ao subconsciente da sociedade contemporânea, na medida em que as práticas de combate, a seu ver, retratam impulsos pré-históricos do ser humano, levando-o a crer “no aumento da intensidade da crueldade do homem contra o homem”.

O ensaio, que se propõe a tratar deste fenômeno milenar – a arte de guerrear – considera que “*o poder, para ser compreendido em sua profundidade, tem de ser considerado sob o enfoque da guerra*” (DINIZ, 1991: 70). Considera, pois, que “*o que explica a existência das relações internacionais é a luta pelo poder em graus diversos*” (DINIZ, 1991: 67). E talvez não haja expressão mais nítida dessa luta, em toda a história da humanidade, do que os conflitos entre povos. “*Assim, o poder, luta da espécie humana pela vida é a vis atractiva dos componentes da comunidade internacional*” (DINIZ, 1991, p. 67).

Utilizando lições da psicanálise, Arthur José de Almeida Diniz estabelece estreita relação entre poder e mito. As crenças dos homens e o caráter paradoxal e demasiadamente complexo do real tornam a tarefa de compreender os sinais do cotidiano semelhante à de interpretar sonhos. O homem contemporâneo permanece, assim como os povos primitivos, crente em sua onipotência. O jogo político, desse modo, é conduzido de maneira muitas vezes “irracional”, de acordo com as exigências do mercado e da guerra. Nessa indagação sobre o impacto do poder – manifestado nos conflitos e nas práticas da sociedade mundial contemporânea –, o autor convida para a “*ruptura com o passado e o presente*” (GARAUDY, 1981: 29).

### 3.2.3 Liturgia barroca do poder

“*Nenhum poder prescindiu de uma ritualística que o sacralizasse em sua indestrutibilidade, intemporalidade ou legitimidade*” (TOLEDO, 1998, p. 121). Em “*A Liturgia Barroca do Poder*”, artigo publicado em 1998, José Luís Dutra de Toledo retrata a associação do sagrado com o profano nas cerimônias barrocas. As mesclagens de figuras e símbolos visavam ao encantamento do público-alvo, numa “intensa realização simbólica da Unidade”.

“*Esta coesão cênica no barroco relembra a busca alquímica de uma*

*cola no mundo*” (TOLEDO, 1998, p. 124). O poder, utilizando-se desses instrumentais – mescla de retórica, música, teatro, moda, aparências e essências, prédios e arredores – afirmava e ritualizava o seu exercício. Os monarcas portugueses recorriam, usualmente, às encenações festivas de alegorias dos poderes cívico-religiosos, por meio das quais afirmavam a hegemonia unificadora do rei. Esta liturgia da unidade como ferramenta do poder operou em Portugal, França e até mesmo no Brasil, especialmente em Vila Rica do Ouro Preto.

### 3.2.4 O (s) poder (es) no federalismo

A Revista publicada em janeiro de 1970 é um número especialmente dedicado ao federalismo, alternativa à centralização do poder político pela via da separação espacial e da abstrata equiparação. Sob a égide da Constituição de 1967, é apresentada, pelos diversos autores, a trajetória percorrida pelo federalismo brasileiro e suas tendências.

A repartição dos poderes entre os entes da Federação só deu reais sinais de efetivação em seu período nascedouro, talvez em virtude dos ânimos antiimperialistas. Em toda a história do constitucionalismo brasileiro até então, conforme posição da maioria dos que assinaram a publicação dos artigos, a União exerceu sua dominadora influência nas competências das demais esferas, além de participar de forma preponderante na repartição do bolo tributário.

Seabra Fagundes, em *A expansão dos poderes federais*, afirma que “o poder político, qualquer que seja a sua origem ou modalidade de exercício, tende sempre, ainda que com intensidade variável, para o fortalecimento do poder central” (FAGUNDES, 1970, p. 61). De acordo com o ex-Ministro da Justiça, que sintetiza o posicionamento dos outros autores que escrevem nesse número especial, “o Estado federal não foge à vocação centralista do poder político” (FAGUNDES, 1970, p. 62).

## 4. Considerações finais

A trajetória percorrida por Foucault é, na verdade, um desvio das “teorias de soberania” triunfantes até então. A maioria das análises apresenta o Estado como patamar, sede das relações de poder. Foucault acredita que “se deve cortar a cabeça do rei” e dirigir os holofotes às microrrelações de poder. Estes movimentos específicos, capilares, acabaram por se ampliar e se tornaram

grandes focos de poder.

Não existe, para Foucault, uma consciência coletiva, uma “grande intencionalidade” condutora do processo histórico. A História não tem um sentido, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve ser “*analisada em seus menores detalhes, segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas*” (FOUCAULT, 2001a, p. 5).

Longe de representar uma pretensão à formulação de uma “teoria do poder”, a abordagem de Michel Foucault é, sim, um chamado para uma nova forma de pensar as relações de poder. Seu modelo é, antes de tudo, hipoteticista – a proposta é que seja abandonada a “visão aérea”, e se recorra à lupa. São suas declarações:

*quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir nos seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana.*  
(FOUCAULT, 2001b, p. 131)

O giro metodológico realizado por Michel Foucault – entendido como **possibilidade** – prescinde de comentários quanto à originalidade e coerência. A “descida” rumo às formas capilares de exercício de poder almeja possibilitar o entendimento de grandes acontecimentos e práticas sociais a partir do nível micro. O que o filósofo realiza é um convite para que as relações sejam analisadas sob uma nova perspectiva.

Na investigação sobre a fundamentação do poder político, inúmeras são as teorias levantadas ao longo da História – desde a concepção aristocrática de Platão, o homem como animal político de Aristóteles, o realismo político de Maquiavel, o Estado domador de Hobbes, o liberalismo de Locke, a divisão de poderes de Montesquieu, a vontade geral de Rousseau, até a luta de classes de Marx e Engels (COTRIM, 2002).

Diogo de Figueiredo Moreira Neto acredita, assim como Michel Foucault, que “o poder não está apenas no Estado: está em toda a sociedade. Não basta em política estudar apenas o Estado”. Contudo, completa o autor que “*é preciso, igualmente, (...) não perder de vista que o poder estatal não exclui o poder grupal de outras instituições, nem muito menos o poder individual, que é o fenômeno básico e originante dos demais*” (MOREIRA NETO, 1992, p. 18).

Não há dúvidas quanto à existência das mais diversas maneiras de expressão do poder, reveladas tanto nas pequenas dimensões quanto no nível macro. O ponto em que as análises se contrapõem reside muito mais na “maneira como se olha”. Foucault acredita que “*não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo*” (FOUCAULT, 2001b, p. 184). As demais teorias, porém, direcionam a abordagem para o poder exercido **no** Estado e **pelo** Estado; as outras relações de poder, portanto, estariam, no mínimo, submetidas ao império do ordenamento jurídico – institucionalizador, por excelência, das regras de convivência entre os homens.

O enfoque dado pelos artigos da RBEP aponta, sim, para o caráter circulante do poder. As quedas e ascensões de partidos, grupos, nações e regimes assinalam sua dimensão transitória, em que inexiste um titular. Porém, de forma tirana ou “pacífica”, com menor ou maior intensidade, o Estado teve, desde que se constituiu como tal, o monopólio da força institucionalizada e regeu as relações entre os homens. Se há um proprietário do poder, ele é o Estado.

O que deve ficar bem sublinhado é que não existe maneira “mais legítima” de realizar a análise das relações de poder. Pode-se partir das relações no nível micro, como também iniciar pelo aparelho estatal. Afinal, a dinâmica do poder é cíclica, perpassando pelo “centro” e repercutindo até aos graus mais elementares da estrutura social, sem que exista um foco necessário ou exclusivo. Difícil tarefa é a de desconsiderar totalmente a função do Estado nesse contexto de circulação do poder.

Na Revista Brasileira de Estudos Políticos, estão sob análise as mais diversas maneiras de manifestação do poder; contudo, até mesmo em virtude de sua *ratio essendi*, os trabalhos acerca do poder, tanto como cenário quanto protagonista, não prescindiram da consideração, mesmo que implícita, do papel central e norteador exercido pelo Estado. As instituições criadas pelo Estado foram apresentadas como variáveis determinantes de práticas e direcionadoras do processo histórico – desde os institutos da escravidão e monarquia, o processo eleitoral, a Constituição, a guerra, os rituais de sacralização do poder, o federalismo, até a literatura política amordaçada pelo regime do Estado Novo.

A Revista dirigiu seu foco, pois, ao poder político. Para Bobbio (2000, p.940), “*o campo em que o poder ganha o seu papel mais crucial é o da política*” (BOBBIO, 2000, p. 940). E são palavras de Moreira Neto (1992, p. 253):

*A política gira, portanto, em torno do poder estatal, pois este é o*

*núcleo de direção da sociedade a que, basicamente, ele se refere, mas o transcende em todas as demais manifestações de poder que, de alguma forma, lhe digam respeito.*

Afora o método utilizado para a compreensão do poder, fato é sua natureza de fenômeno social, mais especificamente, de fenômeno político. Há que se admitir a importância de sua análise para que seja compreendida a História e se possa ser agente do presente e do futuro. A RBEP, portanto, por meio das **palavras de sujeitos de poder**, apresentou o **poder** como seu mais vivo **objeto**.

E hoje, seis décadas após o seu nascimento, podem-se considerar efetivados os votos de Milton Campos que, na apresentação do primeiro número do periódico, em 1956, expressava, com ambição e esperança, sua torcida para que a Revista estivesse “*em condições de ser útil à inteligência brasileira e de contribuir para a evolução mais rápida e mais ordenada da nossa civilização*” (CAMPOS, 1956, p. 8).

#### Referências

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria do poder constituinte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.52, pp.7-58, jan.,1981.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- CAMPOS, Milton S. Apresentação. In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.1, pp.7-8, dez, 1956.
- COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DINIZ, Arthur José de Almeida. O poder e os mitos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 72, pp.67-81, jan., 1991.
- ESCOBAR, Antonius Jack Vargas. “Genealogia e política”. RIBEIRO, Renato Janine. *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FAGUNDES, M. Seabra. A expansão dos poderes federais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 28, pp.61-75, jan., 1970.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, G. A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.1, pp. 39-48, dez., 1956.

- GARAUDY, Roger. *Apelo aos vivos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- HORTA, Raul Machado. Poder Legislativo e Monopólio da Lei no Mundo Contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 81, p.7-28, jul., 1995.
- LIMA, Hermes. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.1, pp.9-22, jul., 1956.
- MACHADO, R Introdução. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Teoria do Poder*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- PEREIRA, A. *A analítica do poder em Michel Foucault: a arqueologia da loucura, da reclusão e do saber médico na Idade Clássica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- QUEIROZ, Maria José de. O Estado Novo: de “Memórias do Cárcere” a “Tempo de Servidão”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.67/68, pp.227-244, jul., 1988.
- ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da loucura*. São Paulo: Formar, sd
- SILVA, Antônio Álvares da. O Direito Constitucional. Futuros e Perspectivas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.60/61, p.375-398, jan., 1985.
- TOLEDO, José Luís Dutra de. Liturgia barroca do poder. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.87, pp.121-138, jul., 1998.
- VIEIRA, Evantina Pereira. Dinâmica das transformações eleitorais em Minas Imperial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.49, p.99-143, jul., 1979, p.99.

### ABSTRACT

From the genealogy of power and discourse theory of Michel Foucault, the article examines publications of *Revista Brasileira de Estudos Políticos* dealing directly or indirectly the theme of power and discusses the rationale for the repercussion and impact of RBEP.

**Keywords:** Speech. Power. Foucault. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*



## O massacre na República de Ruanda de 1994: um genocídio relatado por Philip Gourevitch.

Júlia B. Penachioni<sup>1</sup>

### RESUMO

A presente resenha busca apresentar de forma breve a obra de Philip Gourevitch intitulada: “Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda”. Nessa obra, o autor relata suas visitas ao país, palco de um dos maiores genocídios da história, além de análises e indagações particulares que emergem ao vivenciar a realidade presente e passada daquela terra.

Palavras-chave: Ruanda; genocídio; jornalismo; história.

Recebido em 27/03/2015  
Aceito para publicação em 10/04/2015

GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 350p.

A obra de Philip Gourevitch, intitulada *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda*, é um relato do próprio autor sobre suas visitas a Ruanda a partir de maio de 1995. Ele usa de jornalismo investigativo e reflexões pessoais para buscar a reconstituição da história a partir dos olhos dos envolvidos - desde sobreviventes até observadores da comunidade internacional - em um dos maiores massacres da história contemporânea.

---

<sup>1</sup> Internacionalista, mestranda em Ciência Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo. E-mail: julia.penachioni@gmail.com

Gourevitch é um correspondente da revista *The New Yorker* desde 1995, fazendo relatos da África, Ásia, Europa e EUA. Escreveu sobre os genocídios de Ruanda e Camboja e em 2005 tornou-se editor da revista *The Paris Review*.

É preciso ter em mente ao ler a obra que a análise de Gourevitch tem seu estilo jornalístico, podendo ser considerada distante dos modelos acadêmicos de outros autores que são pesquisadores da área. No entanto, o contato direto com os ruandeses e com a terra que foi palco de um genocídio dá ao ator uma sensibilidade extra ao tratar do assunto, tornando uma história distante no continente africano na história de toda a humanidade.

Gourevitch começa sua obra relatando sua ida a Kibungu, província de Ruanda, onde teve um primeiro contato com cadáveres chacinados dentro de uma igreja. Estavam espalhados e em decomposição, expostos como uma lembrança do terror. Nesse tom, o autor inicia suas indagações acerca do como e do porquê de tal catástrofe e utiliza de aproximações e conversas casuais com os ruandeses para tentar entender o ocorrido. Citando uma de suas conversas com o vice-presidente da Assembleia Nacional, Laurent Nkongoli:

*Na história de Ruanda, todo mundo obedece à autoridade. As pessoas reverenciam o poder, e o nível de educação não é suficiente. Você pega uma população pobre e ignorante, joga uma arma na mão de cada um e diz: 'É sua. Mate'. Eles obedecerão. Os camponeses, que eram pagos ou forçados a matar, observavam as pessoas de um patamar socioeconômico mais elevado para ver como elas se comportavam. Portanto, as pessoas influentes, ou os grandes homens de negócio, são as grandes figuras do genocídio. Eles podem pensar que não mataram porque não tiraram vidas com suas próprias mãos, mas o povo os olhava à espera de ordens. E, em Ruanda, uma ordem pode ser dada muito silenciosamente (p.23-4).*

Uma das grandes discussões envolvendo a história de Ruanda é a origem das etnias *tutsis* e *hutus*. Considerando-se que há uma grande miscigenação entre os povos que chegaram àquele território, é inegável que a principal distinção consiste em termos econômicos: os *hutus* eram em sua maioria lavradores e os *tutsis* pecuaristas, ou seja, estes eram a elite política e econômica devido ao valor dado ao gado.

A dominação europeia na África consagrou tal diferenciação a partir da “ciência das raças”, medindo, pesando e comparando as pessoas a fim de encontrar uma “raça superior”. A hipótese hamítica de Specke consagrou os *tutsis* como superiores aos *hutus* e, com a colonização belga, aqueles foram

favorecidos. “*Nada define tão vividamente a partilha quanto o regime belga de trabalhos forçados, que requeria verdadeiros exércitos de hutus para labutar em massa nas plantações, na construção de estradas e na silvicultura, sob as ordens de capatazes tutsis*” (p. 55).

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU começou a pressionar a Bélgica para preparar a independência de Ruanda, o que levantou uma onda revolucionária por parte dos hutus – que publicaram seu Manifesto – em busca de igualdade. Ou, segundo Gourevitch, tratava-se simplesmente de uma disputa pelo poder de um Estado bipolar.

A “revolução social” travada pelos hutus criara, por baixo da imagem da necessidade de democracia, uma verdadeira ditadura racial. O próprio governo começou a instigar assassinatos aos tutsis, chamados de “baratas”, levando grande parte dos tutsis ao exílio. Com a autoproclamação do general Habyarimana como Presidente, criou-se um partido político único, o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND), do qual todos os cidadãos ruandeses faziam parte por lei.

Enquanto analisa a história de Ruanda, Gourevitch relata suas conversas com Odette, uma médica tutsi que sofreu perseguições no próprio hospital em que trabalhava, foi demitida e acabou sobrevivendo ao massacre. Durante o genocídio, não havia distinção entre médicos, pacientes e colegas, médicos hutus matavam pacientes tutsis e assim por diante; o massacre foi generalizado.

Os tutsis que estavam no exílio criaram um exército auto intitulado Frente Patriótica Ruandesa (FPR) e em 1990 invadiram Ruanda e declaram guerra ao regime político de Habyarimana. Mesmo não havendo nenhuma batalha, foi o pretexto perfeito para incitar o ódio contra os tutsis no país: quem não fosse hutu, era cúmplice da FPR.

A mídia foi manipulada tão bem pelo governo, que até mesmo a Anistia Internacional e outros grupos de direitos humanos lançaram campanhas para a libertação de Hassan Ngeze, editor do jornal Kanguka, que fora preso numa encenação por perturbação da ordem pública. Ele se tornou propagandista dos interesses do Estado após criar a imagem de mártir perante a sociedade internacional.

Os próprios franceses impediram o avanço da FPR, lutando ao lado das Forças Armadas Ruandesas (FAR) do governo hutu:

*Paris via a África francófona como 'chez nous', uma extensão virtual da pátria, e o fato de a FPR ter emergido da anglófona Uganda inspirou a antiga fobia francesa de uma ameaça anglo-saxônica. Protegido por esse cobertor de segurança imperial, Habyarimana e sua panelinha no poder ficaram livres para ignorar a FPR por longos períodos e concentrar-se em sua campanha contra o desarmado 'inimigo doméstico' (p.88).*

O território foi sendo construído para a “solução final” (forma chamada pelos hutus extremistas). O uso do rádio foi fundamental para criar o medo na sociedade e a imagem do “nós e eles”, cenário que remete assustadoramente ao holocausto nazista. Como mostra Gourevitch, para que o totalitarismo seja exercido é preciso moldar a mente das pessoas segundo o interesse do governo.

Foi a morte de Habyarimana, no entanto, o estopim para os acontecimentos estarrecedores que iriam suceder. Ao culpar a FPR e a UNAMIR pelo ataque ao então presidente, os extremistas hutus encontraram o momento perfeito para iniciar a carnificina.

Para o autor, o “ódio de massa” pode ser estimulado, mas reside, sobretudo, na fraqueza humana – um pensamento que leva a estabelecer uma ligação, mesmo que singela, à “banalidade do mal” de Hannah Arendt (1990). Estimado em 800 mil mortos, o genocídio de Ruanda marcou a história da humanidade para sempre. Mas será que marcou tanto assim?

A Assembleia Geral da ONU, em 1948, adotou a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, em que os Estados se comprometeram a manter a paz e a ordem no mundo. Porém, como ironiza Gourevitch, será que a sociedade internacional lembrou que o povo ruandês faz parte do mundo e não de Marte? Na verdade, Marte teria uma importância estratégica maior para as grandes potências, mas por infelicidade do destino tratava-se de seres humanos, no continente africano, “abandonados à própria sorte”.

Os EUA levam grande crédito por esse abandono, pois conseguiu que o Conselho de Segurança da ONU determinasse um corte de 90% no contingente da UNAMIR, uma vitória do Poder Hutu. Foi somente depois do avanço das tropas da FPR e dos EUA finalmente desconsiderar o Poder Hutu diplomaticamente, que o conflito foi cessando. Segundo a Cruz Vermelha, o número de mortos chegara a 1 milhão.

Homenagens, honrarias, sofrimento e corpos estendidos. Reparações são

possíveis?

Nas palavras do advogado ruandês François Xavier Nkurunziza:

*Quando você fala de justiça com nossos camponeses, a grande ideia é a compensação. Um vaqueiro ou lavrador que perdeu a sua família perdeu todo o seu sistema de sustentação econômica. Você pode matar o homem que cometeu genocídio, mas isso não é compensação – é só medo e raiva. É assim que os camponeses pensam (p.243).*

O tribunal criminal internacional *ad hoc* para Ruanda foi considerado, pelo novo governo ruandês, como uma afronta ao judiciário do país e uma forma da sociedade internacional lidar com a própria consciência.

A escrita jornalística de Gourevitch é quase que um romance. Ao terminar sua obra, questiona se há esperança para Ruanda e para a humanidade como um todo, a partir da seguinte história contada por um prisioneiro do Poder Hutu:

*Durante seu ataque à escola em Gisenyi, assim como no ataque anterior à escola em Kibuye, as alunas, adolescentes que haviam sido arrancadas do sono, receberam a ordem de se separarem – tutsis de um lado, hutus do outro. Mas as alunas haviam se recusado. Em ambas as escolas, as garotas disseram que eram simplesmente ruandesas, e por isso foram espancadas e alvejadas indiscriminadamente (p.347-8).*

O posicionamento das meninas, em ir contra o ódio, mostrou que para se fazer a paz é preciso muito mais coragem do que para se fazer a guerra.

## Referências

ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo. 1a reimpr. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990

### ABSTRACT

This book review presents the work of Philip Gourevitch *We would like to inform you that tomorrow we will be killed with our families: stories from Rwanda*. In this work, the author narrates his visits to Rwanda, the place of one of the most miserable genocides in history, as well as his analysis and questions that emerged while experiencing the past and present reality of that country.

**Keywords:** Rwanda; genocide; journalism; history.



## Cartas a favor da escravidão

Rodrigo B. Carvalho<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste trabalho busca-se apresentar e analisar os principais aspectos da obra *Cartas a favor da escravidão*, verificando quais eram e como se construía os argumentos em defesa da escravidão no quartel final do Século XIX. Busca-se, ainda, no decorrer desta apresentação, demonstrar como os argumentos utilizados naquele contexto dialogam, ao menos em parte, com a construção feita por uma tradição de intérpretes do Brasil, tradição essa que permanece viva ainda neste Século XXI.

Palavras chave: José de Alencar; Brasil; Século XIX; Literatura.

Recebido em 01/08/2013  
Aceito para publicação em 06/04/2016

ALENCAR, José de; PARRON, Tâmis. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008, 155 p.

José de Alencar, renomado literário brasileiro, possui notória participação na vida brasileira não só por suas produções literárias, mas também por sua ativa vida política. Diversos, portanto, são os registros de obras desse autor, sintetizadas já por diferentes coletâneas, como bem chama atenção Tâmis Parron (ALENCAR, 2008, p.10-12). *Cartas à favor da escravidão*, no entanto, é uma dessas obras que passam anos sem que sejam amplamente conhecidas e, por isso, ainda não devidamente observada. Esta resenha, portanto, busca explorar alguns dos elementos centrais dessa obra que a Editora Hedra fez, em 2008, vir a público e ganhar projeção pela primeira vez desde o século XIX.

A obra consiste em uma compilação de sete cartas vinculadas pela imprensa assinadas por “Erasmus”, pseudônimo conhecido de José de Alencar.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências do Estado e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG, Belo Horizonte. E-mail: rodrigobadaro@yahoo.com.br.

As cartas foram destinadas ao imperador, Dom Pedro II, e muito embora o título da obra aponte para a questão da escravidão, e esse é de fato o tema central, há dentre essas cartas alguns outros objetivos. Nesse sentido, o título dado à compilação das cartas parece ser mais uma forma de se chamar a atenção do leitor para um dos temas mais controversos do que propriamente um título sintético do seu conteúdo. Diversos são os temas enfrentados por Alencar, mas o principal é, certamente, a questão da abolição seguida pela sua preocupação com o envolvimento brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870).

A primeira carta, assim como a quinta e a sexta, trata com maior especificidade do problema da guerra. Alencar tenta insistentemente mostrar ao imperador nesses escritos o quão nefasto é o conflito para a cultura nacional. Os discursos retóricos são diversos, indo desde a honra do imperador até o próprio prejuízo econômico advindo da guerra. O autor aponta, já neste período, para a necessidade de o Imperador agir de acordo com os interesses de sua população, sem que suas honras e vontades pessoais possam prevalecer ao decidir sobre os rumos desse conflito. No que diz respeito a esse ponto, chama a atenção como determinados elementos do pensamento brasileiro já se encontravam presentes no discurso de José de Alencar. Aqui o autor já utiliza das noções de “povo pacífico”, da ideia de aversão ao conflito, como justificativa para que se encerre a guerra.

Essa forma de ver o Brasil, exaltando não só a sua política externa “pacífica” mas, sobretudo, apontando para o perfil de um povo pacífico, muito embora extremamente problemática e ocultadora de uma história de luta social (CATTONI, 2011; SOUZA, 2009), é algo que tem uma grande permanência na história do nosso pensamento. Diversos são os autores que fizeram esse diagnóstico e que ainda continuam trabalhando à partir dessa chave de compreensão da realidade brasileira (CARVALHO, 1987; HOLANDA 1995; CARDOSO 1975; MATTA 1981). Esse é um problema persistente na história brasileira e que, embora não seja o ponto central, merece também ser apontado.

É a questão do elemento servil aqui, no entanto, o objeto que de fato mais salta aos olhos. Há na construção de Alencar uma pluralidade de elementos que merece aqui maior atenção. A defesa da escravidão carrega consigo uma carga de compreensão de raças diferentes, hierárquicas — nítida, por exemplo, quando Alencar (2008, p. 71) diz que os índios resistiram e os negros foi o que sobrou ao país — mas, ao mesmo tempo, parece perceber que tão somente essa diferenciação não encontra força suficiente para se justificar. E, então, outros elementos precisam ser incorporados ao discurso para a sustentação do autor.

Não sem razão, a questão econômica é um dos pilares básicos para a compreensão da necessidade de se manter a escravidão. Isso por que José de Alencar era um latifundiário, proprietário de grande quantidade de escravos e que, portanto, sua argumentação, muito embora seja representativa de uma forma de se pensar a realidade brasileira e sirva para uma análise mais ampla, tem também uma dimensão pessoal bastante forte como base.

Um importante ponto utilizado por Alencar diz respeito à influência inglesa no processo de abolição no Brasil. O autor busca, provocativamente, demonstrar a fraqueza do imperador diante das pressões inglesas, de como a soberania nacional era violada à medida que se acatava as determinações externas. Mais à frente, Alencar problematiza as diferenciações entre a abolição na Inglaterra e suas colônias e no Brasil. Por aqui, dirá o autor, “*a escravidão caduca mas não morreu*” (ALENCAR, 2008, p. 63).

Diz o autor que a “*abolição da escravidão no império ingles em 1833 representou uma ferida na sociedade que via nessa instituição ainda algo útil*”, mas diferentemente do Brasil, afirma que lá “*se prepararam para adaptar os escravos ao trabalho industrial*” (ALENCAR, 2008, p. 79-80). Esse é, aliás, um ponto fundamental que visto com os olhos de hoje ganha ainda maior sentido. Quando Florestan Fernandes dizia há anos atrás que o negro no Brasil foi jogado à própria sorte (FERNANDES, 1965, p. 20), e esse é também um argumento tomado por outros autores para analisar a situação de exclusão no Brasil ainda hoje (SOUZA, 2012, p.153-191), percebe-se que talvez Alencar tivesse alguma razão com sua preocupação acerca dessa transição aqui no Brasil. O seu pano de fundo, à época, era a experiência das colônias francesas que não se prepararam para a abolição. Por isso, “*a abolição da escravidão ali importara a abolição do trabalho. Ainda agora faltam às colônias francesas os braços que demanda a agricultura*” (ALENCAR, 2008, p. 81).

Essa dimensão de preocupação em se preparar o terreno para a abolição conjuga-se neste trabalho de Alencar com vários outros argumentos, por vezes, inclusive, de forma aparentemente contraditória. As teorias racialistas e a noção de evolucionismo, importada da biologia, servem também de base na construção do argumento. Sustenta-se a superioridade do homem branco compreendendo-se uma pretensa recente história do africano, e indaga: “*A raça africana tem apenas três séculos e meio de cativo. Qual foi a raça européia que fez nesse prazo curto a sua educação?*” (ALENCAR, 2008, p. 93). Ainda nessa linha de compreensão de raças inferiores a outras, parece claro a Alencar que o negro é, de fato, a “*pior*” raça, aquela “*bruta e decaída*”, que fora a que restou ao país

após à resistência e extermínio indígena (ALENCAR, 2008, p. 71).

O curioso ao se analisar a construção dos argumentos de José de Alencar é justamente as suas diversas faces. O fato acima indicado, de se considerar o negro uma raça inferior, parece não ser razão suficiente para uma defesa da manutenção da estrutura escravocrata. Assim, portanto, o autor tenta mostrar ao imperador a necessidade econômica ainda da atividade escrava no país. Aqui as noções positivistas possuíam grande força e a escravidão aparecia como algo necessário para o almejado “progresso”.

Outro aspecto curioso que merece ser destacado nesse conjunto de elementos levantados por José de Alencar é a questão de direitos que os escravos já possuíam, notadamente o direito à propriedade e à família. Com isso — e invocando sua religiosidade cristã — buscava-se amenizar os danos desse cativo.

*O primeiro direito da pessoa, a propriedade, o escravo brasileiro não só o tem, como o exerce. Permite-lhe o senhor a aquisição do pecúlio, a exploração das pequenas indústrias ao nível de sua capacidade (...) O mais sagrado dos contratos civis, o matrimônio, também está ao alcance do escravo em nosso país. Ele forma sua família; o senhor a respeita e a garante (ALENCAR, 2008, p. 91).*

José de Alencar reforça ainda a questão da intervenção externa, notadamente inglesa, na forma como o Brasil ia conduzindo o debate sobre a questão da escravidão. E aponta para uma contradição no discurso característico europeu que condena o trabalho escravo mas, ainda assim, consome produtos dos países que usam dessa mão de obra. Aliás, cabe perguntar, há crítica mais atual que esta em tempos atuais? Quantos são os que condenam o uso de mão de obra de forma análoga à escrava em tempos contemporâneos mas, ainda assim, consomem sem peso na consciência produtos advindos de locais que fazem uso desse tipo de trabalho?

*O filantropo europeu, entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excelente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitárias e arroja contra estes países uma aluvião de injúrias pelo ato de manterem o trabalho servil. Mas por que não repele o moralista com asco estes frutos do braço africano? (ALENCAR, 2008, p. 89)*

Aborda, ainda, um último argumento, que mais parece uma tentativa de isentar a consciência da “culpa” pela escravidão, apontando que a prática da

escravidão em terras americanas foi iniciada pelos próprios europeus. Em suas palavras, “*não fomos nós, povos americanos, que importamos o negro da África para derrubar as matas e laborar a terra; mas aqueles que hoje nos lançam o apodo e o estigma por causa do trabalho escravo*” (ALENCAR, 2008, p. 89).

Assim, pois, termina-se por perceber que o discurso a favor da escravidão encontra razão de ser em uma série de diferentes fatores que precisam ser entendidos em sua complexidade e, sobretudo, no contexto de sua produção. O racismo característico daquele período encontra-se presente na fala de José de Alencar, sobretudo em sua hierarquização das raças, mas não é algo que possui um significado por si só e nem tampouco é visto como definitivo no tempo. Ao contrário, a justificativa da escravidão se dá em razão de elementos que extrapolam o fato de para ele existir uma raça inferior. E, ainda, mesmo essa inferioridade da raça negra é diagnosticada em função de um desconhecimento de um processo histórico, da suposição de que os negros eram escravos há não muitos séculos e, por isso, demandariam certo tempo para avançarem enquanto raça.

O fato de *Cartas a favor da escravidão* não ter chegado ao público, sobretudo aos estudiosos da área, durante tanto tempo é um indicativo da dificuldade que se enfrenta ainda hoje o debate desses temas. Compreender esses escritos dentro de sua realidade, a seu tempo, é um imperativo que, infelizmente, ainda encontra sérias dificuldades no meio acadêmico. Com o olhar cuidadoso daquele que investiga um período histórico tão diverso do nosso, sobretudo quando o assunto é a escravidão, esta é uma obra que merece ser lida e que certamente possui ainda muitos elementos a serem explorados.

## Referências

- ALENCAR, José de; PARRON, Tâmis. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008- 155 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. 3. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CARVALHO, Jose Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a Republica que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987. 196p.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (org.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus : Ed. Univ. S. Paulo, 1965.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 207 p.

#### ABSTRACT

This paper seeks to present and analyze the main aspects of the work *Cartas a favor da escravidão*, checking what were the arguments in defense of slavery in the late nineteenth century and how these arguments were built. We demonstrate how the arguments used in that context dialogue, at least in part, with the construction made by a tradition of interpreters of Brazil, an academic tradition that remains alive even in the twenty-first century.

Keywords: José de Alencar; Brazil; 19<sup>th</sup> century; Literature.